JÚLIO DANTAS

O amor em PORTUGAL no século XVIII

RB182,527

VELUT ARBOR ÆVO

Presented to the

LIBRARY *of the*

UNIVERSITY OF TORONTO

by

Professor

Ralph G. Stanton

JÚLIO DANTAS

O AMOR EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII

ILUSTRAÇÕES DE ALBERTO SOUZA

1916

LIVRARIA CHARDRON DE LELO & IRMÃO

R. DAS CARMELITAS

PORTO

OFFICINAS DO "COMMERCIO DO PORTO"

Digitized by the Internet Archive
in 2009 with funding from
University of Toronto

http://www.archive.org/details/oamoremportugaln00dant

O amor em Portugal no século XVIII

Obras de Júlio Dantas

Nada (1896) — 2.ª edição.
Doentes (1897).
O que morreu de amor (1899) — 3.ª edição.
Viriato Trágico (1900).
Poetas e pintores de Rilhafoles (1900).
A Sevéra (1901) — 2.ª edição.
Crucificados (1902) — 2.ª edição.
Ceia dos Cardeais (1902) — 20.ª edição.
D. Beltrão de Figueirôa (1902) — 2.ª edição.
Paço de Veiros (1903) — 2.ª edição.
Um serão nas Laranjeiras (1904) — 2.ª edição.
Rei Lear (1905).
Rosas de todo o ano (1907) — 4.ª edição.
Mater Dolorosa (1908).
Estática e dinâmica da fisionomia (1908).
Outros tempos (1908).
Santa Inquisição (1910).
O Primeiro Beijo (1911) — 2.ª edição.
D. Ramon de Capichuela (1912).
O Reposteiro Verde (1912).
1023 (1914).
Figuras de ontem e de hoje (1914).
Pátria Portuguesa (1914) — 2.ª edição.
Ao ouvido de M.me X (1915).
Sóror Mariana (1915).
O amor em Portugal no século XVIII (1915).

JÚLIO DANTAS
SÓCIO EFECTIVO DA ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

O amor em Portugal no século XVIII

Ilustrações de ALBERTO SOUSA

PORTO
LIVRARIA CHARDRON, de LÉLO & IRMÃO, editores
RUA DAS CARMELITAS, 144

1916

IMPRENSA MODERNA
R. CANDIDO DOS REIS, 51 a 61
PORTO

Esta obra foi publicada pela primeira vez no jornal de Lisboa «A Capital», com ilustrações de Alberto Sousa.

O FACEIRA

O FACEIRA

Chut! Entrem devagarinho.

Tenho o prazer de lhes apresentar o elegante português de 1720. É aquilo que ali está, assentado ao toucador, vestido dum «pelicé» branco com mais prégas que um roquete de cónego, arripiando-se, pintando-se, polvilhando-se, fazendo momos e trejeitos diante dum espelhinho de espéque, e cantando em falsete, que afidalgava muito, os últimos versos da comédia:

Son amantes y guapos
Los portugueses...

É aquilo. Levantou-se agora da cama, espevitou as janelas das vizinhas, e está a preparar-se para deslumbrar a cidade. É o homem da moda, o namorador de profissão, o irresistível, o fatal. Nunca saíu de Lisboa. Mais lisboeta só uma alface; mais ribeirinho só um bote da Trafaria. Mas por que mandou vir de Paris, como el-rei, uma cabeleira de mostachos que lhe custou dez moedas, já todo êle se pica de «vestir França», de «falar França», de «namorar França». Chamam-lhe uns o «turina», outros o «serolico»;

agora «chasquinho de peruca», logo «narcizo à francesa»; — mas o seu verdadeiro nome, o nome que êle ambiciona, o nome por que êle se mata, o título que vale para êle uma costela de oiro de fidalguia, — é «faceira», apenas «faceira», «faceira» *tout court*. Ser faceira, no primeiro quartel do século XVIII, é a aspiração das aspirações. O faceira realiza o supra-sumo, a quinta-essência, o tríplice-extracto da elegância portuguesa de 1700. É o Brummel da Rua Nova dos Ferros. É o *pschutteux* do tempo de D. João V. Não tem definição. É uma caricatura. Vejam como êle trejeita, como se acarranca, como faz «boquinhas de jarro» diante do espelho. Está — êle próprio o diz no seu calão — a «compor a farçola». Pintou-se; tomou o seu bochecho de água de rosas; tocou os dentes com verniz; arripiou os cabelos «de susto», mais eriçados que se visse lôbo, e vai encaixar a cabeleira postiça, a sua magnífica cabeleira de França, encaracolada como um bote de berbigões, riçada, frisada e polvilhada pelo cabeleireiro dos faceiras, — o ilustre Pedro António, dos Remolares. Reparem como êle puxa de mergulho pelo bor-de-fronte da peruca, e lhe faz com a faca o recorte dos pós, e a polvilha de refrêsco com a sua borla de arminhos, e sacode a cabeça contente como um macho de liteira fidalga, volteando-se, trasvolteando-se, mirando de esguelha, olhando de cara, cantando sempre, em voz de tiple, o estribilho querido dos faceiras:

Son amantés y guapos
Los portugueses;
Pero son mas que vanos
Algunas veces...

O senhor rei D. João V tinha vindo estrangeirar a côrte. Decretara as cabeleiras de França, as camisas de França, as mulheres de França. O faceira quis ser, antes de tudo, galante como um francês. Viu na *Gazeta de Lisboa* que Monsieur de Ville Neuve, à Cordoaria Vélha, dava lições de francês aos faceiras, — e daí a pouco, com olhos dormidos e bôca de melancolia, afagando distraído os mostachos da peruca, a espadinha caranguejeira a luzir entre as pernas, já se cuidou francês porque soube dizer «*allons!*», «*mon Dieu!*», «*ma charmante!*», porque um mestre de dança lhe ensinou duas cortesias com trocadilhos de pernas, e porque o alfaiate lhe disse, ao receber o cruzado da molhadura, que a casaca de Sua Senhoria tinha sido cortada pelos moldes que D. Luís da Cunha mandára de Londres a el-rei. Todo êle queria alar-se, adelgaçar-se, «aframengar-se», fazer, segundo a sua própria linguagem, «cara de quem-tudo-lhe-féde», para que cuidasse o bairro inteiro, ao vê-lo bamboleado pela Rua Nova e pela Calcetaria, que Sua Mercê chegára naquela hora de França. Mas uma hereditariedade pé-de-boi de frades patudos e de fidalgos arrieiros pesava-lhe como chumbo em cada meneio, em cada passo, em cada gesto; um sangue crasso de inquisidor glutão empastava-se-lhe nas veias, e o faceira, estrangeirado, afinado,

amaneirado à fôrça, — dava a impressão dum elefante dançando um minuete. Deitara-se na Madragôa, — acordara em Versailles. O seu ridículo provinha do salto brusco, da transição violenta da vélha moda chamorra para a nova moda francesa. Era risível — por que era um *parvenu*. Polido à bruta, civilizado de cór, cuidava que para se ser «França» era preciso em vez de andar, — dançar; em vez de falar, — ganir; — e lá ia pelas ruas, aos pulos como uma pêga, o chapéu no sovaco, o quitó doirado entre as pernas, perseguido dos michos, dos garotos, dos mochilas negros, dos mariolas de capote, que riam à socapa, e o mimavam, e o desesperavam, e lhe guinchavam das esquinas:

— Serolico, berolico, quem te deu tamanho bico?

Vejam a graça com que êle se levanta agora da tripeça do toucador, e tira o pelicé, — sempre com o Credo na bôca, não desmanche algum bucre da cabeleira ou algum melindre da pintura. Ata a sua gravatinha de garrote, «à corsária», com volta de renda na ponta; ajusta, sôbre os bofes da camisa, a véstia de setim «côr de pensamento»; tira das costas duma cadeira de bacalhaus a sua casaquinha de arregaçar, de riço verde, com algibeiras de pastrano e mangas curtas armadas em arame; enverga-a em três tempos e dois suspiros, — primeiro um braço, depois o outro, em seguida uma upa e dois ais para ajustar a pescoceira; — e, num abrir e fechar de olhos, aí o teem, com peito de lombriga e pés de perdiz, a bailar diante do espelho como o boneco do carro dos tanoeiros, mirando-se, remirando-se, dando trincos com os dedos e estalinhos com

a língua, fazendo cortesias a todos os móveis e a si mesmo, falando à tôa para encrespar a bôca e ensaiar o falsete:

— *Mon Dieu! Mon Dieu!* Sempre foi el-rei para Salvaterra?

Mas o momento supremo vem agora. É o momento do lenço, do chapéu e do quitó. O faceira sai para namorar; e é com o quitó, com o chapéu e com o lenço que faceiras e bandalhos, casquilhos e peraltas namoram nos serões e na rua, nos conventos e no Paço. São, diz o ritual dos bandarras, os três «alcoviteiros das distâncias», as três «iscas da namoratória». São os paramentos dessa grande missa de amor que se cantou em Portugal durante todo o século XVIII. São as três grandes armas do faceira na conquista das *Filis* e das *Nises*, das *Tisbes* e das *Clóris*, — caídas, como cordeiros de sacrifício, diante dum chapéu que abana ou dum lenço que vôa, dum ôlho que pisca ou dum espadim que reluz. Vejam a devoção com que êle toma do cabide o seu chapéu de três cantos e o traz na mão em geito de bacia das almas; reparem no requebro com que colhe o quitó de nascer, êsse pequenino quitó que é mais uma jóia do que uma espada, e o encaixa num boldrié que lembra um arreio de mula de côche; não percam a delícia com que êle aspira o seu lenço fino de holanda e o mete, como um floco de neve, no punho doirado do espadim. Aquele lenço, aquela espada, aquele chapéu, são a voz dos seus anseios, a eloqüência dos seus gestos. Tem-nos consigo: ilumina-se, resplandece. Está completo o faceira. Está pronta Sua Mercê. É gritar pelo negrinho da casa que lhe abra a porta, e abalar escada abaixo,

em pé de dança e ar de desprezilho, como um macaco que descesse «*les trois marches de marbre rose*». É o amor que o chama. É o vento que o leva. Pensa êle: onde haverá por toda Lisboa quem lhe resista, «França» ou chula, dama ou regateira, — das casas do Mocambo às hortas de Valverde, de Cata-que-farás aos arcos do Rocio? E emquanto, rua adiante, aos pulinhos, a sua casaca de riço verde reluz ao sol como uma chicória enorme, um papagaio brèjeiro grita-lhe da janela:

— Serolico, berolico, quem te deu tamanho bico?

A BANDARRA

A BANDARRA

O elegante namorador de 1720 foi o «faceira». A elegante namoradeira foi a «bandarra».

Já viram dois gomos do mesmo fruto, duas flores do mesmo ramo, dois bagos do mesmo trigo? Pois não são mais parecidos. Ambos rançosos de francesia, ambos no «chifre da moda», o faceira e a bandarra dir-se-iam a sombra, o espelho um do outro. A mesma carinha de nojo, os mesmos pés de perdiz, os mesmos polvilhos de França, — a mesma alma de assôpro. Ela — o encanto dêle; êle — o sorriso dela. Deus os fez; o diabo os juntou.

Querem que lhes mostre uma «bandarrinha enfeitada», uma das bandarras mais «éres» («éres» queria dizer elegante, no calão das «franças») que namorou em Lisboa no tempo de D. João v? Mora ali. Ali adiante, naquela casa caiada, tornejando para a rua do Tronco, andadas as casas do senhor de Barbacena, que servem de Aljube e tiveram pátio de comédias. Vêem aquelas portas fechadas a sete ferrolhos, aquelas janelas entaipadas de rótulas, aquelas adufas onde nem reluz um postigo, aquele Sant'-

Antoninho capucho, que nos olha, do alto do seu painel de azulejos, com o ar de quem despede visitas? Pois é ali que ela mora. Parece que não há, lá dentro, fôlego vivo. Umas grades de mosteiro; um silêncio da Cartuxa. E, entretanto, é ali que vive, e respira, e gorgeia, com saùdades do sol, adivinhando a primavera através das gelosias fechadas, êsse passarinho de encêrro, pintado de pés, empoado de poupa, alado de donaires, que foi, no princípio do século XVIII, a bandarrinha de Lisboa. Mas — Deus do Céu! — porque a aferrolham tanto? Por que é a moda de Portugal. Quanto mais «menina», mais recatada; quanto mais fidalga, mais recolhida. Em 1720, a mulher portuguesa ainda vivia «à mourisca». Não abria uma rótula; não assomava a uma janela. Passavà os diàs no estrado, de pernas encruzadas sôbre uma esteira, rodeada de criadas e de môças, vendo luzir a maínça do fuso ou cozendo lençóis de três ramos. Fiava, paria, chorava. O vento de França, na sua revoada frívola de polvilhos e de jóias, de leques e de sinais, não conseguira varrer de todo os vélhos costumes árabes do lar português. Quando D. João V começou a estrangeirar a côrte, ainda as marquesas de Niza e de Arronches, empertigadas e solenes nos seus guarda-infantes do século passado, eram de opinião que as senhoras fidalgas de Portugal só deviam saír de casa três vezes, — a baptisar, a casar e a enterrar. Para a bandarra, apesar de mais desempoeirada, a reclusão ainda era nobreza, o recato ainda era fidalguia, o biôco ainda era moda. Quem lhe abriu as janelas quatro vezes ao ano? A Procissão. Quem lhe abriu a porta muitas ve-

zes ao mês? O Lausperene. Quem a ensinou a namorar? A Igreja.

Se na véspera de uma das quatro grandes procissões do ano — Carmo ou Cinzas, Anunciada ou Corpo de Deus — um pequeno Amor dos tetos de Queluz pudesse tomar corpo e vida, romper a névoa doirada do seu bosque, atravessar os ares num frémito de asas, entrar alta noite pelo quarto de uma bandarrinha, e abrir-lhe com os dedos côr de rosa as cortinas do leito, — era certo que lhe encontrava a cama intacta e vazia. A menina não se deitára. Porquê? Por causa do toucado. Como a «França», em chegando o dia da procissão, queria pendurar-se na janela logo de manhã cêdo, — o cabeleireiro tinha de a vir pentear de véspera, armar-lhe o seu enorme toucado de trouxas «à alemôa», enfeitado de amarelo, que era a côr da moda, ou o seu toucado «de grimpa», em crista de galo vélho, com mais ferragem que porta de igreja rica e mais fitas do que tinha de bandeiras um navio holandês. E a pobre bandarrinha, para não desriçar o topête e para não desmanchar os «tristes», que eram os caracóis que caíam adiante da orelha, passava toda a noite em claro, ou dormitando assentada num tamborete velho de moscóvia, — com a mulata ao lado a acordá-la quando lhe pendia a cabeça nas cortesias do sono, não fôsse, por acaso, caír um polvilho, desfazer-se um melindre, despegar-se uma «mosca». Era nos dias de procissão que a bandarra se mostrava à cidade: tinha de velar para ser bela, de sofrer para ser «França». Ainda não apontava o sol, já a criada descia, estremunhada, com a sua coifa de sete ramais e a sua ve-

rónica da Senhora do Pilar ao pescoço, a levantar as rótulas, a espertar a casa, a vestir a menina.

— Ai, minha mana, que noite de bruxas!

Vestir uma bandarrinha lisboeta do primeiro quartel do século XVIII! Não havia rito mais solene, liturgia mais complicada, ceremonial mais confuso. Nem uma imposição de barrete, nem um jantar de embaixada, nem uma missa de pontifical. Como não luziam ainda os postigos, acendia-se o candieiro. A bandarra, embrulhada nas suas roupas de chambre, que se chamavam «camisinhas à húngara» e «roupas de lavapeixe», umas chichelas encarnadas «de bocejo» a dançarem-lhe nas pontas dos pés, levantava-se do tamborete onde passara a noite e vinha espreitar-se a um espelho de gaveta comprado (o que também afidalgava muito) na loja do Chavalhé. Era da loja da Chavalhé que iam os léques, os espelhos e as «moscas» para o toucador da senhora raínha, — e a bandarra de Lisboa, muito *snob* como diria Thackeray, muito «serolica» como se dizia em português, só comprava onde comprava o Paço. Se o toucado não se tinha esgaivotado com o sono, se não era preciso polvilhá-lo ou espertar os «tristes», — começava então o refrêsco da pintura e a «crena da cara»; trabalhavam as tigelas de vermelho; vinham os sinais de tafetá, que a criada lambia e pegava no rosto da menina, — o «apaixonado» ao canto do ôlho, o «folgazão» na còvinha da face, o «beijocador» no canto da bôca, o «louquinho» na asa do nariz. Quando chegava a hora galante da camisa, a «França», nua como uma Vénus de pano de Arrás, vestia a sua camisinha de holanda «sem bigode», quer di-

zer, sem fita de afogar, para ficar o seio a descoberto; a criada e a mulata, rindo muito, desnalgadas, ferravam a perna nos quadris da menina e puxavam as fitas do «justilho de barbas»; acocoravam-se depois para lhe enfiar as meias, para lhe apertar as ligas abaixo dos joelhos, para lhe calçar os sapatos «de poleiro» com saltos de perdiz; erguiam-se de pincho, saracoteavam-se, iam buscar-lhe em passo de andor a armação de arame do donaire, bojuda e monstruosa como um sino grande de Mafra; vestiam-lhe a «pólheira», que era a saia de baixo; enfiavam-lhe o guarda-pé e os bambolins; compunham-lhe a palatina «de assopros», descobrindo bem a polpa do seio, porque os frades entendiam que os peitos eram do capítulo e que o decote não era pecado; penduravam-lhe um rosiclér no peito, uns brincos de diamantes nas orelhas; davam-lhe a charpa e as luvas, o manguito e o leque, êsse pequenino leque que era uma arma terrível de namôro, leve como uma asa, vivo como um azougue, caro como uma jóia, — e emquanto rompia a manhã, emquanto a casaria da rua do Al-

mada se doirava de sol, e o ar fresco da primavera entrava pelas rótulas abertas, e se adivinhava já, florindo a rua, o alecrim cheiroso das procissões, — a bandarra lisboeta, farta de velhas e de frades, *Carochinha* de todo o ano, livre agora todo o dia, preparava-se para espreitar, e bisbilhotear, e mexericar, e namorar, chegava com o pé um tamborete, mandava pôr à janela um bofètinho de doces, assomava, bolia na cortina, mirava com desdêm, fazia boquinhas de nojo, e ao passar o primeiro faceira madrugador, parecia dizer-lhe lá de cima:

— Quem quer casar com a Carochinha, que é bonita e formosinha?

NAMÔRO DE BUFARINHEIRO

NAMÔRO DE BUFARINHEIRO

É dia de procissão. O sol esplende. O alecrim e o mirto juncam as ruas. Armam-se de damasco todas as casas. Todas as janelas se abrem. Não fica fechada uma rótula, uma adufa, um postigo. Não há fresta, nem lumieira, nem gelosia, onde não espreite, não fareje, não assome, toucada de amarelo, mosqueada de sinais, pingada de jóias, uma cabeça de mulher. A Lisboa de todo o ano, silenciosa, embiocada, aferrolhada, morta, — revive, renasce, cascalha de risos, empoeira-se de oiro, pinta-se de colchas da Índia, abre, floresce, desabrocha, como uma grande roseira, em milhares de caras bonitas. É a aleluía das janelas. É o Lausperene da formosura. Nesse dia, o faceira, o casquilho, o farçola namorador está como o peixe na água. Espaneja-se, arregala-se, sorri. Pode passar revista a todas as «meninas bandarras» da cidade. Pode, à vontade, «namorar de bufarinheiro».

O que era, na Lisboa da primeira metade do século XVIII, o «namôro de bufarinheiro»? Um grande passeio solene pela cidade, com acompanhamento de piscações de ôlho, de mordeduras de beiço, de cortesias «d'aba beijada».

Chamavam-lhe assim, por que o faceira namorador ia pelo meio da rua, de carinha no ar e chapéu na mão, olhando as janelas «como um bufarinheiro que apregôa». Não era, designadamente, o namôro para uma ou para outra, para esta ou para aquela; era o galanteio para todas, — era um jubileu de amor. Em dia de procissão não havia «França» bonitinha que não recebesse, atiradas da rua como uma flor, a sua mordedura de beiço, o seu ôlho piscado, a sua cortesia em *Gloria Patri*. Não ficava faceira, não ficava galante, por mais jarra, que não apanhasse também à lambugem do chão, caídas dalguma janela como fruta madura, uma mirada de olhos, um trejeito de bôca, um acêno de leque. Se pegava, era barro; se não pegava, era graça. E o «bufarinheiro» lá ia, aos pulinhos, de nariz no ar, a beber janelas, a engolir cortinas, olhando agora à direita, mirando logo à esquerda, entre um enxame de faceirinhas com gravata de garrote e chapéu «à Anastácia», que namoravam como êle, que bufarinhavam como êle, que olhavam, que cortejavam, que rompiam em ais de espanto para êstes olhos, para aquele toucado, para aquela mãosinha, sempre em tiple, sempre em falsete:

— Ai, como é linda!

— Ai, o prazer de orelhas furadas!

— Ai, a boquinha de «ai Jesus»!

— Madamita, me alegro!

— Olha o desdemsinho!

— O melindre!

E elas, vendo-se adoradas, sentindo-se comidas com os olhos, sorriam lá de cima, faziam momos, olhavam em al-

vo, brincavam com o broche da testa, escondiam o focinhito, trejeiteavam com o leque, — ou então, mais buliçosas, debruçavam-se, espeitoravam-se, penduravam-se das colchas vermelhas, cochichavam, riam de esfusiote, estendiam o abanico, apontavam ora êste ora aquele, ora um ora outro, o dos «braços de arame» e o da «casaca de mosquito», o do «chapéu de assobio» e o dos «calções de mamar», — e doidas, risonhas, bêbedas de vento, afogueadas de sol, tontas de liberdade, sem vêrem que já lá vinha para a Sé o côche doirado do senhor Patriarca, espreitavam, segredavam, riam das janelas:

— Ai, mana, aquele casaca!

— E o outro, como vai França!

— Olha aquele dos olhinhos de carocha!

— Mira, minha mana, o casaquinha de enjôo!

— Ai, Jesus, a barriga do frade!

— Chama-se a parteira, mana, que êle já vai para toda a hora!

E o povo miúdo, a mafra baixa, que enxameava, que gritava, que tairocava na areia das ruas, que se esgalgava para as janelas, que pasmava na Rua Nova diante dos arcos de pedra armados de panos de Arrás, — fregonas, alfamistas, regateiras, mariolas, fandangos, chocas de manada e cruz-diabos das funções, ansiosos por vêr o senhor rei, e a senhora raínha, e as basílicas, e as bandeiras dos Ofícios flutuando ao vento, e o rei David, de grandes barbas, a dançar atrás do pálio, — assistia indiferente ao namôro dos faceiras, deixava-os bufarinhar à vontade, meter bufarinhando ao Arco dos Pregos, seguir bufarinhando

pela Rua Nova, galgar bufarinhando os Ourives do Ouro, afunilar-se bufarinhando ainda pela rua dos Escudeiros, espadanar, bufarinhando sempre, pelo terreiro do Rocio. Só os garotos e os michos lhes iam na colada, seguindo os ranchos de faceiras, macaqueando-os, imitando-os no piscar do ôlho, no morder do lenço, nas cortesias para as janelas, tão variadas e tão características do namôro de bufarinheiro, — a cortesia «de mergulho», rápida, sacudida, afável; a cortesia em *Gloria Patri*, profunda, respeitosa; a cortesia «d'aba-beijada», pérola das cortesias, em que o joelho esquerdo se dobrava, o pé direito recuava escarvando como mula de alquilér, o busto se encolhia em *mea-culpa*, e, na impossibilidade de beijar na face a bandarrinha cortejada, se beijava de assobio a aba do chapéu. E emquanto o faceira parava no Rocio a tomar o vento, fazendo beicinho, arregaçando o quitó, afagando os mostachos da cabeleira, emborcando-se para os côches, para as séges, para os florões, para as cadeirinhas que passavam, — que a tudo isto obrigava o namôro bufarinhado, — os michos, os negrinhos, os saltarelos, os palmilhas suadas guinchavam-lhe, cantavam-lhe, ganiam-lhe nas costas um «minuete maroto»:

Olha o faceira
Com seu requeijão.
Vem ao Rocio
Comê-lo com pão...

A procissão passava. O sol ardia. Vinha o rei, a pé; os meninos-órfãos a cavalo; cónegos de mitra que pareciam bispos, monsenhores vermelhos que lembravam cardeais; o Patriarca dormitando entre flabélos; e no couce do pálio de nove panos, que arfava como uma asa enorme faúlhante de oiro, — as chacotas, as folias, as danças de farta-velhacos, o Manuel Trapo e os mochatins, a Marisápoles e Juan Rana, bailando, desnalgando-se, abanando saracoteios, sapateando fandangos, como se a própria alma do povo fôsse, dançando, atrás daquele pálio. O enxame dos jarretas, dos bromas, dos casaquinhas, das maranhôas, dispersava-se, formigava, bezoava; as bandarras janeleiras, pouco a pouco, recolhiam-se para almoçar o doce dos seus bofetes, entre o frade confessor e a mulata dengosa; rescendia mais, depois de pisado, o alecrim das ruas; — e o faceira, ao fim de três horas de procissão e de bufarinheiro, a cabeça ourada, a casaca escorrida, os braços de arame amolgados das ombradas, o pescoço dorido de tanto olhar as janelas, calcurreava para casa, debaixo da raçada crua do sol, deslumbrado, em êxtase, como se a imagem rósea das onze mil virgens lhe passasse, revoando, por diante dos olhos.

Nisto, ao entrar numa viela torta do Bairro Alto, o «França» sente que lhe repuxam a testa, que lhe arripiam a nuca; estala-lhe, retesado, o cabelo do topete; vê passar

no chão a sombra de qualquer coisa que vôa, — e, quando leva a mão à cabeça, gritam-lhe de cima:

— Mata a galinhola! Mata a galinhola!

Um garoto, duma água-furtada, tinha-lhe pescado a cabeleira.

ESCUDEIRAR EM SÊCO

ESCUDEIRAR EM SÊCO

Há sermão nas Francesinhas ou em S. Bento, na Sé ou na Trindade? A bandarrinha não falta. É domingo e há missa? A bandarrinha sái. Quebra-se um momento a sua clausura de rótulas e de ferrolhos. O pequeno pássaro de encêrro vôa da gaióla. É a devoção que a conduz. É o frade confessor que a liberta. É Deus — o Deus paternal e risonho do século XVIII — que a leva pela mão.

Mas imaginam que a França de 1720 saía à rua, como hoje sái toda a gente, de cara descoberta? Ilusão! Ia mais embiocada, mais encapuzada no seu mantéu do que um farricôco da tumba da Misericórdia. Não se lhe via senão um dedo de testa e o lume dos olhos. Nem mesmo de sége, ou de côche, ou, com mais razão, nessas berlindas abertas chamadas «florões», todas vidros e estribos, a bandarra largava o seu manto preto de rebuço. Mas era, sobretudo, quando andava a pé, quando arruava pela cidade, com a dona vélha ao lado e o negrinho atrás, que o bioco se lhe ferrava mais para a testa, que o rebuço se lhe aconchegava mais à cara, como capigorra de escolar medroso colhido sem espada fóra de horas. Era a moda castelhana

das capas amantilhadas, que ficára do século XVII, perseguida e só permitida às parteiras por alvará de 20 de agosto de 1649, punida com vinte cruzados e cadeia por contrária aos bons costumes e à segurança dos maridos, — e, afinal, reabilitada no tempo de D. João V, como hábito de modéstia e de recato, de sossêgo e de virtude. Singular contradição dos tempos! Em 1650, os oficiais de justiça eram obrigados a desembuçar por suas mãos todas as mulheres que encontrassem de bioco; e em 1720, quem se lembrasse de travar dum mantéu de mulher ia trinta dias para o Tronco e dava dez mil reais para meirinhos e alcaide!

Pobre bandarrinha — dirão — que saía tão pouco, que via sol tão raras vezes, e sempre com a cara tapada no manto! Não. Não tenhamos dó dela. Nunca uma moda feminina perdurou, não sendo do agrado ou da conveniência da mulher. A «França» usou o bioco, — por que o bioco, nas suas mãos, foi uma arma terrível de sedução. Tapou a cara, — por que percebeu que, estando mais oculta, seria mais cubiçada. O seu instinto disse-lhe que, revelando-se menos, perturbaria mais. A mulher que passa é sempre o mistério. A mulher que passa escondida no seu manto, encapuzada no seu rebuço, — é mais do que mistério: é desejo, é tentação. Por isso, quando no ano de graça de 1720, uma *Lise* ou uma *Clóri* de manto passava a caminho da missa, muito tapada no seu rebucilho preto, ramalhando contas, ondulando, saracoteando-se, quási dançando no ar doirado da manhã, — era certo que levava atrás dela um faceira, dois faceiras, às vezes três, quando

Deus queria um rancho inteiro de salta-pocinhas de cabeleira «*a la greca*», o chapéu de três cantos empoleirado no sovaco, a mão no peito à melancólica, seguindo-a, espreitando-a, farejando-a, metendo-lhe a cara. No século XVII, era de joelhos pela lama das ruas que o «chombêrga», elegante de Lisboa, seguia a cadeirinha da sua dama; no século XVIII, quando a mulher deixou de ser adoração para se tornar volúpia, o faceira limitava-se a segui-la a pé, com muito menos respeito, mas com muito mais comodidade. A esta perseguição galante pelas ruas, a esta fórma de namôro em que se ia no rasto duma mulher embuçada, tentando adivinhá-la, dizendo-lhe tolices, acompanhando-a à igreja, cocando-a do adro, seguindo-a às lojas dos Italianos, acabando por levá-la a casa e por guardar-lhe a porta, — chamava-se, no tempo de D. João V, «escudeirar em sêco».

Nada mais fácil, — supôr-se-há; pelo contrário: nada mais difícil.

Para «escudeirar em sêco» com bom partido, era pre-

ciso, antes de tudo, ter graça, — graça natural, respostas prontas, conceitos vivos. Faceira calado era homem morto. Tinha de falar sempre, de papaguear sempre no encalço da embuçada, sem perder o falsete, que inculcava francesia, fingindo de vez em quando um «arrotinho», que afidalgava muito; e se a França se dava por entendida, se respondia num descuido de manto, se se esquivava espreitando, como quem diz «segue-me», — era preciso apertar, insistir, dar-lhe trôco, redobrar de finezas, de equívocos, deslumbrá-la, estonteá-la, obrigá-la a quebrar caminho, a desfazer o bioco, a parar, a sorrir, — a render-se. Mas onde estava o faceira improvisador, o faceira com espírito bastante para, do Loreto à Sé, do Rocio ao Bairro-Alto, das capelas da Ribeira à missa de S. Roque, agùentar êsse jôgo de *lazzi* e de conceitos, ter sempre a graça vivaz e a réplica pronta, saber interessar, atraír, vencer pela eloqùência, tornar êsse passeio um minuto e essa perseguição um encanto? Contavam-se pelos dedos. Eram raros como os melros brancos. O faceira vulgar, o casquilho que não confiava nos seus recursos, via-se obrigado a estudar frases, a arranjar narizes de cêra, e quando saía de casa, de quitó doirado e chapéu «à malbruca», para escudeirar em sêco as embuçadas do seu bairro, já levava de cór um bafio de finezas, um bolôr de galanteios do padre Chagas e da Feliciana de Odivelas, que eram «prata quebrada para os encontros», que passavam de geração em geração, que já todas as bandarras conheciam de pequeninas, que tinham já servido para o namôro das mães, que elas ouviam dez, vinte vezes ao dia numa só volta de bioco, do Lausperene para casa, da missa

para os Genoveses, mas — para que escondê-lo? — que tinham sempre para elas o vago encanto, a vaga delícia de todas as mentiras de amor, eternamente velhas e eternamente novas... Que diziam êles? Sempre o mesmo. As embuçadas eram «sol entre nuvens»; as de luto, «crocodilos de nata»; as de leque, «pestes de neve que matam pelo ar»; os olhos pretos, «figas de Cupido»; os azúis, «ciúmes da vista»; os verdes, «morte da esperança»; as mãos eram «jasmins de carne»; os pés, «onças de neve»; se a «França» galgava as escadas do Carmo, «eram as de Jacob por que as subiam anjos», — e a todos os cantos, a todas as esquinas, para tudo, para todas, em falsete, em tiple, aos trejeitos, aos pulinhos, a mesma frase, a frase eterna, a frase que fazia estacar as mulheres mais virtuosas, como o nome de S. Bento fazia parar as aranhas:

— «É linda, Deus a guarde!»

Se ao chegar a casa, ao sumir-se na escadinha estreita de rodapés de azulejo, a França, ainda rebuçada no seu mantéu, vinha abrir o postigo da rótula e espreitar para a rua o faceira que a escudeirava, — não tinha que vêr: pegava o barro, cantava a mulata e era certo o namôro.

NAMÔRO DE ESTAFERMO E DE ESTACA.

NAMÔRO DE ESTAFERMO E DE ESTACA

Um psicólogo do tempo de D. João V definiu o namôro: «a arte de fazer entendimentos».

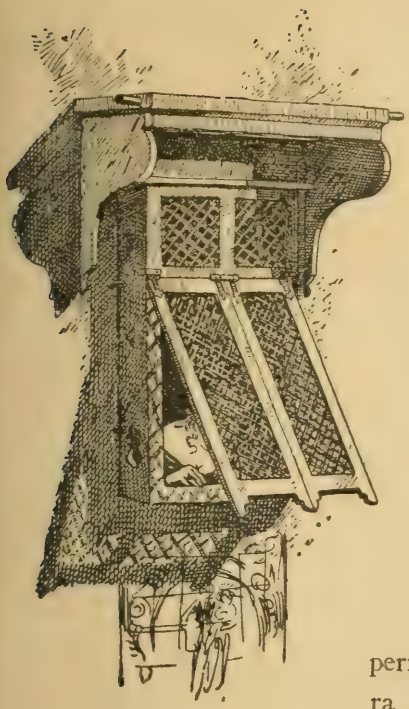
Entendimentos por palavras, quando se falavam; entendimentos por cartas, quando se escreviam; e quando não podiam falar-se, nem escrever-se, que era o que acontecia quási sempre, — entendimentos por trejeitos, por acenos, por suspiros, por piscações de ôlho, por sinais de chapéu, de lenço e de leque, por mordeduras de beiços, por atitudes de quitó, por cortesias de aba-beijada, e, acima de tudo, pela mais viva, pela mais eloqùente, pela mais característica expressão da ternura portuguesa nos séculos XVII e XVIII: o «escarrinho». Foi especialmente a êste entendimento furtivo e sem palavras, a esta comunhão em silêncio e a distância, tanto mais deliciosa quanto mais espiada era, tanto mais atraente quanto maiores perigos corria, que os nossos avós chamaram — o namôro. Namorava-se «escudeirando», é certo; namorava-se também «bufarinhando». Tudo era namorar. Mas o verdadeiro namôro, o namôro lisboeta por excelência, o namôro a grande instrumental, o namôro que levava à felicidade quando não levava às gra-

des de um mosteiro, o namôro que terminava pelo casamento quando não acabava às bengaladas dos pais, era o namôro «de bichancros», era o namôro «de gargarejo», era o namôro «de janela-abaixo». Por toda a parte em Lisboa se namorava assim. Ela de casa, espreitando pelo postigo da rótula; êle da rua, quási sempre num pé só, estendendo o pescoço para a janela como um peixe de Santo António. O faceira encostava-se à parede? Namorava «de estaca». O faceira ficava no meio da rua, espetado como um boneco de picadeiro? Namorava «de estafermo».

Como se faziam os entendimentos no namôro de estafermo e de estaca? Como chegavam a perceber-se, sem trocar uma palavra, os namorados do século XVIII?

Se me dissessem que no tempo de D. João V tinha havido professores de namôro, tão naturalmente como havia por toda a parte professores de dança, — eu acreditava. Acreditava, por que não é de presumir que um «França» de 1720 saísse do ventre materno conhecendo a ponto todo o ritual, toda a etiqueta, todas as complicações dum galanteio de janela-abaixo, como usavam praticá-lo, das vielas do Mocambo aos arcos do Rocio, os turinas de Lisboa. A primeira coisa que o faceira tinha de aprender bem, era a responder com elegância ao «escarrinho». Quando êle chegava debaixo das janelas da bandarra, todas as gelosias estavam fechadas; todos os ferrolhos corridos; era preciso esperar que o postigo se abrisse, e que o escarrinho terno trilasse lá de cima, como uma cigarra nova numa moita de primavera:

— *Grr!*



Eram os bons dias, era o Deus te salve, era a bênção de amor a que o faceira respondia-lhe de baixo, noutro escarrinho de falsete, cantado como um grilo, caricioso como um gorgeio:

— *Grr!*

E um instante, dos beirais do telhado ao poial das portas, dos nichos de azulejo à reixa das adufas, toda a casa, toda a rua chilreava, e trilava, e dobrava o canto, como uma grande árvore salpicada de ninhos:

— *Grr! grr!*

Só então era permitido ao faceira levantar a cabeça, pôr os olhos em alvo, meter discretamente a sua cortesia de aba-beijada, e tomar posição de estaca ou de estafermo, — conforme os seus recursos de elegância e de equilíbrio. O chapéu de três ventos empoleirava-se «a mamar» no sovaco; o espadim doirado, luzindo o seu punho de França, entalava-se entre as côxas; vinha o lenço, — agora desdobrado a todo o pano, a dizer alegria, logo pendente dos beiços,

como um monco de neve, a apregoar ternura; mordia-se o beiço, que era tentação; cruzava-se a perna, tão de leve, que o pé direito ficava dançando no ar; se havia ciúmes, armavam-se olhos de bezouro, bôca de rafeiro, e trazia-se o chapéu como guarda-vento até ao reparo do rosto; assoar-se, queria dizer desdêm que afidalgava muito; tossir, era atenção; cuspir, enjôo; piscar um ôlho, amor; piscar os dois, desespêro; e quando, em plena rua, babando-se, namorando de estaca entre um mariola de capote e uma gritadora de loiça vidrada da Panasqueira, o «França» se via a ponto de fazer entendido um recadinho, — lá tínhamos nós o alfabeto de dedos, a linguagem de trejeitos, o *A* na moleira, o *B* na barba, o *C* na cabeça, o *X* cruzando os braços, e, com admirável propriedade, — o *T* na testa. A agilidade, a rapidez com que a bandarra respondia do postigo, acenando, trejeitando com os dedos, como se volteasse e revolteasse neles os bilros duma renda! E a delícia que era para ambos conversarem em silêncio, entenderem-se sem palavras, viverem, alheios a tudo, a incomparável patetice do seu amor de acenos, — emquanto na rua, ao sol, os cães ladravam, mendigavam frades, tilintavam machos de liteira, passavam chanfaneiros pregoando hortaliças viçosas em alforges mouriscos, e toda a vida da cidade formigava, gritava, tumultuava! Não havia calmas de agosto, nem tempestades de dezembro que fizessem o faceira arredar pé. Queimava-o o sol, sacudia-o o vento, varejava-o a chuva, — e êle ficava impassível, o chapéu no sovaco, o lencinho na bôca, a perna no ar, em contemplação, em êxtase. Encharcava-se? Sorria. Constipava-se?

Voltava. O namôro de estafermo, quanto mais assoado mais fidalgo, quanto mais constipado mais distinto. O próprio Montesquieu o notou, nas suas *Lettres Persannes: «un portugais qui n'etait pas enrhumé, ne saurait passer pour galant»*.

E ninguêm se ria desta caricatura? — perguntarão.

Evidentemente. Lisboa inteira riu a trancos do namôro de estafermo e de estaca. Mas Lisboa inteira acabou por habituar-se. Era ainda uma conseqüência dos costumes árabes do lar português. Foi preciso aceitá-la. Quando, em 1738, o autor da *Description de la ville de Lisbonne* esteve em Portugal, admirou a indiferença e a naturalidade com que pessoas de bom senso suportavam todas as extravagâncias e todos os ridículos do namôro lisboeta. O próprio José Agostinho, na *Bêsta Esfolada,* recorda com benevolência os peraltas «que apanhavam a cacimba e o relento da noite debaixo das janelas da amada até ao despontar da estrêla de alva, e não levavam para casa senão um escarrinho». O faceira do primeiro quartel do século XVIII não teve grandes razões para se queixar do riso do seu tempo. Mas teve-as, de sobra, para temer os cacetes de carrasco ou de zambujo ferrado com que pais e irmãos, maridos e tutores o mandavam deslombar na volta da primeira esquina, — quando não era a navalha dum mochila da casa, pago e peitado por uma pataca de prata, que o estendia de borco nas pedras da rua. Namôro espiado e contrariado pelos pais, era um pôço de desventuras para o faceira. O menos que podia acontecer-lhe, emquanto falava pelos dedos ou trilava um escarrinho, era abrir-se uma rótula de manso,

assomar uma mulata remangada, cochichar para dentro com a mãe da menina, levantar um pote nas mãos, debruçá-lo, emborcá-lo a fêsto sôbre a cabeleira do «França», e quando já a testeirada de estêrco lhe cegava os olhos, e lhe empastava a peruca, e lhe pingava da cara, ouvir que lhe ganiam de cima, entre fungos de riso:

— Água vai!

O BELISCÃO

O BELISCÃO

No século XVII, durante os últimos anos da dominação castelhana, Madrid formigou de portugueses. Conheciam-se à légua. Em se vendo um ferragoulo de baeta negra, um chapéu castorenho de abalroar atirado para a nuca à laia de donato vagabundo, um grande bigode, uma grande espada, uma grande guitarra, — não havia errar: era um português. Mais orgulhosos que se lhes arruassem nas portadas do côche os caldeiros de oiro dos marqueses de Las Sirgadas; mais pobretões que se lhes pojasse às costas um alforge de franciscano. Apontavam-nos a dedo quando êles passavam na *Plaza,* as balonas brancas abanando ao sol, a pêra de chilo farejando no geito cornicabro dum sátiro moço, se acaso apontava da *calle* fronteira um capotinho rôxo de espanhola.

Eram portugueses? Se eram! Os homens podiam enganar-se; mas as mulheres, mesmo sem os vêr, conheciam quando lhes andava perto um picão namorador de Lisboa. Bastava meterem-se em meio do povo, numa procissão da Semana Santa de Sevilha, ou numa missa da *Iglesia Mayor* de Valladolid: se sentiam um beliscão ferroar-lhes a anca

ou morder-lhes a polpa do braço, já sabiam: — estava ali um português. Foi o beliscão que nos fez célebres em Espanha. Foi o beliscão que nos abriu para o amor o estribo doirado de todos os côches, a reixa verde de todas as janelas, a romã madura de todos os lábios. As *niñas holgonas* de Toledo ficaram chamando ao beliscão «mimo de Portugal». Enchemos de nódoas negras o corpo das mais lindas mulheres da Castela-Velha. Mas — *nombre de Dios!* — pagámos generosamente: démos-lhes Velasquez para as pintar.

Não se suponha, entretanto, que nós só beliscámos espanholas. Não. O português beliscou sempre a mulher dos outros por toda a parte onde a encontrou. Foi uma obstinação. Foi uma fatalidade. Sentir refegar-se-lhe nos dedos, bem arpoada, a carne tronchuda duma perna ou a polpa firme dum peito, rija e doirada como os pêssegos dos coutos de Alcobaça, — era para os nossos avós uma delícia só comparável à certeza resplandecente da bemaventurança. Seguiam de jornada para Flandres, para a Itália, para a Holanda? Levavam na bagagem, com a guitarra e a espada, — o beliscão português. Ficavam em casa? Ai da primeira rascôa guaparrona que lhes passasse à flor dos dedos, com dois seios redondos a ápojar no corpetinho! Quanto mais ela chiava, beliscada «de pincho» ou «de estorcegão», — mais feliz, mais saciado, mais radiante se sentia o picão português de 1630. Correram os anos; mudaram os tempos: o beliscão ficou, como um vício do sangue, como um estigma da raça. Foi, com o «escarrinho», a herança amorosa que o século XVIII português recebeu

do século XVII. O faceira herdou-o do chomberga, — para o passar depois ao casquilho, e o casquilho ao bandalho, e o bandalho ao peralta, e o peralta ao pisa-flores. O próprio D. João V, conta o bispo do Grão-Pará, disfarçou-se de mendigo para ir beliscar mulheres a S. Roque. O faceira real, primeiro faceira do seu tempo, podia ter ensinado aos turinas de cabeleira de França e casaca de mosquito, a arte de conhecer pela ponta dos dedos todas as mulheres bonitas de Lisboa. Se no século de 1700 o «namôro de estafermo» realizou o tipo do amor português na sua fórma contemplativa, — o beliscão caracterizou-o admiravelmente na sua expressão sensual.

O faceira beliscador de 1720 teve um campo de operações predilecto: a Igreja. Nunca um logar tão sagrado abrigou um passatempo tão profano. Foi precisamente na Igreja que o namôro do século XVIII revestiu as suas fórmas menos platónicas. E compreende-se porquê. Mantidos a distancia pela imposição duma moral monástica que reduzira a sociabilidade ao mínimo, — era na Igreja que os dois sexos se encontravam, se aproximavam e se sentiam. «*Chaque relation de voyage en Portugal parle des galanteries qui ont lieu pendant la messe,* — diz o alemão Link, que nos visitou em 1797; — *les jeunes filles ne sortent presque jamais de la maison que pour aller à l'eglise; on imagine aisément que l'amour ne néglige pas la seule occasion qu'il a de se montrer*». As Igrejas de Lisboa, sôbretudo as mais favorecidas pela obscuridade — S. Roque, Loreto, S. Domingos — foram Citéras de sobrepeliz. Missas, tríduos, novenas, sermões, eram as nossas «festas ga-

lantes». Em França, o amor do século XVIII foi uma pastoral; em Portugal, um Lausperene. Pan amoroso, em vez de se rebolar na relva, ao sol, como nas pastorais de Boucher, andava pelas igrejas, acocorado atrás das pias de água-benta. E quando as franças e as sécias, as casquilhas e as gaivotas, com o seu biôco pela cara, chocalhando rosários, peneirando o donaire, trejeiteando o leque, lhe passavam à babugem dos dedos na penumbra de oiro das arquinaves, — a mão hirsuta, a mão felpuda do fauno avançava, metia-se como uma toupeira por debaixo dos mantos, o próprio Deus sorria, choviam os beliscões ferroando

a carne, e emquanto no altar a casula do padre faúlhava, — *Gloria tibi, Domine!* — gritinhos surdos, aqui e alêm, iam picando o silêncio da Igreja:

— Ai! Ai!

Como a missa, que ela seguia de perto, a sensualidade sonsa do beliscão português também teve o seu ritual. O faceira, ou beliscava no «logar dos leques», parte elegante da nave central onde se reùniam as bandarras, ou então junto à pia da água-benta. Se o logar dos leques estava cheio e era possível beliscar a coberto, — lá ia êle, furando, farejando, acotovelando, cortejando a um lado e a outro como lançadeira de tear, ajoelhando ao pé das ajoelhadas, acocorando-se ao pé das acocoradas, pinchando, estorcegando, palpando, fazendo o possível por meter as criadas de permeio, e obedecendo sempre ao bom preceito do faceira beliscador, que mandava olhar para o lado da Epístola emquanto se beliscava para o do Evangelho. Como os arcos de ferro dos donaires defendiam as mulheres da cintura para baixo, o França, para poder dar o beliscão «de sétimo céu», que era o da anca, tinha de aprender a solapar a mão por debaixo dos guarda-pés e das polheiras, até levantar, de leve, toda a armação de arame. Esta operação era tão arriscada, que valeu em 1743 o degrêdo, por devasso, ao Procurador Geral dos Dominicanos. Já nesse ano o escândalo dos beliscões chegára a tal ponto, sobretudo na igreja de S. Domingos, que foi preciso, diz o n.º 38 do *Mercúrio Histórico,* construir em todas as igrejas teias altas de madeira que separassem os homens das mulheres. Daí por diante, vedado o acesso ao logar dos le-

ques, o faceira teve de recorrer à pia da água-benta. Era mais grave, por que operava isolado, — e a descoberto. Entrava a arrastar os pés, descalçava uma luva, benzia-se de «signo saimão», desdenhosamente, estendia pela igreja um olharsinho de enjôo, deixava saír o padre, principiar a missa, — e ia encostar-se à pia da água-benta, à espera do primeiro biôco retardatário. Era sabido: quando a embuçada assomava, êle sorria, piscava o ôlho, cortejava-a de mergulho, esvaziava na água um frasquinho de Córdova, que era o melhor perfume do tempo, esperava sorrindo que ela se chegasse, — e emquanto com a mão direita a borrifava de cruz, a esquerda, surrateira, sofraldava-lhe o manto e metia-lhe um beliscão aos peitos. — «Por que será que as mulheres riem quando as beliscam?» — perguntava Arlequim, numa comédia de Goldoni. A portuguesa ria como as italianas, — mas, primeiro, gritava. Era êsse gritinho comprometedor que denunciava o beliscão do faceira. Se havia parente perto, iam espadas fora, luziam quitós, levantava-se o povo, — e então já não era ela que gritava, era êle, corrido a pontapés pelo adro soalheiro, verde de mêdo como uma convalescença de sezões, a sapatorra dos pais e dos irmãos a pontoar-lhe o sítio que êle mais gostava de beliscar nas mulheres:

— Ai! Ai!

— —

O AMOR NA CÔRTE

O AMOR NA CÔRTE

D. João V, êsse rapazola «*un peu fou*», como dizia Mathieu Marais no seu *Journal*, trouxe à côrte sorna e beata do princípio do século XVIII uma verdadeira convulsão. Revolucionou tudo, transformou tudo. Com o avô D. João IV, o paço fôra uma capela; com o tio Afonso VI, uma cavalariça; com o pai Pedro II, um mosteiro. D. João V sacudiu dos seus manguitos de renda toda a poeira do passado, — e acabou com o mosteiro, com a cavalariça e com a capela. Pois quê? Os seus vinte anos haviam de deixar-se abafar naquela côrte sem mocidade e sem mulheres, por cujos corredores soturnos, em silêncio, não passavam senão velhos e frades? Não. O sonho de Versailles, que êle nunca vira, deslumbrava-o, acenava-lhe de longe. Uma côrte não podia ser uma sacristia, nem um picadeiro, nem um claustro. Uma côrte como êle a entendia, como êle a sentia — êle, afilhado do Rei Sol — devia ser alguma coisa de vivaz, de brilhante, de luminoso, de magnífico, um gineceu doirado por onde o galo real passeasse, ruflando a asa e encrespando a crista, com a Jarreteira no joelho, a impertinência no olhar e o Tosão de Oiro ao pes-

coço. No Paço da Ribeira só havia salas bafientas, escuras, monásticas, com tetos de tumba e chão de tijolo? Que importava! Faziam-se outras. As mulheres fechavam-se, embiocavam-se, aferrolhavam-se à mourisca nas suas câmaras, com mêdo de que os homens as comessem? Pois bem: o rei era êle, a moda era êle. Haviam de vir dançar com os homens, falar com os homens, conviver com os homens, — fazer scintilar, naquela Versailles saloia do Arco dos Pregos, à luz de quinhentas velas acesas, a sua nobreza e a sua graça, a sua mocidade e as suas jóias. Iam murmurar os Catões do Paço? Que importavam os Catões velhos à juventude insolente de D. João V! Mariana de Áustria chegou, com os seus jesuítas, os seus cães, a sua fealdade, os seus cravos holandeses. O rei casou-se. E da sombra do velho Paço do século XVII, da capela de D. João IV, da cavalariça de Afonso VI, do mosteiro de Pedro II, jorrando luz, faùlhando talhas, sacudindo polvilhos, revoando pinturas, enchendo, dum tôpo a outro, a nova Sala dos Embaixadores, entre leques e espadins, púrpuras de cardeal e casacas de sêda, cabeleiras de França e músicos de Itália, acanhada ainda, hesitante ainda, tonta de liberdade e de claridade, — a côrte de D. João V surgiu.

Sem luta? Não. Não se afastam séculos de tradição, ligeiramente, com o tacão vermelho dum sapato. O «Portugal novo» aplaudiu; mas o «Portugal velho», tudo quanto havia de anacrónico, de conservador, de *vieux-jeu* na nobreza palatina, não duvidou protestar, respeitosamente embora, contra hábitos estrangeiros de licença e de escândalo que vinham perturbar a serenidade patriarcal da côrte

portuguesa. O teto da Sala dos Veados dividiu-se. Formaram-se dois partidos: o da «moda nova», capitaneado pelo conde da Ericeira, D. Francisco, homem elegante, desempoeirado, jovial; o da «moda velha», pelo conde de Vimioso, espécie de duque de Saint Simon, azêdo e formalista, taciturno e devoto, para quem o lar era um mosteiro, a virtude uma clausura, e uma mulher — o diabo. O primeiro tinha por si o rei. O segundo tinha por si a tradição. «Fui ao Paço (conta o desembargador Brochado para Londres, em carta ao conde de Viana) a ternir com a minha beca a alegria de tão espaçosas salas, onde me dizem que há grandes disputas entre os cavalheiros para a constituição da nova côrte; por que uns querem que as senhoras se deixem vêr e venham conversar com êles nas antecâmaras; que joguem e bailem sem distinção de sexo e de idade; outros, pelo contrário, pregam retiro, silêncio e recato, e detestam com positivo anátema o comércio de damas e cavalheiros, ainda que seja em presença da mesma Diana». Não era fácil encontrar uma fórmula de conciliação entre a observância da Cartuxa e as festas do *Grand Trianon*. Venceu quem tinha de vencer: o partido da «moda nova», o partido do conde da Ericeira, — o partido do rei. No dia 4 de novembro de 1708, dia de S. Carlos, as salas dos Tudescos, dos Embaixadores, dos Leões, abriram-se, inundaram-se de luz, armaram-se de panos de Arrás; damas acanhadas, deslumbradas, salpicadas de jóias, entraram aos bandos, tímidas, escorregando, escondendo-se, encostando-se umas às outras como ovelhas medrosas; pela primeira vez, desde os bons tempos de D. Ma-

nuel, homens e mulheres encontraram-se, conheceram-se, cortejaram-se nas salas do Paço; a raínha tocou cravo; a infanta D. Francisca, muito gorda, muito còrada, muito empoada, dançou; os moralistas de biôco do Portugal velho cuidaram que se tinha acabado o mundo e a vergonha, — e Luís Manuel da Câmara, alarmado, apreensivo, contava para a Holanda, seis dias depois, em carta á D. Luís da Cunha: «houve um baile no dia de S. Carlos, em que dançaram, e cantaram as damas do paço na presença de damas e fidalgos; el-Rei está teimado em estrangeirar o nosso país, e não sei até onde acabará...»

Desde êsse dia produziu-se — era inevitável — uma profunda modificação nos costumes e na moral da côrte. A sedução nasceu. A graça revelou-se. Cultivou-se a elegância. Balbuciou a intriga. Surgiu o amor. A nobreza portuguesa do princípio do século XVIII, carrancuda e beata, sorna e patriarcal, que mandava casar as filhas sem elas saberem com quem, teve de contar, daí por diante, com um elemento novo. A menina fidalga, a França do Paço, requestada, galanteada, perseguida, — pôde amar e escolher. Escolhendo, — dignificou-se. Dignificando-se, — dominou. O motivo sentimental começou a intervir nos casamentos da côrte. Dois Amores côr de rosa assentaram-se, sorrindo, sôbre o livro do Armeiro-Mór. As mulheres das grandes casas fidalgas continuavam a viver reclusas como cónegas, a sete chaves, de pernas encruzadas sôbre a sua esteira? D. João V trouxe-as ao Paço, — e insensivelmente, inconscientemente, foi fazendo dêsse Paço uma escola de convivência e de galan-

teria, que as poliu, que as sociabilizou, que as libertou, que as revelou a si mesmas, que as educou na arte subtil de conversar, de perturbar, de seduzir. É por isso que, a partir de D. João V, o culto da mulher ganha em interesse, em curiosidade, em valúpia. As grandes belezas da côrte, na primeira metade do século XVIII, deixam de ser sombras impessoais e misteriosas, ventres fecundos destinados à perpetuação de estirpes, — para se tornarem criaturas vivas, reais, conhecidas, discutidas, admiradas, celebradas, a quem os poetas fazem versos, os moralistas sátiras, e cujas alcunhas correm na côrte, de mão em mão, em papeis que chegaram até nós, cheios de alusões às suas intrigas de amor e tiradas dos títulos das comédias famosas de Espanha. Quem lhas põe? O «Pinto renascido»? Ignora-se. Mas as alcunhas chovem, crivam-nas, zumbem-lhes à volta como zângãos, picam todas as costelas de oiro do Paço, não perdoam nem às casadas, nem às viúvas, nem às freiras. A marquesa de Fronteira é — «*mas muere quien mas ama*»; a marquesa de Marialva — «*el impossible mas facil*»; D. Luísa Ponce — «*no hay burlas con el amor*»; a condessa de Pombeiro — «*sufrir por querer mas*»; D. Violante de Portugal — «*la presumida y la hermosa*»; a marquesa de Arronches — «*la Babylonia de amor*»; a condessa

de Viana — «*agradecer y no amar*»; D. Maria de Noronha — «*el desden con el desden*», — e quantas outras, traços fugitivos de amorosas, névoas ligeiras de sonho, restos desbotados de flôr, que D. João v aspirou talvez, cujos encantos viveram a eternidade de um dia, cuja memória viveu o instante duma hora, e de quem ficou apenas, como a sombra dum perfume, num título de Calderon ou de Fray Lope, de Tirso ou de Moreto, a suspeita de que amaram muito e de que foram perdidamente amadas...

Mal sabem hoje as mulheres, ao evocar a figura fútil dêste rei de vinte anos, quanto êle concorreu, sem querer, amando e brincando, para a dignificação do seu sentimento e para a redenção do seu sexo!

AS DOBRAS DE DUAS CARAS

AS DOBRAS DE DUAS CARAS

No último dia de cada mês, por volta das onze horas da manhã, o vélho guarda-roupa de D. João v, João Correia Manuel de Aboim, abria de mansinho a porta do quarto do rei, entrava ajoujado com uma pesada alcôfa de esparto, e ia meter-lha misteriosamente debaixo da cama. Já se sabia. Ao darem as onze badaladas na tôrre da Capela Real, a mão decrépita de João Manuel erguia o rodapé branco do leito, a alcôfa açapada pojava no chão, — e na sombra, esbeiçando do esparto torcido, qualquer coisa de vivo, de metálico, luzia, faíscava, escorregava tinindo. Era dinheiro.

Mas que dinheiro era aquele, trazido com tanto recato da Moeda e metido com tamanho segrêdo debaixo da cama do rei? Se se fizesse esta pergunta ao velho guarda-roupa, êle encolhia os ombros, estendia de esguelha um ôlho malicioso, beijava de cruz dois dedos, e abalava sem responder. Só o gordo Frei Caitano, padre bernardo de Alcobaça, espécie de almocreve chambão e grosseiro que D. João v fizera seu prègador, não tinha papas na língua: em vendo, na sombra dos corredores, passar a alcôfa, latejava-lhe o

cachaço, fuzilavam-lhe os olhos, entouçava os punhos felpudos e rugia apoplético:

— Lá vai o dinheiro das fêmeas!

Frei Caitano dizia a verdade. Era aquele o dinheiro com que D. João v, casado havia poucos anos, pagava as suas freqùentes viagens a Citéra. Eram aquelas pequeninas moedas de oiro, lampejantes e novas, batidas nos punções admiráveis de Mengin, que contavam, no seu tinido musical, caíndo como horas num relógio, todos os beijos galantes de Sua Majestade. E se Mariana de Áustria não fôsse uma alemã fria, egoista, impassível, indiferente a tudo, alheia a tudo, metida sempre no seu quarto com as damas, com os cães, com os mestres de música, com o jesuíta Stieff, — essas moedas teriam contado tambêm, uma a uma, as lágrimas da raínha. Era o dinheiro do amor. Era o dinheiro do pecado. Era a moeda do fauno real, por cujo espelho de oiro, tão pequeno como o espaço que ocupa um beijo, passavam, num clarão fugitivo, hespérides nuas sorrindo, ancas róseas de ninfas rebolando na relva, peitos loiros de nereida salpicados de espuma e húmidos das ondas, — as nereidas, as ninfas, as hespérides, as bacantes da côrte e da ópera, dos conventos e do paço, que D. João v sentiu, aspirou, beijou, e que Pedro António Quillard, o Watteau de Queluz, deixou pintadas por todos os altos de porta, por todos os tetos de sala, por todos os tampos de espineta. Dinheiro vulgar, dinheiro como o outro? — perguntarão. Isso sim! D. João v era lá homem que pagasse um beijo na mesma moeda em que os pagava toda a gente! Não. Dinheiro especial, dinheiro novo, di-

nheiro único, — dinheiro seu. O amor era ainda uma expressão da sua manificência. Um rei que ama — pensava êle — deve amar como um deus. Júpiter não poderia comprar uma carícia com o dinheiro dum mortal. Também êle, Júpiter de Odivelas, queria que todas as Alcmenas de Santa Clara, todas as Ledas de S. Bernardo se lembrassem, ao vêr pojar o oiro nas mangas dos seus hábitos, — que era o rei que lhes pagava. A ordem foi para a Moeda; Vieira Lusitano desenhou a efígie de D. João v; Mengin gravou os punções; abriram-se ferros e cunhos novos, — e, dali a pouco, a primeira alcôfa do «dinheiro das fêmeas» entrava no Paço da Ribeira. Quem visse as moedas a bocejar do esparto, cuidaria que eram dobras de oiro de dois escudos, meias peças vulgares de 3$200 réis; mas se as voltasse, se as trasvolteasse nos dedos, se lhes procurasse as cruzes, — não as encontrava. Tinham, de ambos os lados, em ambos os cunhos, a efígie coroada, a efígie cesárea de D. João v. Eram dobras de duas caras.

— Chegou o dinheiro, meu senhor!

O velho João Manuel levantava os alparavazes do leito, o rei espreitava para debaixo da cama, — e vinha à noite Manuel da Costa, o imprescindível Manuel da Costa, homem sardento, ruivo, cambaio, com a cruz de Cristo ao pescoço, confidente e alcoviteiro de D. João v, contar as peças, apartá-las, empilhá-las em montes, cinco, seis, nove, dôze, tantos quantas eram as mesadas certas e as aventuras incertas de Sua Majestade, atar as pilhas de dobras em sacos moles de coiro ou de badana, e escrever em cada saco, discretamente, respeitosamente, um nome de mulher.

Quantos nomes galantes traçou a mão firme de Manuel da Costa, durante êsse conto brèjeiro de La Fontaine que foi toda a vida de D. João v! Quantas figuras de mulher nós vêmos passar, esfumadas, empalidecidas, quási desfeitas na névoa distante do tempo, por detrás dêsses sacos grosseiros de dobras de oiro com que a magnificência do rei pagou a sensualidade hirsuta e gorda do sileno! Veem de toda a parte, das varandas do Paço e dos pátios de comédias, das adufas verdes da rua-suja e das grades doiradas dos mosteiros ricos. Agora, é sóror Madalena Máxima, a freira bernarda a cujo ventre um dos meninos de Palhavã vai buscar a faixa contraveirada de prata das bastardias, — logo é a cómica Petronilha Brasilii, responsável pelo ataque de paralisia do rei, fugida para Madrid com trinta azêmolas carregadas de baús; hoje, a cigana Margarida do Monte, morta no convento da Rosa e amortalhada no hábito de S. Domingos, — àmanhã a *Francesa,* mãe de D. António, tão francesa, talvez, como a cortesã

Dionísia Águas Belas; num dia, a pimentinha Madre Paula, com as suas pias de água-benta e os seus bispotes de prata, — noutro, a moça azevieira da «Flôr da Murta», de cujo irmão, o sapateiro Bento Fernandes, D. João v faz um embaixador a Roma: — e, além destas, quantas outras, instantes de loucura e eternidades de fastio; rosas dum dia, que o rei aspira e desfolha, beija e desdenha; ilusões de volúpia vindas da ópera das Paghetti ou dos claustros de Santa Clara; saloias de carapuço colhidas pelos quinchosos verdes de Belas; franças novinhas da Rua Nova sorvadas já por frades gulosos de S. Francisco, — quantas aventuras, quantas saias, quantas mulheres, povo fecundo e côrte galante, tacão de perdiz e tamanco arreganhado, por cujos toucadores, e leitos, e baús, e bufetinhos, bateram, tinindo, chispando, faùlhando, escorrendo, as dobras de oiro de duas caras, a moeda de amor de D. João v!

Mas — destino de todas as moedas — as dobras bifrontes eram dinheiro, — e êsse dinheiro corria. Da Moeda para os sacos de Manuel da Costa; dos sacos para as arcas das amantes do rei; das arcas de roupa, cheirosas de alecrim e de água de Córdova, de alfazema e de rosários de peros sêcos, para as mãos indiferentes de todo o mundo, — adelos e mercadores, ourives e algibebes, genoveses e capelistas, bruxas e pasteleiros, mestres de cravo e de solfa, de francês e de dança. Eram meias peças; eram dobras de dois escudos: — era dinheiro como qualquer outro. Aceitavam-no todos: só as velhas encazinavam com êle. Quando uma dona do Portugal antigo, enrugada como um pêssego de sequeiro, ainda com o seu fêsto e o seu

manto de Lamêgo, o seu breve-da-marca e os seus rosários à cinta, lobrigava uma dobra de duas caras entre as peças de oiro que lhe corriam nas mãos — uma moeda do diabo entre o dinheiro de Deus Nosso Senhor — era certo vê-la agastar-se, arrenegar-se, torcer a bôca de enjôo, bolir na moeda com a ponta dos dedos, jurar que ela ainda cheirava a pecado, e benzer-se fungando, espirrando:

— T'arrenego! Dinheiro de Judas!

Mas nenhuma o deitava fóra.

O FREIRÁTICO

O FREIRÁTICO

Querem conhecer a quinta-essência do platonismo no amor português do século XVIII? Aí o teem. É o freirático.

Foi o século XVII que o inventou; foi no tempo de D. João V que êle floresceu. Era um tipo. O amor, como as folhinhas, tem os seus mártires: fôram os «devotos de freiras» que se encarregaram de escrever, de 1653 a 1744, datas extremas dos alvarás que os perseguiram, as páginas mais interessantes dêsse martiriológio. Nunca houve, em amor, ninguêm tão escarnecido, tão explorado, — e tão pouco exigente como o freirático. Um olhar do côro, uma palavra na grade, um suspiro ao ralo: nada mais desejáva, nada mais pedia. Arruìnava-se em jóias, em presépios, em capelas para os anjos, em capas para as irmandades; enfiava presentes às «comadres», crùzados às serventes e aos monazilhos; esvaziava a bôlsa, vendia a sége, despia a camisa, caía nas mãos dos quadrilheiros e dos meirinhos, do Ordinário e da Inquisição, — só pelo prazer ingénuo, pelo inofensivo prazer de poder confessar a um amigo, entre dois risinhos secos e duas cortesias dançadas, que,

como o marquês de Gouvêa, como o conde de Tarouca, como o morgado da Oliveira, também tinha a sua freira na Rosa, nas Mónicas, no Salvador ou em Sant'Ana.

Mas não se julgue que era apenas a vaidade que levava o amoroso do século XVIII às portarias e às grades dos conventos. Não. O verdadeiro freirático, o freirático praticante, o freirático sincero, não o era nem por luxo, nem por exibição, nem por moda: era-o por temperamento, era-o por necessidade, era-o por convicção, — era-o por platonismo. Para êle, o amor não existia sem êsse profundo sentimento do mistério e do respeito, sem essa intensa e absorvente espiritualidade, sem êsse encanto penetrante e religioso, que só se encontram na reclusão inviolada, na beleza oculta e inatingível, na comunhão imaterial de ânsias que não se confessam, de sorrisos que mal se suspeitam, de beijos cuja maior delícia está na certeza de que nunca se hão-de dar. Natureza sonhadora e tímida, devota e paradoxal, o freirático não compreendia a mulher senão através da tortura voluptuosa de a adivinhar; só a desejava ardentemente, quando se convencia de que a desejava em vão; não tinha olhos para vê-la senão quando o hábito cinzento de Santa Clara ou o escapulário negro de S. Domingos o impediam para sempre de a vêr. Na sua doentia concepção do amor, toda a doçura nascia do impossível, todo o encanto provinha do mistério, — e mistério, e impossível, só os encontrava vivos, palpitantes, perturbadores, na escuridão dum locutório pobre de capuchas ou na meia luz duma grade doirada de bernardas ou de agostinhas ricas. O vão das grades era tão profundo, que

dois braços estendidos não podiam tocar-se pelas pontas dos dedos; falava-se tão baixo, por causa das gradeiras e das «escutas», que o freirático precisava de ter ouvido de palmo para entender a freira à distância de dez varas castelhanas; todos os contactos eram impossíveis; chegava a ser difícil atirar-se uma flôr; a luz era tão pouca, que mal se distinguia, ao fundo do locutório, a sombra espessa dum hábito ou o rengo branco duma toalha. Mas o freirático não exigia mais. O que era nada para os outros, era tudo para êle. Bastava-lhe a contemplação, o êxtase, o murmúrio, um movimento que trouxesse consigo a sombra dum perfume, uma palavra que arrastasse na sua asa um pouco de infinito, — a flôr dum sentimento que tudo dá e que nada pede, que tudo sacrifica porque diviniza tudo. Às vezes, nem mesmo a grade lhe permitiam; a própria contemplação lhe era vedada; tinha de resignar-se ao tôrno e à roda, a ouvi-la sem a vêr, a adivinhá-la sem a ouvir; colava os lábios à placa de ferro do ralo, crivada de cruzes, e ali ficava horas

esquecidas, tardes inteiras, na ilusão dum beijo que só se extinguia, quando a saltimbarca dos quadrilheiros assomava no pátio ou alguma berlinda parava, oscilando no lagêdo da rua...

«Freiráticos de Odivelas,
De mil flores entre as galas,
Entram só para cheirá-las,
Porêm, não para colhê-las...»

Mas — dir-se há — quantas vezes o pecado violou, nos séculos XVII e XVIII, os muros dos conventos! Quantas portarias se abriram, furtivamente, para deixar passar o manto negro de Sua Alteza o Amor! Em quantos catres humildes de franciscana desfolhou a virgindade a sua corôa de rosas! Quantas vezes os próprios reis, em Santa Clara ou em Odivelas, na Conceição ou em Via Longa, foram buscar a ventres de clarissa ou de bernarda a faixa contraveirada de prata das bastardias! Escaladas, raptos, fugas, seduções, escândalos, — de tudo viram essas pequenas celas de bentas e de agostinhas, de brígidas e de capuchas, de dominicas e de cónegas, sôbre cujo atril dormiam antifonários iluminados, emquanto uma nuvem de Amores côr de rosa corria discrètamente as cortinas dum leito... Agora, é o conde do Rio, que entra no mosteiro das Mónicas e passa uma noite com sóror Catarina da Trindade; logo, é D. Luís da Silveira, que escala o convento do Salvador e é prêso por ordem do rei; hoje, o velho D. Martinho de Mascarenhas visita a Gamarra na sua cela; àmanhã, o conde de Valadares põe manto e touca

para ir falar a uma leiga de Santa Clara; um dia, é o médico do mosteiro da Rosa, que, surpreendido nos braços duma das madres, puxa de uma faca para a abadessa; outro dia, é D. Luís de Sousa, que faz tirocínio para a púrpura de cardeal violando uma noviça no Pôrto; mais tarde, é o infante D. Francisco, que vai comer lagostas cosidas no regaço da freira de Sant'Ana; por fim, são os próprios frades, são os próprios reis; é o provincial de S. Francisco, apanhado de noite num convento de freiras e desterrado para cem léguas da côrte; é o arcediago de Braga, D. António, prêso em flagrante com a abadessa de S. Bento de Barcelos; é Afonso VI, que promete a sóror Ana de Moura fazê-la raínha de Portugal; é D. João V, que se apeia do seu côche, em Odivelas, para ir lêr papeis de solfa com as freiras assentadas nos joelhos.

Mas não façamos aos verdadeiros freiráticos o ultraje de os confundir com os vulgares *coureurs de femmes*, — que passavam, com a mesma facilidade, dos braços duma freira para o leito duma cómica do pátio das Arcas, da pia de água-benta para a viola da Cirne e da Martinha, dos tapêtes do Paço para os catres do Mocambo e da Madragôa, procurando por toda a parte, grosseiramente, indistintamente, — a mulher. O freirático de convicção, o freirático «que se prezava de discipulo de frei Joanico», não profanava, não caía na baixeza dos amores vulgares; adorava de longe, suspirava de longe; se a freira sorria, baixava os olhos; se a freira avançava, recuava êle; era o D. Quixote das grades, o Palmeirim de Inglaterra das portarias; o seu namôro era um êxtase, a sua alma um

Lausperene, o seu delírio uma beatitude. Nos conventos menos rigorosos, nas grades menos profundas, sempre que eram possíveis os contactos furtivos, a maior temeridade que a si próprio permitia era um ingénuo, um tímido apêrto de mão, dado com o supersticioso respeito com que se toca uma relíquia, a princípio com a manga do hábito de permeio, depois num longo e comovido contacto, cuja maior volúpia estava, precisamente, na sua infinita espiritualidade. O freirático puro, o freirático de vocação foi essencialmente platónico. Por isso dois séculos inteiros se riram dêle. Não compreendiam, não podiam compreender, na sua grosseira e prática sensualidade, o encanto imaterial daquele anseio sem esperança, o êxtase divino daquela paixão sem desejo, a resignação suprema daquele amor sem posse.

Daí, todo o ridículo, todas as perseguições que cáem sôbre o freirático, nos séculos XVII e XVIII. É precisamente D. João V, o galo de Odivelas e de Via Longa, que se torna o seu pior inimigo. Numa rusga geral aos freiráticos feita em 1742 pelos corregedores dos bairros, são presos oitenta e tantos, diz o *Folheto de Lisboa,* — «entre êles pessoas de qualidade». O rei, em 1744, manda chamar o Geral de Alcobaça e recomenda-lhe a reforma dos mosteiros de bernardas e a caçada universal a todos os freiráticos que os freqùentam. É ordenada uma devassa. Cái no Aljube meio mundo. E emquanto as cadeias se povoam de fidalgos, de frades, de baetas, de faceiras, de michos, de bandalhos, de estudantes, quási todos apanhados com cartas e retratos de freiras ao pescoço, — D. João V,

nas Caldas, já paralítico, o barrete de Santo André Avelino enterrado na cabeça, as mãos descarnadas, o óculo de oiro encostado à órbita, lê voluptuosamente a relação dos presos, e rouqueja para frei Manuel do Sepulcro:

— Cacem mais, cacem mais...

A FREIRA

A FREIRA

O freirático sofreu muito aos quadrilheiros, aos meirinhos, aos corregedores, ao Ordinário, à Inquisição, ao ministro Bacalhau, ao Geral de Alcobaça, ao cardeal da Mota, — ao próprio rei. Foi prêso, metido no Aljube, desterrado para Angola, deslombado pelos alcaides, tosquiado de multas para o Desembargo do Paço, aferrolhado com os doidos na Casa das Palhas. Mas tudo isto era nada, comparado com o que êle sofreu à freira.

Porquê, — se era a freira que êle adorava, se era por ela que êle padecia todas as perseguições, todos os vexames, todos os escândalos, com uma paciência, uma resignação, um sentimento do platonismo, que nunca foram excedidos? Por isso mesmo. A ingratidão da freira estava na lógica do coração feminino. O que eram, afinal, bentas e claristas, mónicas e bernardas, capuchas e albertas, terceiras e jerónimas, brígidas portuguesas de Marvila e cónegas sumptuosas de Chelas? Mulheres. Apenas mulheres. E a mulher riu-se sempre, implacavelmente, de todos os tímidos, de todos os hesitantes, de todos os contemplativos, de todos os platónicos. Parece que, tendo realizado,

em amor, a expressão máxima da adoração, os «devotos de freiras» deviam ter sido infinitamente amados. Engano. A adoração do homem só interessa e perturba a mulher quando a audácia, a virilidade e a fôrça a tornam desejo dominador, posse absorvente, volúpia dolorosa. O êxtase do freirático, inerte e insexuado como todos os idealismos, foi, na vida amorosa do século XVIII, uma quantidade negativa. A princípio, a freira limitou-se a escarnecê-lo. Depois, percebeu que tinha no freirático uma mina, e emquanto viu luzir-lhe na mão um anel de pedras ou uma pataca de prata do Peru, explorou-o, depenou-o, arruìnou-o. O freirático tornou-se para a religiosa portuguesa uma indústria tão rendosa como os ladrilhos de marmelada ou como os tapêtes de Arraiolos. «Mostrem-me um homem que tratasse com freira — diz um manuscrito do tempo, intitulado *Advertências Freiráticas* — que não saísse logrado, sevandijado, ultrajado, esfolado, arrastado, esfalfado, sacudido, consumido, vendido, aborrecido, caído, perseguido, desfavorecido, banido, tolhido!» Imaginam que o freirático, vítima da freira, se curava e deixava as grades do convento? Ilusão! Lá ia outra vez no dia seguinte, cambado, pobre, rôto, — mas risonho, florido, alegre como um pucarinho de Natal, o quitó doirado metido entre as pernas, o lenço de holanda fina caído da bôca, um livro de Frei Luís de Granada debaixo do braço, vender a camisa do corpo por uma hora de grade com sóror Técla, por um minuto de ralo com madre Pérola. Queixava-se? Mas a sua queixa era um murmúrio. Arrufava-se? Mas o seu arrufo era um suspiro. E se, às ve-

zes, troçado, ludibriado, despedido pela freira, enxotado à vassoirada pelas donatas dispenseiras do convento, sentia a necessidade pecadora, o ímpeto humano de vingar-se, — limitava-se a cantar, a guinchar da portaria, em falsete, a «dadaínha do freirático», sátira ingénua à freira portuguesa do tempo de D. João v, conhecida em todos os mosteiros dos quatro cantos de Portugal, — de Santa Maria de Lorvão a S. Bento de Castris, do Salvador de Braga a Santa Cruz de Vila Viçosa:

«Das freiras desta cidade,
Que correm de grade em grade,
Com quem temos pouca fé,
Libera nos Domine.

Da que ama sem amor,
Da que mente sem temor,
Da que pede sem porquê,
Libera nos Domine.

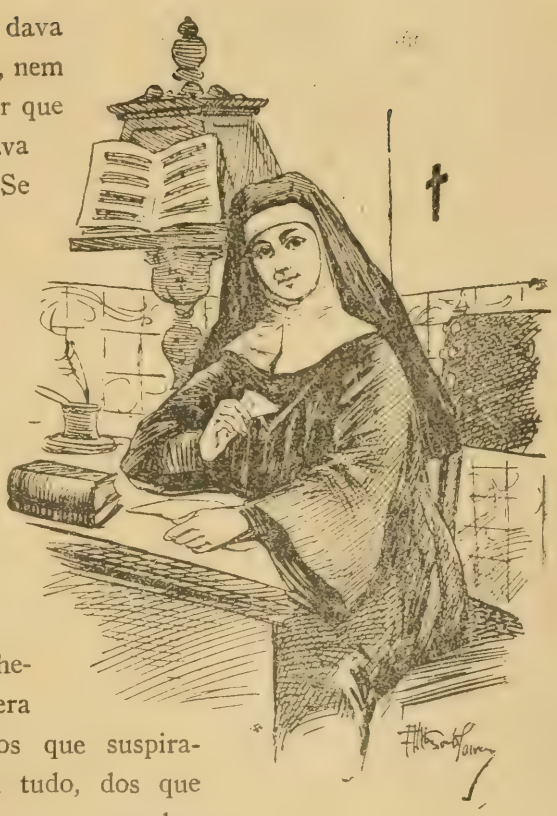
Da que se finge noviça,
Da que tem tia postiça,
Da que vive d'alquilé,
Libera nos Domine.

Daquela que faz versinhos,
Da que escreve com pontinhos,
Da que fala por cê cê,
Libera nos Domine...

Senhor Rei, que nos dás caça,
Tu que vês em que desgraça
A nossa freira nos pôs,
Te rogamus audi nos.»

Mas de que artes se servia a freira para prender, para seduzir, para explorar o freirático? Como era feito êsse trabalho de tentação e de inferno, que trazia um pobre diabo prêso «à manjadoura duma grade» até vender a sége, empenhar a casa, arruìnar a comenda e pedir pelas portas? Sabêmo-lo hoje por alguns psicólogos do amor monástico dos séculos XVII e XVIII, que escreveram *Estatutos* e *Ordenações freiráticas* contando a maneira porque as bentas, as carmelitas, as agostinhas calçadas do Salvador de Vairão, de Santa Teresa de Carnide, de Sant'Ana de Coímbra costumavam conduzir-se nos seus amores. Que observação subtil e penetrante a dêsses Bourgets de cabeleira empoada, a dêsses Prévosts de tacão vermelho, em cujos manuscritos desconhecidos e apagados dormem, há duzentos anos, páginas sempre novas de psicologia feminina!

Antes de tudo, a freira escolhia. Os «joanicos», nome que as religiosas davam aos freiráticos de convicção, chegavam aos cardumes, como peixinhos de retábulo de Santo António, correndo aos sermões da Quaresma, aos Lausperenes do mosteiro, aos outeiros de Abadessado. Eram de toda a casta: turinos, baetas, fidalgos, frades, michos, capigorros, estudantes de verdemilho, — velhos e moços, gordos e magros, ricos e pobres. Qual dêles escolhia a freira? O mais velho, — por que era o que mais tinha; o mais feio, — por que era o que mais dava. Chegava a primeira carta de namôro, dobrada em pastel de três cantos, fechada com três obreias em coração. Que fazia à freira? Devolvia-a sem a abrir. Vinha a segunda: abria-a



sem responder. Nunca dava resposta nem à primeira, nem à segunda carta de amor que lhe mandavam: esperava sempre pela terceira. Se não vinha, era por que o namorado não possuia as qualidades de paciência, de resignação, de perseverança que se exigiam aos verdadeiros freiráticos, aos «joanicos» puros, — e, por conseguinte, não valia a pena gastar tempo com êle. Se a carta chegava, se o freirático era dos que teimavam, dos que suspiravam, dos que sofriam tudo, dos que voltavam sempre, dos que empenhavam a camisa, dos que largavam a «môsca» até ao último dobrão de oiro, — então, lá ia a resposta da freira num bilhetinho muito recortado à tesoura, muito salpicado de água de Córdova, dizendo «que não se cansasse Sua Mercê em a querer, que ela era muito feia, que não prestava para amores». O freirático insistia; nova carta; nova resposta da freira, — e estava pegado o namôro: «já que tem de ser, que o seja com todo o segrêdo de Sua Mercê, para

não o saberem os parentes nem a Abadessa». Começava então o delicioso martírio do freirático. A freira convidava-o para assistir ao primeiro sermão, recomendando-lhe que ficasse ao pé do púlpito, para ela o poder olhar sem ser reparada; o padre subia; abriam-se as cortinas do côro de baixo, onde estava á comunidade; o freirático, apertado, entalado, espremido entre a mafra-baixa do povo, suando como uma sezão de maio, pregava os olhos em êxtase na grade do côro, empoleirava-se nos bicos dos sapatos para espigar entre os fieis, e ao fim de duas horas de tortura, de imobilidade, depois de ter ouvido a prègação de qualquer Frei Caramujo do Deserto, as pernas cheias de caimbras, a alma resplandecente de amor, recebia um bilhetinho da sua freira a queixar-se «de que êle não tirava os olhos de Sóror Teresa, e de que nem sequer olhára para ela». Era a inevitável scena de ciúmes, que a freira devia fazer sempre antes que o freirático lha fizesse. O desgraçado pedia perdão do delito que não cometera, — e era-lhe então permitido, a trôco de vinte papeis de solfa e duma corôa de prata para o menino Jesus, a suprema graça de namorar a freira de estafermo. Lá ia o freirático, no dia seguinte, de lenço nos dentes e chapéu no sovaco, esperar na rua, à torreira do sol, que um «escarrinho» trilasse e que um vulto branco, vago, indistinto, surgisse na sombra duma das rótulas do mosteiro. Passava uma hora, duas horas, três horas de enlêvo, — e o vulto não se movia: era uma toalha, que a freira pendurara na janela. Outras vezes, de repente, a sombra encrespava-se, sacudia-se; ouvia-se rosnar, ladrar, ganir: era a cadelinha bran-

ca da madre-vigária, que tinha recebido, durante uma tarde inteira, a adoração do freirático. Êle queixava-se? Havia sempre uma desculpa: a Abadessa. Êle perdoava? Havia sempre um prémio: o ralo. Era através dessa placa de ferro, crivada de cruzes e cheia de teias de aranha, que o freirático podia, quási bôca com bôca, falar à sua freira sem a vêr. Mas quando colava os lábios, voluptuosamente, de encontro ao ralo, num longo, num comovido beijo em que lhe parecia sentir, através do crivo de ferro, como um perfume de rosas frescas, o hálito perturbador da religiosa, — um ardor de labareda galgava-lhe às ventas, sufocava-o de súbito um cheiro acre de especiaria, e todo o arcaboiço se lhe retesava, e arfava, e sacudia num arranco de sete espirros: era pimenta. Cuidam que a freira não encontrava desculpa? Se encontrava! E tão excelente, que ainda era ao freirático que ficavam as culpas de lhe terem soprado pimenta até à raiz das guelas. — «Para que namorou Sua Mercê a Sóror Sicrana, que agora se vinga de Sua Mercê a deixar e de me querer bem a mim?» Voltavam os arrufos, o freirático acabava por pedir perdão à freira de ter espirrado tanto, — e só então, depois de sofrer todas as perfídias, todas as zombarias, todos os escárnios, com a «ladaínha dos freiráticos» a tilintar-lhe na cabeça como uma garrida de portaria, o pobre devoto via abrir-se emfim diante dêle, para um suplício maior ainda, o paraíso perdido dos mosteiros: a grade.

«De freiras que veem à grade,
cheias de tanta maldade
que só El-rei a não vê,
Libera nos Domine..»

A GRADE

A GRADE

De vez em quando, no terreirinho soalheiro, à porta do convento de Santa Clara de Lisboa, paravam côches, liteiras, séges, estufas pesadas de Espanha, florões doirados de arruar, uma carriagem tumultuosa, atrelada de urcos, ferrolhante de correões e de rodas, bamboleando, oscilando entre o vozeiro dos liteireiros, dos cocheiros, dos criados de tábua, dos mochilas vadios. Os moscões zoavam sôbre a garupa das bêstas; ladravam cães aos paineis pintados das berlindas; os vaqueiros vermelhos dos eguariços pareciam labaredas ao sol, e o povo miúdo que passava, pasmado, negro, devoto, cheio de escapulários, de bentinhos, de rosários, de cruzes de Caravaca, ficava olhando, cochichando, esgalgando o pescoço:

— É comédia em casa das freiras.

— Ou então, abadessa nova.

— Ou visita de el-rei...

E vá de perguntar aos mochilas chamorros que coçavam a arreigada das orelhas empoleirados nos estribos dos côches e no tapadouro das rodas:

— Que há hoje no conventinho?

E mochilas, e cocheiros, e lacáios de tábua, e liteireiros de monteira, respondiam, piscando o ôlho, estalando os chicotes, espalmando as manzorras felpudas sôbre o cachaço nédio dos machos:

— São as freiras que dão «grade de doces...»

O que era a «grade de doces» nos conventos portugueses do século XVIII? Uma espécie de chá-das-cinco oferecido pelas freiras, na grade grande, a todos os freiráticos do convento. Um baltasar de pão de ló e de peitos-de-freira, de covilhetes de marmelada e de morcelas de Arouca, com acompanhamento de êxtases, de sorrisos, de suspiros, de amuos, de adivinhações em verso, de motetes à viola, de presentes às madres. Logo de manhã, as rodeiras armavam na portaria de fóra um bufete de doce; vinha a toalha capucha de holanda, sem rendas; vinham os pratos grossos da Índia, que só serviam naqueles dias, com os seus cogulos de bolo pôdre, de sevados, de moletes, de argolinhas, de melindres, de canelões, de bolinhos do Bispo, muito loiros, de manjar branco de Chelas, de sequilhos das maltesas de Estremoz; cada religiosa mandava um bilhete recortado, convidando o seu freirático; à hora aprazada, o terreiro coalhava-se de côches, de séges, de calejas; formigavam na portaria fidalgos, baetas, faceiras, capigorros, frades, chiótes de saragoça e casacas de riço verde, forfúncios de manguito e chapéu à Anastácia, tartarugas, desembargadores, estudantes, «jarras» velhos piscando olhinhos de sátiro, toda a côrte de amor que, segundo um manuscrito do tempo, «Cupido costumava reùnir no convento de Santa Clara»; as madres rodeiras corriam a abrir

a cortina da grade maior: e, perante aqueles trinta, quarenta freiráticos deslumbrados, rendidos, risonhos, curvados em *Gloria Patri,* os olhos em alvo, a alma em Lausperene, balbuciando «minha madre!», «minha estrêla!», «minha Diana!», as freiras vinham assomando, uma a uma, negras, lentas, graves, as mãos escondidas nas mangas dos hábitos, — «louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo!» —, para daí a pouco atirarem a regra para cima dos moínhos, cruzarem a perna, zangarrearem na vióla os minuetes do Marques e do Castela, representarem umas com as outras o *Entremez do Macaco,* recitarem versos às pulgas que tinham catado na véspera, e divertirem durante duas, três horas, aquela clientela freirática trasbordante de êxtase e de pão de ló, de ideal e de papos-de-anjos, de platonismo e de marmelada.

Era isto uma «grade de doces». Mas não era só isto. O que tornou extremamente pitorescas as grades de doce do século XVIII, foi a iniciação dos freiráticos novos. Era nessas «Côrtes de Cupido» que os «joanicos», os freiráticos puros, eram pela primeira vez admitidos à grade. Foi aí que as freiras educaram os seus apaixonados na arte de as presentear. Como? Muito simplesmente. A tradição, no mosteiro de Santa Clara, como noutros «conventos conversativos», mandava que o freirático, convidado para uma grade de dôces, correspondesse à gentileza da sua freira levando-lhe uma prenda. O novato, que não conhecia a praxe e que ia de mãos a abanar, tinha de assistir vèxado, transido, verde de despeito, capaz de se meter pelo chão abaixo, a essa exibição de presentes dos freiráticos

velhos, — resplendores, músicas, presépios, corôas de prata para o menino Jesus, cabeleiras e quitós doirados para as comédias, casais de pombos, cães de regaço, virginais e espinetas pintadas por Pedro Quillard, frascos de «água da raínha da Hungria», — um mundo de coisas ricas e pueris que os mochilas lanzudos, ajoujados, envesgavam para a roda, e que as freiras recebiam aos gritinhos, aos ais de admiração e de espanto, rindo, chilreando, revoando pela grade:

— Ai, mana, que parece de el-rei!

— Veja Vossa Caridade, que amor de viola!

— La, ri, ra! Um minuete do Borrinha, minha madre!

— Ai, o anjinho do cão!

E o freirático novo, enfiado, aguado, vendido, encolhido a um canto, de olhos baixos, sem se atrever a bolir nos doces, sem alma para encarar as freiras, não sossegava, não respirava, não vivia emquanto não se pilhava fóra da grade, fóra da portaria, fóra do convento, e corria a casa, e abria a arca, e pojava a algibeira de meias-peças de oiro, e enfiava, como doido, pelas lojas dos Genoveses, a comprar para a sua freira, para a sua pobre freira, a única entre todas que não tivera uma prenda naquela tarde, o presente mais suntuoso que algum dia um freirático deixou numa roda pobre de capuchas. Estava ensinado. Já sabia, dali por diante, que os três mandamentos do amor das freiras eram: «dar, tornar a dar, nunca acabar de dar».

Só depois dêste baptismo a grade se abria francamente ao freirático. Era depois desta iniciação que a freira o recebia a sós no locutório. Rigorosamente a sós? Não. Primeiro, porque nas jerarquias dos conventos havia umas madres velhas, gosmentas, virgindades rancorosas de oitenta anos que serviam o cargo de gradeiras ou «escutas», e cuja missão era vêr e ouvir tudo quanto as freiras diziam e faziam na grade; depois, por que toda a religiosa tinha a sua «madrinha», a sua «comadre», a sua «terceira», freira confidente que vinha antes dela falar à grade com o freirático, dizer-lhe «quanto sóror Sicrana morre por Sua Mercê», desfazer arrufos, provocar presentes, — «não tem senão dois pares de meias, coitadinha!», — completar essa obra lenta e maravilhosa de indústria e de mentira, de perfídia e de exploração, que foi, no século de D. João V,

o amor da freira portuguesa. Mas o freirático não exigia mais do que a ilusão de estar só. Pois não o ouvia Deus também, não o espreitava Deus de toda a parte, das fôlhas iluminadas dos antifonários, dos paineis de azulejo do côro, do próprio rosário humilde da freira, ramalhando cruzes no cordão de esparto? O seu amor, feito de platonismo e de renúncia, sentia-se bem na sombra daquela dupla grade profunda, misteriosa, eriçada de pùas de ferro na Senhora da Esperança de Beja, doirada nas bernardas do Salvador de Braga, e em cujo vão, como queria o arcebispo D. Veríssimo, mal podiam alcançar-se duas mãos estendidas. A obra de sedução, a obra de inferno da freira principiava então. «*Qui non est tentatus? Quid scit?*» Se o freirático lhe pedia a ponta dum dedo, para a aflorar, para a tocar de leve, para lhe sentir o perfume, — ela, de olhos baixos, o peito arfando, fingindo-se cheia de pudor, dava-lhe a mão envolvida castamente no lenço ou na estamenha do hábito. Mas se êle não pedia nada, se a freira o sentia calmo, frio, indiferente, se era preciso tentá-lo, perturbá-lo, entontecê-lo, — então, era ela que por acaso, ao desdêm — «*laus tibi, Domine!*» — remangava, descobria num lampejo a polpa rosada do braço, sofraldava uma nesga da meia branca de dominica ou de cónega, e gemia e ciciava, diante do êxtase do freirático:

— Estou muito acabada, meu senhor. Dantes sim, que me chamavam a rôsca e era feita em carnes...

Mal o freirático tinha tempo de adivinhar o paraíso, de vêr bruxulear um sapato de fivela, ou aloirar-se e afoguear-se, entre a alvura da toalha, o pêssego maduro dum

peito, logo um gritinho soava, logo vinha um ai postiço de aflição, e a freira fugia, desaparecia na penumbra doirada da grade, como uma coruja aos pulos, «a abadessa! a abadessa!», para ir caír, lá dentro, ofegante, espeitorada, rindo a trancos, nos braços da môça Brites:

— Ai o tolo, minha mana!

OS BISPOTES DE PRATA

OS BISPOTES DE PRATA

O dia 8 de setembro de 1720 foi o dia de Juízo no mosteiro de Odivelas.

Mal tinha apontado a manhã, o tempo de vinte padre-nossos antes da hora de prima, ouviram-se, dum dos quartos das madres, para as bandas da casa do Capítulo, uns gemidos ansiosos de mulher. Depois, três gritos estridentes, logo abafados e amordaçados. Uma donata velha correu ao logar, a chamar em segrêdo a comadre, que entrou de biôco na portaria, umas contas de Jerusalém ao pescoço, um livrinho de Santa Bárbara na manga. A Prelada atava as mãos à cabeça. Môças do convento palmilhavam os corredores de tijolo trazendo panelas de água quente. O vigário Frei Timóteo, mal estrovinhado ainda, coçando a cabeça chamorra de bernardo, não teve remédio senão mandar botar os atafais à mula, galgar-lhe ao albardão mourisco e choutear, na raçada do sol, até Lisboa. Madre Paula tinha dado à luz um menino de el-rei.

Duas horas depois, o frade estava em casa do marquês de Gouvêa a bichanar-lhe, ao ouvido, a grande nova. Chegara um bastardinho a Sua Majestade. O marquês

velho, que também tinha a sua Gamarra nas Mónicas, abriu muito os olhos, vociferou, assentou-se na cama, vestiu-se à pressa, meteu-se numa sége com o frade, e lá foram ambos até à Calcetaria, a par das casas da Congregação, levar a nova do menino a Sua Senhoria o secretário de Estado. Diogo de Mendonça, risonho, recebeu-os a podar roseiras no quintal. Um bastardinho de el-rei? Um bastardinho de Odivelas? Não havia tempo a perder. Já! O sota-cocheiro que metesse os frisões ao côche. Era preciso prevenir imediatamente o cardeal da Cunha. Onde estaria Sua Eminência, àquela hora? Em casa da bruxa Catarina do Espírito Santo. E frade, e marquês, e secretário de Estado, bamboleados nos correões de uma caleja doirada da Casa-Real, lá foram os três a caminho da rua dos Odreiros, a prevenir o cardeal da Cunha — «*zelus domus tuæ comedit me!*» — de que na nobre casa de S. Bernardo uma espôsa-virgem do Senhor concebera de el-rei D. João v. — «Um menino Jesus!», — sorriu o cardeal, benzendo-se, babando-se, palpando o breviário, despedindo-se da bruxa, agarrando o chapéu vermelho como uma labareda. E os quatro, de tropel, ministro, marquês, prelado e frade, descem a escaleira de azulejos da Catarina do Espírito Santo, galgam aos estribos do côche, repoltreiam-se espipados, cochichando, sorrindo, piscando os olhos, e êles aí vão até ao Paço da Ribeira, jubilosos, untuosos, solenes, pedir alvíçaras a Sua Majestade da graça de nova descendência, de novo banco de pinchar de oiro, que lhe florira, pela segunda vez, do escapulário suntuoso duma madre de Odivelas.

— É fradinho ou freira? — perguntou o rei.

— Fradinho professo, meu senhor, que lhe vi eu pendentes os selos da licença! — esguelhou o bernardo, baixando os olhos.

Era o terceiro bastardo de D. João v. O primeiro nascera-lhe numas casas da rua do Tronco, em 1714, filho duma das muitas francesas que então enxameavam por Lisboa no ofício de mulheres-damas; o segundo, que foi o arcebispo de Braga D. Gaspar, vira a luz em Odivelas, em 1716, filho duma freira bernarda, sóror Madalena Máxima, e aparado nas mãos hábeis do doutor Francisco da Fonseca Henriques; o último nascera ainda no mosteiro de Odivelas, quási no regaço da Abadessa escandalizada, filho do primeiro ventre de Dona Paula, freirinha brèjeira e feia que dos braços do conde de Vimioso passára para os do rei, e em cujas veias corria o sangue crasso e ardente de um embarcadiço napolitano. A Prelada, que não tinha nem a tolerância nem o espírito de Feliciana de Milão, agastou-se, ofendeu-se, achou que o mosteiro não era roda dos enjeitados de el-rei, chamou as madres discretas, tabaqueou o caso com elas, — todas as madres velhas de S. Bernardo fungavam o seu estorrinho devoto —, reùniu capítulo ao som de campa tangida, e, incendiada no zêlo da observância, participou à comunidade a firme resolução em que estava de queixar-se ao Núncio e de não voltar a receber na portaria, de mitra e báculo, o senhor rei D. João v. Dias depois, o arcebispo D. José Firrau, núncio apostólico, procurava o monarca no Paço, e discretamente, delicadamente, com o melhor dos sorrisos, convi-

dava-o a rodear de mais compostura os seus amores monásticos, a não obrigar a Abadessa a recebê-lo debaixo de pálio quando ia para a Citéra de Odivelas, e a atenuar um pouco a prodigalidade, verdadeiramente real, com que Sua Majestade estava enchendo de filhos as madres.

— Para que são elas madres, Arcebispo?

D. João v despediu o Núncio, mas ficou ruminando o caso. D. José Firrau talvez tivesse razão. Era preciso pensar. Frei Gaspar Moscoso, arrastando as sandálias de arrábido, chegou do Varatojo, chamado pelo rei. Veio o patriarca D. Tomás, de liteira, com os machos gualdrapados de vermelho. Veio o Geral dos crúzios. Veio o marquês mordomo-mór. Veio Alexandre de Gusmão, chegado havia pouco de Roma, bexigoso, jovial, o nariz socrático debruçado sôbre os bacalhaus de renda. Vieram Diogo de Mendonça; o Frederico, que tratava do dinheiro; o cardeal da Cunha; o sapateiro Bento Fernandes; todos os amigos, todos os confidentes de Sua Majestade. Resolveu-se atender as insinuações do Núncio, mandar um presente de loiça da Índia ao Papa, e encarregar o sapateiro e o varatojano de duas missões delicadas: Frei Gaspar iria buscar os meninos reais a Odivelas, entregando um ao leite das amas, outro aos cónegos de Santa Cruz de Coímbra; Bento Fernandes trataria de comprar ou de expropriar certa morada de casas a par do mosteiro, para instalar nela, com comunicação interior para casa das madres, a *garçonnière* monástica de D. João v. Assim se fez. Sua Majestade escusava já de profanar todo o claustro de S. Bernardo, para poder assentar nos joelhos a sua freira.

As aparências estavam salvas. Nem o rei entrava no mosteiro, nem Dona Paula saía da clausura. O novo ninho de amor era terreno neutro. D. João v não se limitou a fazer dêsse ninho uma capela. Fez dêle um paraíso.

— Quanto oiro trouxeram as últimas naus dos quintos?

— Dôze milhões de cruzados, meu senhor, — respondeu Diogo de Mendonça. — Gastam-se em Roma?

— Não. Gastam-se em Odivelas!

O delírio de grandeza, a epilepsia de magnificência de D. João v, crescera, ateara-se como um clarão. O seu real coração tinha de refugiar-se fóra do mosteiro? Pois bem! Havia de refugiar-se num palácio. A Abadessa escandalizára-se com o parto de sóror Paula? Pois sóror Paula havia de viver no mosteiro como vive uma raínha O oiro dos

quintos ia mobilar, armar de damascos, rechear de riquezas, pojar de maravilhas não só o ninho amoroso de D. João V, mas os aposentos claustrais da sua freira. O rei, que não suportava senão as cabeleiras de França e as camisas de França, escolheu, desta feita, artistas portugueses. Félix Vicente, José de Almeida, o grande Silvestre de Faria, António Salci Seleiro, que fizera os três côches da embaixada de André de Melo e Castro a Roma, foram chamados para florir, brincar, lavrar de talha doirada os tetos profundos, povoar de Amores os altos-deporta, abrir molduras de acantos às Vénus nuas pintadas por José Negreiros e Pedro António Quilard; Francisco de Matos inventou e coseu silhares e cabeceiras de azulejos; ensambladores, marceneiros, armadores portugueses envernizavam charões, entalhavam leitos, papeleiras e armários, torneavam bufetes e tripeças, armavam de melânia paredes e alparavazes; o relojoeiro Pires, da Rua Nova dos Ferros, vendia os relógios de caixa, que tangiam minuetes; Cristiano Fresi, uma espineta de Von Brock, para os dedos côr de rosa da freira; Francisco Justo e Francisco Lázaro, ourives de Lisboa, recebiam a formidável encomenda das pratas, dezoito caixões de pesada ferraria apojados de púcaras, bacias, gomis, bátegas, escudelas espelhantes, serpentinas torcidas de seis lumes, três baixelas inteiras de prata doirada que nunca, em vida de sóror Paula, chegaram a saír das fundas arcas do Brasil. Só uma encomenda D. João fizera para Londres a D. Luís da Cunha, que o grande diplomata devia agenciar na Alemanha por intermédio de Francisco de Belegarde. O que

era? Ninguêm o sabia. No mosteiro de Odivelas guardava-se sôbre o pedido de el-rei um tão profundo segrêdo, como se se tratasse dum negócio de Estado. Havia de ser coisa dè pêso, porque Sua Majestade andava inquieto, e o seu «salve-te Deus», todas as manhãs, era perguntar se viera pacabote da Holanda. Que teria a suntuosa sensualidade de D. João v mandado vir do estrangeiro com tanto mistério? Uns evangelhos em grego, — dizia Frei Timóteo. Algum relicário de diamantes, — supunha a Abadessa. Um retrato de el-rei feito pelo pintor Mignard, — suspeitava a condessa de Coculim. A *garçonnière* de Sua Majestade e de sóror Paula estava pronta; só se aguardava a encomenda feita a D. Luís da Cunha, — quando Alexandre de Gusmão entrou um dia, de manhã, pelo quarto do rei:

— Chegou o pacabote, meu senhor.

Ao mesmo tempo, o sapateiro Bento Fernandes, risonho, esgalgado, assomava com um saco de veludo em cada mão. Um riso brèjeiro de fauno engelhou a face môça de D. João v. Arfaram-lhe as narinas, voluptuosamente. Dir-se-ia que o aegipan felpudo entrevira corpos nús de náiade fugindo entre arvoredos azúis. Sôbre uma mesa, em segrêdo, a encomenda surgiu aos olhos deslumbrados do rei.

Eram dois bispotes iguais de prata da Alemanha, para cujo fundo em baixos relevos, como sucedia à taça de oiro de que fala Brantôme, nenhuma mulher podia debruçar-se sem còrar.

LAUSPERENE DE AMOR

LAUSPERENE DE AMOR

— Belchior!

— Siô.

— Onde é hoje o Lausperene?

— Francesinhas, siô.

Depois de bem assobiado e roncado o sono da sésta, o faceira assenta-se na cama, espreguiça-se em Santo-Cristo, levanta-se em palmilhas de meias, abre o postigo da janela e vai buscar a sua folhinha de Lausperenes. O mochila preto não o enganára. O Lausperene é nas Francesinhas.

— Belchior!

— Siô.

— A cabeleira!

O negrinho, amestrado, traz a peruca de mostachos espetada na mão como numa boneca de pau preto, compõe-lhe algum bucre desriçado, dá-lhe o seu penso de polvilhos de França, e como se lhe metesse dentro um melão do Paul da Chamusca, enfia-a, repuxando e pinchando, na cabeça de Sua Mercê. Depois, acocora-se; estica-lhe os refêgos das meias de espinha grossa; calça-lhe os sapatos

de salto vermelho de perdiz, feitos pelo Domingos Afonso, do Beco do Vidro; vai buscar-lhe a casaca de riço verde, com botões grandes como pires de prata, que o faceira veste aos ais e ajusta aos pinchos e às upas; compõe-lhe as rendas dos manguitos; enfia-lhe o quitó doirado na pala do boldrié; empoleira-lhe no sovaco o chapéu à Anastácia; dá-lhe umas contas para rezar o têrço de Bemditos; mete-lhe na mão um livrinho das *Vinte e quatro Adorações,* — e aí está o turina de 1720 pronto para ir «namorar um Lausperene» às francesinhas capuchas de a par de S. Bento.

— Belchior!

— Siô.

— A sége!

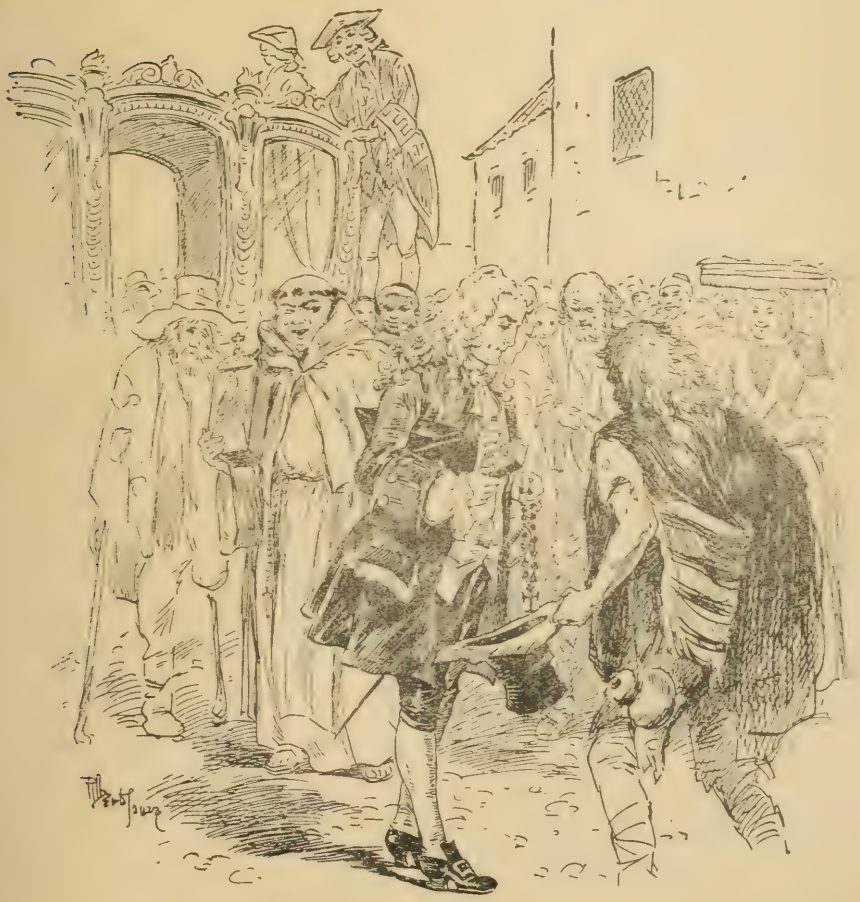
Duas rodas enormes de largos tapadouros entalhados batem como matracas o lagêdo da rua; uma pequena caixa de coiro pregado de ferraria cabeceia sôbre os correões, sonolenta; o boleeiro Pangaio faz estribo das duas mãos enclavinhadas; o faceira galga, empoleira-se, sóme-se na sége, — e lá vão, negro e boleeiro, faceira e machos, tropeçando, vacilando, abanando como um andor, subindo primeiro às Chagas, descendo depois aos Paulistas, tornando a subir o morro verdejante até à formidável mole de silharia de S. Bento da Saúde.

— Pronto, fidalgo!

Quando o faceira descia, de nariz no ar, de livro na mão, ramalhando as contas do têrço, já o terreirinho que entestava com o portal das capuchas da Bretanha estava coalhado duma matula de mendigos, de cães, de negros, de cegos de sanfona, de frades pedintes, de mulatas maris-

queiras, de beatas de camândulas e rengos brancos, de pés-forçados das escadas do Hospital, que bezoavam, que se acotovelavam, que praguejavam, que enxameavam ao sol na névoa de oiro da tarde, pedindo esmola, comendo melancias, entrapando chagas, subindo aos estribos dos côches, dando relicários a beijar às crianças, vendendo cordeirinhos-pascais de barro de Estremoz, numa lamúria fanhosa de ladaínha:

— *Agnus Dei, qui tollis peccata mundi, parce nobis, Domine...*



Vinham chegando, no encalço das bandarras, revoadas de faceirinhas de gravata de garrote e quitó de nascer; chispavam olhos amorosos do fundo dos biôcos negros e dos rebuços amantilhados; florões da Casa Real, com os seus sota-cocheiros de vaqueiro vermelho, despejavam gente do Paço que vinha rezar o têrço ou a hora ao Santíssimo; pouco a pouco, ia-se enchendo o templo, cujo altar-mór scintilava numa colmeia de lumes; as freiras, abrindo as cortinas do côro-de-cima, apareciam, como corujas, através da reixa miúda da grade; em baixo, o «logar dos leques» povoava-se de franças, de cómicas, de damas, arfando abanicos, chocalhando rosários; — e nesse jubileu de Adoração Perpétua, desde que começava o têrço de Bemditos até que acabava o *Tantum Ergo,* não havia na igreja das capuchas francesas um canto, um recesso, um altar donde não rompesse, não surgisse, não brincasse, da nave para o côro, do côro para a teia, da teia para o transepto, o mais desaforado, o mais escandaloso, o mais universal dos namoros. O Lausperene! Mas o que foi o Lausperene, na Lisboa do século XVIII, senão uma pastoral galante na penumbra dum templo? Os faceiras beliscavam as franças; os freiráticos namoravam as freiras; os mochilas escudeiravam as aias; e emquanto as velhas, correndo os terços nas mãos, engranzavam *Bemditos* e *Glorias;* emquanto as madres, alinhadas nas suas estalas, rompiam do côro a ladaínha da Virgem, — «*Kirie eleison, Christe eleison, Pater de Cœlis Deus miserere nobis*...», — por toda a igreja cruzavam-se olhares, gemiam suspiros, chilreavam beijos, palpavam-se polpas loiras de braços;

Amores côr de rosa adejavam, revoavam, pousavam nos confissionários e nos púlpitos, na talha doirada dos altares e nas pias de água benta; um estremecimento dionisíaco agitava o ar como um frémito de asa; um vago perfume de sensualidade subia com o incenso da guela de prata das navetas, e dir-se-ia que do fundo de cada retábulo negro e sangrento, uma cabeça de sátiro surgia, cornicabra, risonha, arfando as narinas, rebolando os olhos, farejando voluptuosamente a primavera...

Pobre cardeal D. Luís de Sousa! Quis combater a imoralidade, e trouxe, no seu capelo vermelho, uma imoralidade maior ainda. Quis matar os teatros, — e inventou o Lausperene. Faceiras e fidalgos corriam os pátios de comédias, enchiam os corros das Arcas e da Betêsga, batiam-se, tinindo espadas, por um olhar furtivo da Margarita, por um fandango desnalgado da Josefa Vaca? Pois bem: por cada cómica, — abria-se uma igreja. D. Luís de Sousa, em cujos ombros ineptos pesava, crucigiado de negro, o *pallium* de arcebispo, «homem incapaz e condenado por idiota» no conceito terminante de Frei Alexandre da Paixão, não viu senão um remédio à vida dissoluta dos pátios de comédias: atraír à mesma hora baetas e michos, fidalgos e faceiras, à adoração perene do Santíssimo Sacramento. Os fâmulos, que conheciam a vida licenciosa do prelado, a história de certa freira benta raptada do mosteiro de S. Salvador de Vairão, as «penitências de capões assados» feitas pelo cardeal com a abadessa môça de Chelas, aprovaram a idéa piedosa de Sua Eminência, louvaram o zêlo que ao seu báculo pastoral mereciam tan-

tas ovelhas gafas, repetiram a frase do padre Chagas — «teatro, consistório de vícios, cegueira de olhos abertos!», — e, dali a poucos anos, em 1682, simulando um rapto angélico de iluminado, o cardeal Sousa recebia do Papa Inocêncio XI a bula do Jubileu do Lausperene para todas as igrejas de Lisboa. Foi a Sé, num dos domingos do advento, o primeiro templo a coalhar-se de lumes e a rezar, no seu côro cabidual povoado de murças branças, as vinte e quatro Adorações. As mulheres lisboetas, aferrolhadas à mourisca nos estrados ensombrados de rótulas, mal afeitas a um bochecho de ar na missa dos domingos e a uma bebedeira de vento nas quatro procissões do ano, — encontraram um pretexto excelente para saír de casa todos os dias e para perturbar a gravidade das Igrejas com as práticas profanas do beliscão e do estafermo, da escudeirice e da estaca. Até ali, o escândalo era só um: — as comédias; dali por diante, os escândalos foram dois: — as comédias e os Lausperenes. O cardeal D. Luís de Sousa, degenerado, derrancado, enfêrmo, apresentando, entre outros, o estigma das sensibilidades paradoxais, «tremendo de frio — diz o seu médico cubiculário Curvo Semmedo — quando metia as mãos numa escudela de água quente; sentindo um fogo de brasas quando aflorava com os dedos um pedaço de neve», — acabou em 1702, desiludido, com a íntima convicção de que seria preciso mandar fazer mais três pátios de comédias, mais três côrros como o das Arcas, para afastar homens e mulheres do vício do Lausperene e da Igreja...

— Belchior!

— Siô.

— Chama a sége!

E emquanto o mochila negro voava a berrar pelo Pangaio, — o faceira, ao morrerem as vozes do *Tantum Ergo*, benzia-se de espirro, rezava ainda uma Avè-Maria de «bus-bus», enramava o têrço nas mãos, saía o portal das Francesinhas, torcendo o pescoço para o tímpano de pedra, — e lá ia, feliz, contente, bamboado na sége como numa charola, inundado da infinita delícia, do suprêmo êxtase de ter beliscado sete ancas, palpado vinte braços, piscado o ôlho a cinco freiras, dado água-benta à senhora marquesa de Anjeja e gritado ao negrinho, bem alto, para o ouvirem todos na rua:

— Belchior, vamos para o Paço!

OS CÓNEGOS VERMELHOS

OS CÓNEGOS VERMELHOS

Os dois quadrilheiros de saltimbarca e chuço que, na noite de 25 de fevereiro de 1745, antes da hora de matinas, rondavam o terreiro do Rocio, viram apontar do lado da ermidinha do Amparo, espreitando do cunhal e cosendo-se com os arcos do dormitório dos padres de S. Domingos, um vulto inquieto que ora se agachava, ora se escoava na sombra, ora corria espantado de arco em arco, aos pulos como uma pêga assustadiça.

— Que é aquilo?

Os quadrilheiros alaparam-se, entestaram os sombreiros, enfiaram-se com os gigantes do convento e esperaram que o vulto passasse. Quando êle já vinha a voejar perto, atravessaram-lhe os chuços. Quem vive? Era um homem. Deitaram-lhe as mãos, aferraram-lhe do cachaço como a um podengo, arrastaram-no, escadas acima, até ao lampeão do Hospital de Todos os Santos. Assombro dos quadrilheiros! — o homem vinha nú. Umas pernas magras cobertas de guedelha ruiva, uma camisinha desnalgada, capada de fralda, que mal lhe tapava o umbigo, e um pano negro de mantéu de mulher a encapuzar-

lhe a cabeça. Quem era? De onde vinha? Para onde ia? Falasse a tempo, — ou a sola do carrasco cantava-lhe nas costas, com uma batuta mais lesta que a de um mestre de capela numa fuga de Glória. O homem, a tremer, a tiritar, a encolher-se, a esconder a cabeça, descalço nos degraus de pedra, contou titubeando que uns homens na rua dos Canos lhe tinham metido um arcabuz ao peito, atirado uma estopada à bôca, e roubado, com umas peças de oiro que trazia, toda a roupa do corpo até às servilhas e às meias-calças. Mas êle, — quem era ? Silêncio da Cartuxa. Os quadrilheiros perceberam que o homem se tapava, deitaram-lhe a mão ao rebuço, arrancaram-lho em dois repelões, — e à luz do lanternão de ferro do Hospital, que alastrava e escorria nas escadas como uma grande nódoa de oiro, um solidéu vermelho surgiu topetando uma cabeça empoada e frisada de príncipe da Igreja Patriarcal. Os rudes homens do meirinho entreolharam-se tranzidos de espanto, descobriram-se, curvaram-se, abateram os sombreiros.

— Tenho frio. Levem-me para casa.

Um dos quadrilheiros despiu a saltimbarca e enfiou-lha. O outro, desconfiado, rolando nas mãos o largo chapéu castorenho, decidiu:

— Vamos pôr Vossa Ilustríssima em casa do corregedor.

Era uma solução. O prelado atravessou o terreiro do Rocio empoçado de lamarões, chapinhando, descalço, entre os quadrilheiros. No dormitório dos padres de S. Domingos, o sino chamava para matinas. Ouvia-se cor-

rer, gorgolejar na sombra a água do chafariz velho. Perto, na Casa das Palhas, os doidos gritavam, uivavam, gemiam. Subida uma ladeira, dobrado um cunhal, cruzado um oratório, galgadas as escadas do Carmo, os três homen entraram em casa do corregedor do bairro, quadra de silhares altos de azulejo alumiada por uma serpentina de prata de três lumes. O magistrado — herdeiro da gordura e da corregedoria do grande Soto Maior já morto — surgiu estremunhado, encavalou no nariz os seus quevêdos de coiro, e encarando um instante, imóvel, aquela singular figura que lhe aparecia diante dos olhos, de saltimbarca e solidéu vermelho, pés nús e cabeleira de França, balbuciou, a gaguejar de pasmo:

— Pois é Vossa Senhoria Ilustríssima?

Não se enganara. Era D. António Luís de Távora, filho dos condes de S. Vicente, Principal diácono da Santa Basílica Patriarcal. Nem mais nem menos do que um dos cónegos vermelhos do senhor D. João v. Nem mais nem menos do que um dos vinte e quatro purpurados, quási todos moços, meio bispos meio cardeais, meio cónegos meio príncipes, que a *Bula Aurea*

de Clemente XI criara no pequenino Vaticano da Lisboa Ocidental, e que Benedito XIV, enchendo-os de meias vermelhas e de chapéus cardinalícios, de suntuosidade e de sensualidade, fizera os Adónis da côrte portuguesa de 1750. O corregedor, respeitoso, mandou saír os quadrilheiros, fechou as portas, fez assentar o prelado, em cujas pernas nuas os pêlos ruivos se eriçavam ásperos como cerdas de almofaça, e ouviu dêle, em estremeções de assombro, a história da sua prisão e da sua nudez. Não. Não acreditasse Sua Mercê nas palavras dos quadrilheiros. Ninguêm o roubara. Não tinha sido caso de ladrões. Tinha sido negócio de mulheres. D. António Luís de Távora, que andava à flôr dos trinta e oito anos e cobrava uma côngrua do Padroado Real de quatro contos e seiscentos mil réis, era, como todos os cónegos vermelhos da Basílica Patriarcal, muito mais caroável de cortejar mulheres no Paço do que de rezar antífonas no côro. Não chegara ainda à desvergonha do Principal Nunes, que dava banca de jôgo em casa para os cónegos, beneficiados, monsenhores e todo o *demi-monde* de mulheres-damas que os acompanhava; não tocara o escândalo do filho do conde de Valadares, reverendo cónego de trinta anos e dezanove mil cruzados de dívidas, prêso à ordem de el-rei na Tôrre de Belêm, por andar correndo de côche doirado as ruas de Lisboa com uma célebre mulher pública de alcunha a «Irlandesa»; nunca se lembrara de fazer, como o Principal D. Francisco de Almeida Mascarenhas, colecção de livros galantes e de caixas de rapé com mulheres núas; talvez não fôsse capaz, como o bispo de Castelo-Branco em que

fala William Costigan, de ter em casa duas amantes que passavam por suas sobrinhas e que lhe roubavam os amigos à mesa do *whist;* — mas era incontestável que o Principal D. António Luís de Távora se permitia, junto de muitas mulheres bonitas, e, especialmente, junto de muitas mulheres casadas, privilégios de marido que não vinham claramente expressos, para os cónegos da Ordem Prelatícia, na *Inefabile Divinæ Majestatis,* de Clemente XI, ou na *Salvatoris Nostri,* de Benedito XIV. A última conquista do filho do conde de S. Vicente fôra uma tal Francisca Barreto, oiro sem escuma, olhos pretos azevieiros, antiga criada das damas da comédia, casada havia dois anos com um escrevente da Casa da Índia, o «Barba-roxa», que tinha mortes de homem às costas e que fôra mestre de espada preta dos moços fidalgos. Quando o marido ia à quinta de Tentúgal, com três dias de jornada, a Francisca Barreto, muito dextra no zangarreio da viola e forte de côxas nos requebros do sarambeque, recebia em casa o moço Principal Távora, que, por penitência, se dignava rezar nas contas com ela e repousar o seu solidéu vermelho nas almofadas de holanda do leito do «Barba-rôxa». Naquela noite, o homem seguira de jornada para a quinta; Sua Senhoria Ilustríssima, recebido a ocultas, depois de ter dançado as «cheganças» com a antiga criada das damas da comédia, foi-se esquecendo pouco a pouco da batina, da murça, da capa, das servilhas, dos sapatões encarnados de fivela, das suas sumptuosas meias vermelhas de cardeal; e estava nos braços de Francisca Barreto, quási à hora de matinas, cantando, para não perder o hábito, a antífona

«*veni electa mea*», — quando, em baixo, os ferrolhos da porta bateram, uma voz familiar rouquejou, e uns passos chambões e apressados subiram a escaleira estreita de patamares de tijolo. Era o marido. Luís de Távora tacteou, na escuridão; deitou as mãos a um mantéu de D. Francisca, cuidando que era um pano da batina; ganhou a janela; atirou-se para cima dumas capoeiras do quinchoso, nas traseiras da casa, e descalço, nú como o Senhor-da-cana-verde, emquanto os galos espantados matinavam, e cacarejavam as galinhas, e ladravam os cães, fugiu talando hortaliças da horta, saltando muros do cortelho, — e só tomou o fôlego quando se viu são e salvo, entre os chuços dos quadrilheiros, no terreiro do Rocio, á luz crua do lanternão de ferro do Hospital...

— Agora, corregedor, — concluiu o prelado enfiando de estremeção um rosário de espirros, — mande Vossa Mercê por uma sége de alquilér que me recolha já à Congregação...

— Não póde ser.

— Não póde ser?

— Vossa Senhoria Ilustríssima tem de acabar a penitência e de esperar aqui que aponte a manhã.

— Para quê? — increpou Luís de Távora erguendo-se, os dedos dos pés, rôxos de frio, arrebitados sôbre a esteira.

— Para ser entregue a Sua Eminência o Cardeal Patriarca. Eu não tenho jurisdição sôbre Vossa Senhoria Ilustríssima.

No dia seguinte, à mesma hora a que o Principal Távora era apresentado pelo corregedor ao arcebispo de La-

cedemónia e pelo arcebispo de Lacedemónia ao Cardeal D. Tomás, — parava solènemente à porta do Paço da Mitra o «Barba-rôxa», de sége, vestido com a batina, a murça, as meias e o chapéu vermelho borlado de oiro dos Principais da Santa Basílica Patriarcal, a dizer aos suíços do Patriarca que encontrara aquelas insígnias do canonicato na cama da mulher, e que vinha, ou beijar a mão de Sua Eminência pela honra, ou queixar-se da desonra.

Duas horas depois estavam ambos presos. O Principal Távora, no Aljube; o «Barba-rôxa, na cadeia do Tronco.

MULHERES-DAMAS

MULHERES-DAMAS

O que era, no século XVIII, a «mulher-dama»?

Falemos baixo. Adivinho um sorriso à minha volta. E porquê? Não há definição mais simples. Não há resposta mais facil. A «mulher-dama», na Lisboa escandalosa de 1750, era... — era isso, exactamente.

Mulher-dama, França-dama, sécia-dama, dama *tout court*, foram outros tantos eufemismos delicados de que se serviu a galanteria portuguesa do século XVIII para designar a *fille de joie* do Mocambo e dos arcos do Rocio, a mundana cotada alto, que as «turinas fêmeas» descreveram na francesia das modas e dos gestos, para quem D. João V, magnífico de sensualidade, mandou cunhar as dobras de oiro de duas caras, e cujas pantalonas côr de rosa fizeram mais tarde, nas alamêdas fradescas do Passeio Público, o terror ingénuo dêsse bom homem que foi o Intendente Pina Manique. A história anecdótica, que passa sorrindo pelas cómicas e pelas freiras; que se demora hoje na portaria de Santa Clara, àmanhã no pátio da Mouraria; que inquire, escrupulosamente, quantos bacios de prata tinha sóror Paula em Odivelas e quantos narizes vermelhos espreitavam

da rótula do camarote dos frades quando pousava em tablas a Escamilha, — não se deteve ainda um momento para atirar, com as pontas dos dedos, um beijo a essas fugitivas «Fílis» e «Sílvias», loucuras de acaso e paixões dum instante, cujas carícias extenuavam menos do que uma hora de grade, e cujo leito era disputado à noite, à ponta de espada, pelas betêsgas e pelas alfurjas silenciosas de Lisboa. A facil gloria dêsse beijo, a século e meio de distância, estava reservada para mim. Permitam-me, meus amigos, que os conduza durante alguns minutos aos *mauvais lieux* lisboetas do século XVIII, — e que lhes apresenté algumas dessas pródigas de amor, dessas dissipadoras de beleza que Manuel de Figueiredo descrevéu na «Licori» do *Mapa da Serra Morena,* que Joaquim da Costa e Pedro Alexandrino pintaram, numa névoa doirada de bosque, por todos os altos-de-porta, por todos os tampos de espineta, e para quem Link, o viajante alemão mal humorado que chamou a Lisboa «uma cidade de piolhos», teve estas palavras quási amáveis: «*Quoiqu'à Lisbonne les filles publiques ne soient pas rares, il s'en faut de beaucoup qu'elles soient aussi importunes que celles de Londres et du Palais-Royal à Paris...*» Prometo-lhes que a minha apresentação não terá conseqùências.

Uma das mais célebres «mulheres-damas» que viveram em Lisboa por volta de 1730, era conhecida pela alcunha de «Giganta», morava ao arco dos Pregos, e a ela se refere de passagem Tomás Pinto Brandão. Máscula, gimnandra, enorme, tinha vindo para Portugal com um gascão, cavaleiro de Malta, e, desaparecido êle, para aqui ficou,

oferecendo a faceiras e frades, fidalgos e cónegos, mulatos e principais vermelhos da Patriarcal, como a giganta de Baudelaire, a sombra imensa dos seus seios. Competia com ela em notoriedade e em preço a «Rosa Galega», moradora aos Remolares, antiga dama de comédia, debaixo de cujas rótulas verdes costumava juntar-se meio mundo a ouvi-la cantar à viola em italiano, castelhano e português. Mas nenhuma foi tão insigne na arte de endoidecer e de explorar o sexo forte, como certa mulher loira e esbelta conhecida pela «Irlandesa», que arruava de côche doirado por Lisboa como uma embaixatriz, e que era protegida, entre outros, pelo filho do conde de Valadares, prelado da Igreja Patriarcal. O filho do conde quis fugir com ela da côrte quando percebeu que já devia dezanove mil cruzados; mas foi prêso por ordem de D. João v e levado à Tôrre de Belem, onde esteve noventa dias privado do côro e do leito da «Irlandesa», de quem não se soube mais em Lisboa. Passados poucos meses, em 6 de junho de 1742, novo escândalo: o marquês de Alegrete surpreendeu o sobrinho do embaixador de França nos braços de uma espanhola que tinha sido môça das damas da comédia e que passava

por ser propriedade exclusiva do marquês: vieram espadins fóra, o sobrinho do embaixador caíu, numa pôça de sangue, com uma estocada em pleno peito, — e a diplomacia precisou de muito mais tempo para compôr o negócio com o gabinete de Paris, do que a espanhola para convencer o marquês da sua inocência e da sua virtude.

Mas o caso mais sensacional dos *mauvais lieux* do século XVIII foi o sucedido a «madama» Dionísia Águas Belas, mundana que os faceiras consideravam a mais linda mulher das Espanhas, que D. João V conheceu, e a quem certa noite, sem se saber porquê, cortaram a cara com facadas. O *Mercúrio de Lisboa,* curiosa gazeta manuscrita do tempo, conta o caso em todos os seus pormenores. Transcrevo, para mostrar a fórma sugestiva por que já se fazia reportagem no tempo de D. João V: «No sábado, 16 (janeiro de 1745), deram uma navalhada pela cara à Madama Dionísia Águas Belas, por alcunha a «Francesa», natural das Ilhas, que mora no terreiro do Paço por cima do Açougue: levou 22 pontos, e em toda esta semana esteve em perigo de vida. Achando-se melhor, pediu um espelho e vendo a disformidade em que a desgraça a tinha posto, exclamou: Ah, Dionísia! Já a tua cara tem ganhado o que havia de ganhar!». Um mês depois, a «Francesa» ainda estava detida em casa do desembargador Francisco Xavier Percil, por não querer confessar o nome do homem que a ferira. Teria sido ela a mãe do menino de Palhavã, D. António?

Um soneto inédito dedicado às «mulheres-damas», que se encontra no códice 8.599 do *Fundo Antigo* dos manus-

critos da Biblioteca Nacional e que, pelo seu excessivo realismo, não póde reproduzir-se, dá-nos conta da predilecção da mocidade elegante de 1750 pelas francesas e do hábito inveterado de falar francês no mais íntimo comércio da galanteria. O que não quer dizer que as espanholas descaíssem muito da graça; era espanhola *señorita* Maria Madalena, que deu brado na côrte e a quem se fizeram ondas de versos; espanhola a célebre Teresa Rosa, que usava o cabelo cortado e que se calçava sempre de veludo berne; espanhóla a Cirne; espanhola a Martinha, estremenha de olhos pretos e de ancas esculturais, que dançava maravilhosamente o «arromba» e o «arrepia»; espanholas todas as mulheres-damas prêsas no Limoeiro em 12 de maio de 1744, por terem roubado seis mil cruzados a Álvaro Nunes, mercador a retalho na rua dos Escudeiros. Italianas, que eu saiba, houve uma só, ruiva, a quem chamavam a «Genovesa», mas que era veneziana de origem, *zentildona* que viera dos jardins enevoados de oiro da Zuéca, que usava nas ligas a divisa «*veni qua, baron*», e que um soneto inédito e também irreproduzível nos mostra seguida sempre de dois *cicisbei* à moda italiana, os dois «corretóres das felicidades de Génova», um «carinha de assobio, cabeleira negra afrancesada», outro «de mau olhado, casaca alvadia, verde-negro na côr». E portuguesas? Houve muito poucas que se celebrizassem no amor venal da Lisboa de 700. Nas suas cartas, ainda inéditas, dirigidas ao filho do marquês de Pombal, Goubier de Barrault conta, em linguagem um pouco livre, as suas impressões àcêrca das «mulheres-damas» portu-

guesas e dos bailes que elas davam, «*avec douze bouts de chandelles de suif, un violon ivre, un clavecin dont personne ne savait jouer et une vingtaine de grisettes demi-castor*», em certa casa que ainda existe na rua das Salgadeiras. Num dêsses bailes, o galante francês foi convidado a dançar «*par une des plus jeunes garces de l'assemblée, qui avait une robe de moyre de soye couleur de rose*»; ceou com ela um «*roast-beef furieux*», dois perús horríveis, uns picatostes de presunto, tudo à mão, porque não era costume comer com garfos, — e acabou a noite, extenuado, enervado, «*dans un petit lit de trois palmes de large, sur lequel on ne pouvait tenir qu'en pyramide...*»

História escandalosa?

E que importa! Todos êstes perfis amorosos de *noceuses*, que parecem sorrir-nos ainda, entre revoadas de Amores, pojando os donaires na galera de oiro do «Embarque para Citéra», — todos êsses frutos venenosos de volúpia e de pecado, que a distância de cem anos transformou na sombra esmaecida dum perfume, só teem hoje para nós, pobres pecadores, a vaga beleza das coisas que se recordam e que já não se podem possuir...

SENHORITAS DA COMÉDIA

SENHORITAS DA COMÉDIA

Ao domingo, o faceira ia à missa. À segunda-feira ia ao Lausperene. À têrça, namorava na grade de Santa Clara. À quarta, passeava nos arcos do Rocio. À quinta, ia ao teatro.

No século XVIII, a quinta-feira era, para os corros de comédias de Lisboa, o dia da moda. Era às quintas-feiras que o Pátio das Arcas dava comédias novas; era às quintas-feiras que no corro dos Condes bailavam as francesas de Mr. Dandem; era às quintas-feiras ainda que a garganta de oiro das Paghetti chilreava nas óperas italianas da Trindade; era, finalmente, às quintas-feiras que o António Antunes e o Tortinho da Sé — duas glórias do teatro português de 1740 — iam bailar os bonecos ao Pátio da Mouraria e cantar em falsete, nas óperas de bonifrates, o «duo da vassourinha» e a «ária do balalão». Mas o faceira perfeito, o «França» que cumpria as leis da turina quotidiana, não freqùentava indistintamente um ou outro teatro. Tinha as suas predilecções. As óperas de bonecos da Betesga eram para o vulgo, para a mafra-baixa que delirava com as tramóias e com o «entremez do Malacoco»;

as francesas dos Condes, mais damas do que cómicas, traziam, em volta delas, como bezerros de oiro, todos os mercadores chamorros do Rocio e todos os lojeiros pé-de-boi da Rua Nova dos Ferros; as Paghetti, não devia o «França» ir aplaudi-las à Trindade, para se dar ares de que as ouvia quando elas cantavam no Paço, diante de el-rei: restava, para a preferência do faceira, o nobre Pátio das Arcas, teatro tradicional de Lisboa, entalado, com os seus cunhais de armas, entre a rua das Arcas e a rua dos Escudeiros, o bêco das Comédias e o bêco de Lopo Infante, corro sagrado pelo sangue português de todos os duelistas fidalgos do século XVII — «*Dios y my honor!*» — e em cujas tablas gloriosas passavam ainda, envoltos no rebuço dos seus mantos negros, os espectros de Fray Lope e de Calderon, de Guevara e de Tirso de Molina. Era para o Pátio das Arcas — e quando êle esteve fechado, de 1727 a 1738, para o teatro do Bairro Alto, na morada de casas do conde de Soure — que vinham representar, em revoadas inquietas, as mais célebres cómicas da Espanha. Foi a essas flôres dos corros de Toledo e de Sevilha, de Salamanca e de Valladolid, *niñas holgonas* de olhos de amêndoa e almas de azougue, embiocadas em mantéus pretos, empoleiradas em sócos doirados, que os chombergas e os faceiras, os franças e os bandalhos de Lisboa chamaram, num sorriso que durou oitenta anos, «senhoritas da comédia».

O turina pelintra de 1707, quando chegava a quinta-feira, tinha um problema a resolver: encontrar um fidalgo que quisesse levá-lo, de camarote, à comédia nova do Pátio

das Arcas. À tarde, uma hora antes de se abrir o corro, ia encostar-se, de estaca, a um cunhal da rua dos Escudeiros, com a sua casaquinha verde de enjoado arreganhada pelo quitó, o chapéu «à malbruca» esbeiçando do sovaco, e principiava a cortejar com trocadilhos de pernas, a torto e a direito, para todas as séges, todas as berlindas, todas as calejas que seguiam a caminho do teatro. Se algum fidalgo reparava nele e se debruçava do côche, o faceira, risonho, atirava-lhe outra cortesia dançada, sacudia um mergulho, sorria com olhos dormidos e bôca de rafeiro, e mal o dono da liteira, da caleja ou da estufa esboçava o gesto de convite que era costume dirigir-se aos conhecidos, o «França» não queria saber de mais nada: galgava o estribo, subia ao persevão, enfiava pelo côche — «criado, meu senhor!» — e lá ia, com o conde da Ericeira ou com o marquês de Cascais, com o filho do conde do Prado ou com o irmão do marquês de Fontes, para uma rótula ou para uma cortina, para uma forçura ou para um camarote do tablado, assistir às jornadas do *Desden con el desden* ou do *Don Gil de las calzas verdes,* dizer adeus de

longe às senhoritas da comédia, cortejá-las familiarmente quando elas assomavam aos panos do vestiário, cuspir para baixo para o povo (que afidalgava muito), cabecear os motetes do Filigrana e do Borrinha, e, ombro com ombro da melhor nobreza de Portugal, comentar com ares entendidos e boquinhas de jarro a saída da primeira dama:

— Resolutíssima! Resolutíssima! Muito bem pousa esta mulher em tablas!

Nesse momento, o faceira da primeira metade do século XVIII era um homem feliz. Tão feliz, pelo menos, como se andasse nos arcos do Rocio escudeirando as mulheres-damas, ou como se a sua freira lhe houvesse concedido uma hora de êxtase e de contemplação, em religioso silêncio, na grade doirada de Odivelas ou de Via-Longa. Ter «a sua cómica» era um título de tanta fidalguia, para o turina de 1707, como «ter a sua freira». O rebuço amantilhado das senhoritas da comédia valia o hábito sumptuoso das freiras de S. Bernardo. Eram duas fórmas diferentes do platonismo. Quando uma cómica, agradecida dos seus aplausos, lhe atirava uma flôr para o camarote ou lhe jogava a asa de sêda do abanico, o faceira entrevia o sétimo céu. Não era já a carícia misteriosa, a carícia em segrêdo na sombra dum locutório pobre de capuchas; era a manifestação de preferência, era a fineza de ostentação recebida de uma mulher bonita, em plena luz, perante a multidão ululante dum pátio de comédias. O platonismo da freira foi a voluptuosa adoração dum impossível; o platonismo da cómica foi a exaltada satisfação de uma vaidade. Desde a remota Josefa Vaca, mulher do comediante

Morales, até à graça desnalgada da Pepa Ortiga; desde a linda Margarita que no *Mejor par de los Doce,* coberta de jóias, entrava a cavalo pelo tablado do Pátio das Arcas, até à Escamilha, a melhor actriz de Madrid, que por três vezes endoideceu Lisboa e por quem o moço Fernão Teles caíu na rua dos Escudeiros com uma estocada em pleno peito; desde a Undarro até à Rosa Galega; desde a Mariana Rubim, tão bôa dançarina, dizia o Pinto Renascido, que «só do abalo de seus pés tremiam os nossos quadris», até à ladina Isabel Gamarra, cómica do teatro do Bairro Alto, que passou a vida a fugir, do marido para o marquês de Gouveia, do marquês de Gouveia para o mosteiro das Mónicas e outra vez do mosteiro das Mónicas para os braços do marido, — quantas senhoritas da comédia, por êsses corros lisboetas dos séculos XVII e XVIII, olhos flamejantes do sol de Espanha, pés ligeiros sapateando os sócos mordidos de oiro, atirou o seu coração, como uma flôr, à vaidade tumultuosa dos portugueses! E como essa vaidade lhes agradeceu, das forçuras dos fidalgos até a rótula do camarote dos frades, do sobrado gralhante de povo miúdo até aos escanos nobilíssimos das ilhargas do tablado, coloridos de bancais de armas, — como essa vaidade, ao mesmo tempo ingénua e formidável, pagava a dobrões de oiro cada sorriso, a patacas de prata cada palavra, a mãos cheias de diamantes cada beijo, e gritava, e irrompia de todos os cantos do pátio, em gritos bárbaros de aplauso, juntando na mesma loucura faceiras e baetas, fidalgos e frades, desembargadores e michos, mulatos e cónegos:

— Vítor! Vítor! *Salga! Salga!*

Mas o jubiléu do faceira não terminava com a representação. Depois de assistir à comédia e ao entremez; depois de receber com desprezilhos beiçudos o «arreburrinho» do gracioso das bexigas, — o França, já noite fechada, descia solènemente do camarote, vinha à rua das Arcas coalhada de mendigos e de côches, e, tornejando ao bêco de Lopo Infante, ia vêr saír as cómicas pela portinha do vestiário, embiocadas nos seus mantos, cortejá-las de perto, conversá-las, tratá-las familiarmente pelas praças e pelas alcunhas, dizer-lhes as tolices costumadas — «fortes lances!», «*questo me piace!*», «um descoagulante, *señorita?*», «quer chá, pechori?» — e alumiados pelos criados de tocha, entre o tumulto dos liteireiros e dos eguariços, dos sotacocheiros e dos lacaios da tábua, ajudá-las a subir para as liteiras, para as séges, para as cadeirinhas, meter-lhes à despedida a sua cortesia de aba-beijada, e repetir, em falsete, para a roda dos fidalgos, o seu superlativo favorito:

— *Nombre de Dios!* Resolutíssima! Resolutíssima!

Desaparecidos os últimos machos de liteira; despejada a última cómica, que lá ia com o seu sigisbéu bamboleando nas almadraquexas de riço vermelho; perdido nos cunhais do largo dos Escudeiros o clarão da última tocha acesa, — o faceira, risonho, satisfeito, saciado, inundado dum sorriso de bemaventurança, enfiava pelos bêcos e pelas alfurjas a caminho de casa, esguelhando os olhos para as sombras com mêdo da sovela dalgum picão, a cantarolar o mi-

nuete feito à Margarita, quando, anos andados, caída do cavalo no Pátio das Arcas, perdera o seu grande anel de diamantes:

«Mujer, no te aflijas
Dessas encontradas:
Otras cavalhadas
Te daran sortijas...»

OS QUITÓS

OS QUITÓS

—

Montesquieu, referindo-se a Portugal — o Portugal sangrento, amoroso e taciturno do fim do século XVII — diz que todo o português tinha uma dupla ambição: «*être le propriétaire d'une grande epée et avoir appris de son père l'art de faire jouer une discordante guitarre*».

O autor galante do *Temple de Gnide* não se enganou. As espadas portuguesas do século de seiscentos, com a sua grande tijela de ferro, as suas guardas e contra-guardas imitadas das toledanas de Alonzo de Sahagon, a sua enorme lâmina soldadesca de seis palmos bem medidos, dextra para o jôgo florido de Espanha, firme para o jôgo holandês de salto, foram as mais formidáveis de todas as espadas que nos duelos e nas brigas do século XVII tiniram, ferrolharam e lampejaram ao serviço da honra, do orgulho e do amor. Puderam alvarás sucessivos, a partir da ordem filipina de 5 de janeiro de 1621, determinar, sob pena de degrêdo para Angola aos infractores, que se encurtassem até cinco palmos as lâminas das espadas de Portugal. Foi inútil. Não houve, dos solares do Douro ao conventinho de Estômbar, quem mandasse cortar meia pole-

gada de ferro a um estoque. Os fidalgos portugueses tinham-se acostumado a medir pela grandeza da sua fidalguia o tamanho das suas espadas. Foi com ferros compridos de seis palmos que se bateram, em 1655, no jôgo da bola, os condes de Vimioso e de S. João contra os filhos dos condes de Castelo Melhor e de S. Lourenço; foram toledanas enormes que faùlharam, em 1658, no trágico desafio dos Alvitos; foi ainda com espadas portuguesas de mais da marca que em 1669, num pátio de comédias, por causa duma rosa caída dum camarote, o irmão do marquês de Fontes feriu o filho do conde do Prado; que em 1676 se desafiaram, disputando o leito duma mulher-dama francesa, o senhor de Pancas e o moço marquês de Marialva; que em 1663 se iam matando, por um sorriso da célebre espanhola Martinha, dois fidalgos portugueses que podiam ter vestido as pantalonas negras de Scaramuccia e a coira de búfalo do capitão Spaventa: o nobre conde da Tôrre e o nobilíssimo conde de Atouguia. Eram grandes as espadas? Se eram enormes os corações! Fôsse lá um ministro dos bairros fazer cumprir os velhos alvarás de Filipe IV, impôr tamanhos às lâminas e marcas às contra-guardas: caía de borco numa pôça de sangue, como o corregedor do Bairro Alto, atravessado pelas costas, em 1694, junto ao postigo da Trindade, ou como o juiz do crime Matias Rebelo, abatido em Cata-que-Farás, poucos meses antes, com dois palmos de ferro pela bôca.

Mas o que não pôde fazer, durante todo o século XVII, a fôrça da lei, — conseguiu-o, nos primeiros anos do século XVIII, a fragilidade da moda. Com os rudes gibões

de dozeno e de vintadozeno que nos valeram em Madrid a alcunha de «sebosos»; com os largos chapéus de chamorro e de bigúnia que fizeram rir Luís XIV, — desapareceu a severidade patriarcal, perderam-se os hábitos viris dos portugueses velhos. D. João V, estrangeirando a côrte, efeminou-a. As modas de França, trazendo a graciosidade e a elegância na sua asa de rendas, proscreveram as enormes espadas soldadescas povoadas de Cristos e de legendas, deixaram-nas enferrujar no fundo das velhas arcas de castanho, pelos recantos dos pesados armários holandeses ou à cabeceira dos meninos de mama «para afugentar as bruxas», — e substituiram a viril *rapière* por um pequenino espadim de criança, leve como um brinquedo, caro como uma jóia, feito mais para namorar do que para matar, cuja lâmina, pela lei joanina de 1719, não podia exceder três palmos, e em cujas guardas doiradas o faceira pendurava, como um floco de espuma, o seu lenço eloqùente de cambraia ligeira. Foi a êsse espadim, traste indispensável do namôro português do século XVIII, falsete ridículo da espada seiscentista, bengalinha caranguejeira de punho de Limoges inventada para arreganhar a casaca e para fazer sinais às mulheres, que os franças saltitantes do tempo de D. João V chamaram — o «quitó». Em 1707, já o conde de Coculim encomendava para Londres a D. Luís da Cunha um espadim da moda, «quanto mais pequeno melhor». Em 1720, por ordem do corregedor do Rocio, os alcaides recolhiam as últimas toledanas de seis palmos que os embuçados traziam debaixo dos mantos. As grandes espadas espanholas

e holandesas estavam mortas. Por detrás do «homem da espada» de Franz Halls, sorria, todo de branco, o «Gilles» de Watteau. O reinado do «quitó» principiara.

Uma revolução? Quási.

Daí por diante, como os quitós são frágeis e incertos, é a tiro que se fazem, de noite, aos quatro cantos de Lisboa, as esperas «para matar». D. Francisco Manuel, comissário de cavalaria, é morto a tiros de clavina, com nove balas no peito, junto ao muro do Colégio dos Jesuítas; André de Melo salva-se, por milagre, dum tiro de bacamarte

que lhe leva um bolsilho do calção; o conde de Vimioso — conta Brochado, para Londres, em carta ao conde de Viana — recolhendo de noite a casa e galgando o Chiado, recebe uma arcabuzada que lhe esfrangalha o espaldar do côche, sem o atingir a êle. Com a clavina assassina-se; com o espadim namora-se. E emquanto os tiros estoiravam nas ruas, estendendo cada dia quatro e cinco mortos, — o faceira, risonho, enfiava no boldrié o seu quitó de prata, fino como uma agulha, comprado no ourives Cristiano Frezi ou no António maltês do Bêco das Tábuas, e tão pequenino que lhe chamavam «quitó de nascer»; ensaiava com êle as posturas do namôro de estafermo; metia-o às meias-voltas entre as côxas, para significar ternura; debruçava-lhe o lenço das guardas doiradas, como quem diz «eu volto àmanhã»; subia-o à bôca até beijar-lhe os punhos, que queria dizer «como é linda!», — e aos saltos, às upas, na raçada quente do sol, sem se lembrar de que levava à ilharga uma arma, lá ia escudeirando pelos arcos do Rocio, bufarinhando pela Rua Nova dos Ferros, até encalhar, de estafermo ou de estaca, debaixo da rótula duma França, do postigo duma cómica, da gelosia duma freira.

Mas não se julgue, porque foi uma arma de namôro, que o quitó era inofensivo como uma vara de pálio. Não. Os quitós do século XVIII teem a responsabilidade de muito sangue e de muita morte de homem. Simplesmente, nas mãos dos faceiras e dos casquilhos, dos bandalhos e dos peraltas, assassinavam com uma gentileza e uma graciosidade, que não seria lícito exigir no tempo das grandes espadas de ferro de que nos fala Montesquieu. Uma rápida

notícia do *Mercúrio de Lisboa*, de 6 de março de 1745, dá-nos a impressão do que seriam os desafios no tempo de D. João V: «Na rua dos Ourives da Prata se apearam dois casquilhos das suas carruagens, e, tirando o chapéu um ao outro, puxaram dos espadins e começaram a pendenciar até que os ourives os apaziguaram». Era o duelo cortês. Era o duelo *en dentelles*. Foi com um quitó, pequenino como uma jóia, que em 6 de junho de 1742 o marquês de Alegrete, por causa duma espanhola criada das damas da comédia, varou o peito a um sobrinho do embaixador de França. Foi com dois espadins franceses, ligeiros, que na tarde de 9 de novembro de 1743, à Bica do Sapato, o marquês de Cascais e Luís Gonçalves da Câmara se bateram com tão veemente cortesia que, se não passam uns frades barbadinhos, tinham ficado ambos mortos na calçada. Quando o filho do marquês de Távora e Bartolomeu de Escarça e Vasconcelos se desafiaram junto ao Paço do Bem-Formoso, na noite de 25 de março de 1744, cumprimentaram-se primeiro, graciosamente. Foi com um espadim doirado de agulha que o menino de Palhavã D. António correu sôbre o marquês de Pombal, que lhe contrariara o casamento com a princesa herdeira D. Maria; brandia um «quitó de nascer» o duque do Cadaval, quando, no teatro do Bairro Alto, em 1770, por causa duma cantora italiana, desafiou o marechal inglês Duarte Smith; foi, finalmente, com um pequenino faim de punho de prata que o conde de S. Vicente, ciumento da cómica Esteireira, deixou morto sôbre uma pôça de sangue, na Travessa da Espera, o mestre de campo Teixeira Homem...

Arma simultaneamente de morte e de amor, o quitó doirado ficará, como um símbolo, na história galante do século XVIII. E o que é afinal o amor — disse-o Frei António das Chagas falando às freiras de Setúbal — senão a imagem enganadora da morte?

AS CHEGANÇAS

AS CHEGANÇAS

Pela assomada de maio de 1745, toda a gente cantava em Lisboa, regatèiras e maranhôas, mariolas e negros, casquilhos e sécias, da Ribeira das Náus às escadas do Hospital Real, do postigo de S. Roque às hortas verdejantes do Catavento, uma cantiga que pegara pela cidade como uma labareda:

«Já não se dançam cheganças
Que não quer o nosso rei,
Por que lhe diz Frei Gaspar
Que é coisa contra a lei.

Meninas bonitas,
Môças com fitas,
Casquilhos e abades,
Freiras e frades,
Chorai, chorai, chorai.
Acabou-se, já lá vai».

Não havia dúvida. Estavam proíbidas as cheganças. D. João v fizera expedir pelo cardeal da Mota um alvará mandando meter no Aljube e no Tronco todo o picão ou

alfamista, toda a fregona ou França-dama que fôsse pilhada a bater cheganças pelas ruas, pelas hortas ou pelas tabernas da cidade. Êsse alvará tinha sido inspirado por Frei Gaspar da Encarnação, no século Gaspar Moscoso da Silva, irmão do velho marquês de Gouveia já morto, deão da Sé de Lisboa aos vinte anos, reitor da Universidade aos vinte e cinco, professo desde os trinta na religião de S. Francisco e na casa dos missionários apostólicos do Varatojo, e companheiro de infância, amigo íntimo, conselheiro privado do rei. Porquê? Porque mereceu semelhante dança a honra de ser proíbida? O que eram, afinal, as «cheganças»? Que tinha que vêr com as danças de fartavelhacos o nobre frade varatojano?

Eu lhes conto.

Certa manhã, Frei Gaspar, arredado da côrte havia muito tempo, meteu no atado umas bragas de burel, um chióte novo e umas avarcas de bezerro, despediu-se dos padres discretos, enfiou para a liteira da Casa Real que D. João V mandara de cote para o conventinho do Varatojo, e, no passo choutão das bêstas, mordendo poeira e sorvendo sol, meteu até Lisboa. Na Malveira, como se lhe desferrasse um macho das mudas, envesgaram, bêstas, liteira e frade, por um carreteiro que levava à loja do «Chicória», a um tempo taberna, casa de estalagem e banco de ferrar, à entrada de um souto pequeno de carvalhos. Emquanto um moço remangão, de avental de sola, chamuscado do lume da forja, batia o ferro do cornozelo sôlto, — Frei Gaspar apurou o ouvido para um zangarreio de viola e um tairocar de sócos que vinha da estalagem, asso-

mou à soleira da porta, entestou a mão sôbre os olhos encandeados, e espreitou. Um homem e uma mulher dançavam, lá dentro. Alguma das danças vàdias da primeira metade do século XVIII, o «arrepia» ou o «arromba», o «oitavado» ou o «Zabél Macau», conhecidas de toda a gente, — até dos frades do Varatojo? Não. Pior do que isso. Era uma dança de abominação e de inferno, tão rebolada de quadris, tão jogada de lombos, tão batida de ventres, que o velho varatojano recuou, afogueou-se, tremeu de indignado, chamou o liteireiro cujo vaqueiro vermelho chamejava ao sol e apontou-lhe os da dança:

— Que ignomínia é aquela, Tomé?

— São as cheganças, reverendo padre.

Frei Gaspar, meneando a cabeça, considerou um instante ainda aquela obra de Satanás; teve, vai não vai, um arremêsso de corpo para desabroxar a sua cruz peitoral e converter, prègando, os dois perdidos que tairocavam à ilharga da forja; mas o macho estava ferrado; a soalheira queimava; — e o varatojano, a engranzar padre-nossos, acolheu-se à liteira e seguiu viagem. Passaram-lhe a beira do caminho sébes floridas de mato queiró; pinhais escuros, ramalhando, faùlhantes de caruma e cheirosos de resina ardida; mais aquêm, vinhedos doirados, crestados de pó; por fim, a lezíria verde e imensa, húmida e tranqùila, estendida até ao rio imóvel como uma solda de prata derramada: — e Frei Gaspar, dentro da liteira da Casa Real, espipado, sonolento, queimado da estamenha espessa do hábito, pensando vagamente em quadrilheiros e alcaides, em meirinhos e corregedores, no Ordinário e na Inquisição,

enfiou, já no têrmo da cidade, os caminhos de Santo António do Tojal; meteu ao campo de Alvalade, negro de arvoredos; cruzou o Arco do Cego, cuja silharia caíra para poderem passar os côches de D. João V; desceu às hortas viçosas de Valverde, — e branco de poeira, abanando o hábito para arejar as pernas, veio, no chouto dos machos, desembocar ao Rocio. Quando, já sol posto, passava ao Arco dos Pregos e entrava no terreiro do Paço da Ribeira, — um ruído de machete e de sanfona soou-lhe perto; voltou-se; e entre uma matula negra de mariolas e de mulatos, de soldados e de frades, de ciganas de corriola e de macacos empoleirados a catar gente, viu um alfamista negro e uma regateira de saia de veludo e carnaças de abadessa, voluptuosos, ofegantes, possessos, dançando, ancas contra ancas, peneirando-se, côxas contra côxas, como faunos hirsutos a coçarem-se, na primavera, pelos troncos das árvores floridas.

— Que é aquilo, Tomé?

— São as cheganças, reverendo padre.

O furor deu asas ao varatojano. Precipitou-se da liteira, com o atado das avarcas e do chiote às costas; meteu pelo paço; galgou à sala dos Escudeiros; perguntou ao José Vermuéli, criado do duque do Cadaval, se el-rei estava recolhido; pareceu-lhe sentir, ao cruzar os corredores, uns sons vivos e chocalhados de cravo; afastou uma guarda-porta, — e estacou, no limiar, os rosários ramalhando, os olhos arregalados de pasmo. Emquanto um frade trino, de grandes óculos verdes, tocava assentado diante de uma espineta holandesa, um moço da câmara e

uma açafata alemã da raínha saracoteavam-se, de quadris unidos, numa dança furiosa.

— Que é isto, Vermuéli?

O criado do duque do Cadaval tossiu, para avisar; baixou os olhos; e, quando a guarda-porta tornou a caír, respondeu:

— São as cheganças, reverendo padre.

Era a grande dança lisboeta do momento, que irrompera bruscamente por terreiros e ruas-sujas, pelos alpendres da Mouraria e pelas hortas do Ducado, que invadira tudo, desde o Mocambo até ao Paço dos reis, batida agora nos sócos de pau das maranhôas, tairocada logo nos sapatos de perdiz das «franças», desnalgada, violenta, ignóbil, mas viva, orgulhosa, pitoresca, ondulada primeiro em ritmos de chacoina, rompendo depois em sapateados bravos de fandango, acabando, ventre contra ventre, peito contra peito, no impudor canalha da «fôfa» das mulatas e dos negros, — velha avó do fado-batido, em cujo ímpeto sangrento e risonho, convulso e formidável, ardia e cantava a alma fulva da raça. D. João v, paralítico havia três anos, dava despacho na Sala dos Tudescos ao cardeal da Mota, quando Frei Gaspar da Encarnação lhe caíu aos pés, bradando:

— Senhor, que se Vossa Majestade não proíbe as cheganças, está no inferno com elas!

O rei cuidou que o frade endoidecera, levantou à órbita o seu óculo de punho de oiro, e emquanto o cardeal ajudava o varatojano a erguer-se, mirou-o numa expressão idiota:

— Mas o que são as cheganças, Frei Gaspar?

— Vossa Majestade não sabe o que são as cheganças. e já as dançam no Paço as açafatas da senhora raínha?

A púrpura do secretário de Estado acudiu, esclarecendo:

— É a dança dos velhacos da Ribeira das Naus, meu senhor.

— Eu não conheço as cheganças, Frei Gaspar, — objectou o rei. — Como queres tu que eu proíba uma coisa que nunca vi?

O varatojano teve um momento de hesitação e de per-

plexidade. Olhou o rei; olhou o cardeal da Mota, que sorria; faùlharam-lhe as pupilas; sacudiu um arremêsso de ombros, como de quem se decide; mirou as portas, não entrasse alguêm; tirou do pescoço a sua grande cruz de missionário; beijou-a; pô-la sóbre a mesa do despacho; remangou-se; sofraldou a estamenha do hábito, — e descobrindo as pernas negras, escaneladas, cabeludas, entrou de repente nuns requebros, num dar de lombos, num sapateado de fandango, num saracoteio de nádegas tão desesperado, num tão lastimoso arrancar de cheganças contra o ventre vermelho e aflito do cardeal da Mota, que o rei destampou a rir a trancos, o prelado fugiu pela sala a queixar-se da sua fístula, a gritar pelo óleo de oiro do médico Ortigão, e o varatojano, descomposto, desconjuntado, alagado, felpudo, ofegante, resvalou a arquejar sôbre uma cadeira de tapeçaria, as bragas à mostra, a cabeça ourada de vertigens, repetindo:

— Seja pelo divino amor de Deus! Seja pelo divino amor de Deus!

No dia seguinte, era expedido aos corregedores dos bairros o alvará proíbindo as cheganças, e três dias depois toda a gente cantava pelas ruas da cidade:

«Meninas bonitas,
Môças com fitas,
Casquilhos e abades,
Freiras e frades,
Chorai, chorai, chorai,
Acabou-se, já lá vai...»

JOGOS DE PRENDAS

JOGOS DE PRENDAS

A partir de 1730, as grandes casas fidalgas de Lisboa começaram a imitar o Paço. D. João v dava comédias e óperas na Sala dos Embaixadores? Dançava com as senhoras titulares? Tocava cravo a raínha? Armavam-se grandes bufetes de dôce com a chilacaiota, os caroços de Arouca, os bolos de alforje, o manjar branco de Celas e o toucinho do céu que mandavam de presente a el-rei os frades de Alcobaça? Pois bem. Daí a pouco, as mais nobres casas de Lisboa abriam as suas portas a primos e a parentes. Os serões de família principiaram. Não importava que os velhos pardieiros fidalgos da Lisboa patriarcal fôssem, como mais tarde os descreveu Costigan, «casarões armados de panos de Arrás e cheios de buracos de ratos». Saíam das arcas da prata todas as serpentinas de quatro e de seis lumes; chamavam-se dois músicos, irmãos de Santa Cecília, para tocarem espineta e rabeca; as meninas vinham dos seus estrados mouriscos, encandeadas das luzes, toucadas e polvilhadas como para janela de procissão ou serenim do paço; os faceiras fidalgos, todos muitíssimo primos, beijavam-lhes as mãos fazendo as cortesias como

ensinava o mestre francês de dança mr. Dupré, morador aos Remolares; e emquanto palravam os papagaios, os negrinhos pinchavam pela sala, e os velhos, de manguitos, tirando as cabeleiras e esmoncando o estorrinho em alcobaças sarapantões, atiravam os dados do gamão, — chegava infalivelmente, chilreado de risos, voluptuoso de contactos, florido de lenços e de leques, o grande jubileu de amor dos serões nobres do século XVIII: o jôgo de prendas.

A procissão trouxe o namôro para as ruas; o lausperene trouxe o namôro para a igreja; ao jôgo de prendas estava reservada a glória de trazer o namôro para os serões de família. Numa sociedade em formação, como a portuguesa de 1730, que desconhecia os mais nobres prazeres intelectuais, que não sabia conversar, que nem mesmo sabia divertir-se, obscurecida, deformada durante um longo século por uma educação de cavalariça e de oratório, — o jôgo de prendas foi um achado. Era o passatempo ideal das sociedades sem espírito. Foi, mais ainda do que a dança, mercê das liberdades permitidas nas suas marcas, nas suas sentenças e nas suas penitências, uma verdadeira academia de namôro. Quando chegava o «beijo à capucha», o «abraço de freira», ou o «inferno» trilado de beijos repenicados, as velhas fechavam os olhos, voltavam a cara, engranzavam avê-marias nos rosários, — mas concordavam logo, cabeceando os toucados negros, como mulas de liteira de alquiler, que tudo aquilo estava na «ordenação do jôgo». Toda a severidade do Portugal antigo, todos os recatos, todos os biôcos da educação jesuítica desapareciam, por encanto, ao formar-se, à volta dum sofá, uma roda de jôgo

de prendas. Era a mocidade que reclamava os seus direitos, que ressurgia dos lares monásticos do século XVII, que voltava a galantear e a sorrir, a abraçar e a beijar, — como se Tibulo, coroado de rosas, viesse espreguiçar-se sôbre os tapêtes macios de todos òs solares de Lisboa...

— O jôgo das Comadres?

— Não, não! Antes o do Toucador...

— O da Cidade de Roma?

— Ai, mana, o da Galinha-cega!

— O dos Tortos, que é tão lindo!

— E o do Conde, que se baila à roda?

— Cá está o anel, minha alma!

— Um chapéu! Venha um chapéu!

— Chaínha, leva o macaco!

— A cadeirinha!

— Mana, o periquito!

Tudo se dispunha para o jôgo, gralhando, chilreando, rindo. As bandarras fidalgas, pingadas de diamantes, o abanico de sêda na mão, assentavam-se, bojando os donaires, com os negrinhos aos pés a comporem-lhes a saia; os faceiras cortejavam de mergulho, sacudiam os mostachos empoados da cabeleira, tiravam os lenços do punho doirado do quitó, e cavalgavam em tamboretes, fazendo meia laranja adiante do sofá das franças. Era o turina mais engraçado que presidia, de pé no meio da roda, uma varinha na mão, o chapéu holandês de três ventos a mamar no sovaco, a bôca em assobio, as pernas trocadas como se estivesse fazendo um quarto de hora de estafermo; apontava uma das bandarras, ao acaso da vara ou do co-

ração, — e era ela que pricipiava o jôgo, em falsete, a bôca escondida no leque, um sinal de tafetá a arrebitar-lhe a asa do nariz, um rosicler de prata na testa, uma trémula de diamantes, buliçosa, a escorrer-lhe do seio:

— «*Esta é a cidade de Roma*».

Logo o faceira da direita, de casaca de riço encarnado, ceceoso, a mirá-la de soslaio e a morder o lencinho:

— «*Na cidade de Roma há uma rua.*»

— «*A rua vai ter à praça.*»

— «*Na praça há uma casa.*»

— «*Dentro da casa, um pátio...*»

E a roda continuava, guinchada, corrida em tiple, picada de risinhos, andando sempre pela direita, — agora um frade moço, sanguíneo, sobrinho do dono da casa, cercílio luzidio e cogula de bento; logo uma França bonita, surrateira, toucada de amarelo «à alemôa», que se entretinha a chegar o joelho, pouco a pouco, à perna do frade; depois, um chasquinho de peruca, gravata «à corsária», namorador, tatebitate, fidalgo como as mulas de el-rei, blasonando dos caldeiros negros dos Pachecos e da asa vermelha dos Albuquerques; por fim, abades, marqueses, bandalhinhos piscando os olhos, frades trinos em férias, beneficiados da Sé Patriarcal, bandarras dengosas com cães de fralda no regaço e periquitos verdes no ombro, — e atrás, os negros, os macacos, as mulatas da casa, a «Dona Benedita», a «Dona Chaínha», a «Dona Rosa», vestidas de côres, a rir, a gritar, a bater palmas quando a roda do jôgo desandava, e o «*passarinho fugia da gaiola, que estava na mesa, que havia na sala, que dava para a escada,*

que descia ao pátio, que pertencia à casa, que estava na praça, que dava para a rua onde se abria a porta da cidade de Roma». Se algum se enganava, se engasgava, se perdia, logo todos se levantavam em surriada, turinas e franças, bandarras e frades, gritando, matraqueando, rindo:

— Pague prenda! Pague prenda!

O açafáte enchia-se de aneis, de rosicleres, de abanicos, de lenços, de broches de pedras, de caixas de rapé, de vidrinhos de água de Córdova, — e vinham então as sentenças, as penitências, «morder um cotovelo», «enfiar uma agulha com os olhos tapados», «pôr os quatro pés na parede», «dizer um verso rindo, outro chorando», «fazer de esquina para lhe pegarem cartazes de comédia nas costas», «beijar uma caixa dentro e fóra, sem a abrir»; depois as perguntas, «se a minha bôca fôsse condessa que lhe metia dentro?», «se eu fôsse lenço, que faria de mim?»; em seguida, a sentença da «berlinda», em que o penitente, faceira ou França, metido na berlinda rica da casa quando o jôgo era no pátio, numa cadeirinha de arruar ou num tamborete quando era na sala, ouvia todas as impertinências que queriam di-

zer-lhe os da roda; por fim, as mais deliciosas penitências do jôgo, o «beijo à capucha», com a França e o faceira ajoelhados no chão, de costas um para o outro, inclinando as cabeças para trás até se aflorarem de leve as bôcas; o «abraço de freira», em que o casquilho, como se fôsse um freirático, era forçado a estreitar a sua dama através das grades de um espaldar de cadeira; o «beijo atrás da porta»; «medir varas»; o «purgatório»; o «inferno», em que uma bandarrinha se assentava nos joelhos dum faceira para ser beijada por outro; — e quantas mais penitências, voando na asa leve dum perfume de beijos e de polvilhos de França, criações ingénuas da grosseira volúpia do século XVIII português, névoas fugitivas de sonho, que à volta dum sofá, sôbre um tapête de Arraiolos, no clarão de meia dúzia de serpentinas de prata, conseguiam transformar um jôgo imbecil num paraíso perdido de namorados!

— Que lhe parecem a Vossa Reverência os jogos de prendas? — perguntou um dia a D. José da Glória, geral dos Crúzios, a velha condessa de Pombeiro.

O frade tossiu, tabaqueou a pergunta, afagou os refêgos da barba e respondeu de arremêsso:

— Uma pouca-vergonha.

CARTAS DE AMOR

CARTAS DE AMOR

Ao pé duma guarda-porta armoriada de baetão vermelho, onde pesam a cruz-dobre e os seis besantes de oiro dos Almeidas, o negrinho da casa espera, assentado no chão, a comer castanhas. Que espera êle? Que saia alguma visita importuna? Que Sua Senhoria dê despacho? Que um frade mariano, chocalhando camândulas, absolva os escrúpulos de consciência da Senhora? Que o marquês moço receba a sua lição de espada preta? Não. Nada disso. O negrinho da casa espera que a menina acabe de escrever.

Uma campaínha retine. É ela que chama. O mochila, vestido por graça como os pretos da procissão de S. Jorge, guarda as castanhas num bolsilho, espreita os corredores não venha alguêm, levanta cautelosamente a guarda-porta, e entra, aos pulos. Uma França fidalga, menina de dezoito anos, assentada diante duma papeleira aberta de xarão vermelho com topetes de talha doirada, sorri, relê, e, de dedo na bôca, deita areia sôbre as fôlhas dum papel, húmidas de tinta. O negro segue-lhe os movimentos, oleoso, numa chapada de sol. Ela volta a deitar a areia no areeiro

de prata; com uma tesoura, recorta, ao alto do papel, um pequenino coração; borrifa a carta com água da raínha da Hungria, ou, melhor ainda, com água de Córdova, para a perfumar e fingir que chorou quando a escreveu; dobra-a em pastel de três cantos ou em chapéu à Anastácia; mete-lhe a obreia, — e com a língua mordida ao canto da bôca e os dedos mendinhos no ar como bichos de sêda enfiados de jóias, arranha as palavras costumadas do endereço: «Senhor D. António de Melo, às Chagas». Não há dúvida. É uma carta de amor. A menina sorri ainda para ela, mira-a de todos os lados, beija-a, palpa-a, afaga-a, acaricia-a, considera-a longamente, como quem se despede, e deixa-a escorregar num enlêvo para as mãos do negrinho, que pincha, e salta, e desaparece aos guinchos, às upas, as sapatorras amarelas de bôca de vaca a tairocarem no sobrado.

Que dizia êsse pedaço de papel? Que costumavam dizer as cartas de amor do século XVIII?

As portuguesas apaixonadas tiveram sempre fama de escrever bem. Sessenta anos antes de Noel Bouton, conde de Chamilly, «*de gueules à la fasce d'or*», ter espalhado pelo mundo as cartas da freira clarista de Beja, já Tomé da Veiga dizia, falando da graça picante das castelhanas de Valhadolid, colos doirados de sol e floridos de cravos que um rebuço negro amantilhava: — «Teem bom pico, mas falta-lhe a pena, por que não escrevem tão bem como as portuguesas». E, mais tarde, M.me de Sevigné dizia em carta à filha, a condessa de Grignan: «*Brancas m'a ecrit une lettre si excessivement tendre, qu'elle recompense*

tout son oubli passé: il me parle de son cœur à toutes les lignes; si je lui faisois reponse sur le même ton, se seroit une portugaise». Já influência das cartas de Sóror Mariana? É possível. Mas quantas freiras, antes dela, escreveram deliciosas cartas, — desde sóror Inês de Jesus, uma das «décimas musas», até sóror Simôa de Castilho, agostinha calçada de Sant'Ana; desde a galante madre Francisca Xavier, professa no convento da Rosa, até sóror Maria das Saùdades, freira em Via Longa, amante *in partibus* de Afonso VI, que trazia bordado no seu escapulário de estamenha um banco de pinchar de oiro de três pendentes! Foram elas, pequeninas Gôngoras de véu preto e côro, que ensinaram a mulher portuguesa do século XVIII a sentir, a escrever e a amar. Elas todas, e, com elas, a encantadora bernarda D. Feliciana de Milão, encarregaram-se de inventar essa «língua freira ou freirática», que encheu as cartas de amor dos séculos de seiscentos e de setecentos, que Filinto descreveu como «certa linguagem delambida, ininteligível por muito refinada e confeitada de frases de conventual invenção», e

a que D. João V, de óculo de oiro na órbita, eminentemente prático na sua grosseira sensualidade, chamou desdenhosamente «linguagem de triques-traques». Foi nessa «linguagem de triques-traques» que todo o século XVIII português amou. Foi êsse mesmo gongorismo monástico que produziu os *Cristais de Alma* e o *Alívio de Tristes*, o *Retiro de cuidados* e o *Coco de convertidos*, verdadeiros secretários-dos-amantes que os cegos das folhinhas vendiam pelos arcos do Rocio e pelo Adro do Monte, pelos soalheiros da Ribeira das Naus e no Cano Real aos domingos, e em cujas páginas cheias de conceitos e de subtilezas, de enigmas e de obscuridades, os faceiras e as franças, os turinas e as bandarras do tempo de D. João V encontraram toda a sua ingénua moral amorosa e toda a sua monótona literatura de sentimento. A carta de amor do século XVIII nasceu gémea do folheto amoroso de cordel. Ambos, folheto e carta, tiveram a sua *Mère Gigogne* na grade dos mosteiros. Foi a freira que inventou os vários géneros da carta de amor seiscentista e setecentista, e que criou para cada um dêles uma expressão e uma intenção próprias. Havia as cartas chamadas «de ausência», que principiavam sempre por «meus olhos», «meu bem», «meu coração», «minha lembrança», «meu pensamento», picadas de flôres sêcas, cheias de trocadilhos obrigados sôbre a saùdade, e de que as *Ordenações* galantes das freiras de Sant'Ana diziam: «para as cartas de ausência terá a freira dois tinteiros, um para escrever, e outro de água para fingir as lágrimas»; havia as «cartas de recado», curtas, simples, começadas cortèsmente por «meu senhor» e acabadas

sempre com o conceito subtil de Feliciana de Odivelas: «lembro-lhe a vossa mercê que lhe não lembro e que me não esquece»; as «cartas contemplativas», discorrendo em tese sôbre o amor, desenvolvendo problemas de sentimento, longas dissertações inúteis em que se andavam léguas sôbre uma fôlha de rosa; as «cartas de equívocos», graciosas, picantes, com toda a prata quebrada de ditos com que se escudeirava nas ruas; as «cartas de despique»; as «de arrufos»; as «de ciúmes», que a mulher devia escrever sempre antes que o homem lhas escrevesse; as «de apartamento», tristes como o sino grande da Capela Real. Nos últimos anos da velhice de D. João V, as cartas de amor estavam em plena moda; mas já tão pueris, tão ridículas, tão cheias de anexins, tão eriçadas de frases francesas, tão «*mouche à miel*», que Marco António de Azevedo Coutinho, morto de riso, não resiste à tentação de mandar para Vienna de Áustria, ao futuro marquês de Pombal, as cartas que o marquês de Valença escrevera a uma mulher-dama de Lisboa. O abuso principia. Nos conventos de claristas passa-se a vida a escrever cartas. «O frade não é obrigado a dar resposta aos escritos da sua freira senão de seis em seis meses», ordenam os *Estatutos* burlescos do Doutor Vasco Bugalho. A carta de amor começa a ser perseguida nos mosteiros pelas abadessas; fóra dêles, pelas mães. Na Veneza do século XVIII, conta Gasparo Gozzi, eram as próprias mães que acabavam de escrever as cartas amorosas das filhas: «*finischo la letera io della mia figlia, la quale non hano potuto andar levanti per un gran male...*» Em Portugal, as mães do tempo de D. José chegavam a im-

pedir que as filhas aprendessem a lêr e a escrever, só para não se corresponderem por carta com os namorados. Com a lei de 19 de junho de 1775, a carta de amor, que já era um delito galante, passou a ser um crime punido com galés e com degrêdo para Angola...

— Truz, truz!

Batem de manso com os nós dos dedos. A guarda-porta de baetão vermelho, pesada da cruz-dobre e dos seis besantes de oiro dos Almeidas, oscila, arregaça-se, corre guinchando no varão de ferro. O coração da França bate apressado. É o negrinho que volta, luzidio, aos pinchos, às upas. Traz numa das mãos a resposta do fidalgo, em carta perfumada como uma pastilha de âmbar, e na outra um cruzado, cuja prata nova reluz ao sol como um espelho pequenino.

O CASAMENTO

O CASAMENTO

«Nunca se casou tanto em Portugal!» — dizia o conde de Coculim para Londres a D. Luís da Cunha, em carta de 6 de fevereiro de 1711.

Com efeito, nunca se tinha casado tanto. Por toda a parte, nas casas fidalgas de Lisboa, cheias de cães e de prata mareada, se armavam de damasco salas novas para a leitura de contratos ante-nupciais. Por toda a parte se combinavam, diante de tabeliães circunspectos de óculos redondos e hábito de Cristo ao pescoço, longas escrituras por dote e arras, ou por carta de metade com exclusão dos bens de vínculo e dos provenientes da Corôa. Por toda a parte os ourives da cidade, os Lázaros, os Frezi, os Justos, batiam salvas de prata para presentes a noivos. Por toda a parte, das lojas dos Genoveses às das Capelas, do arco dos Pregos aos arcos do Rocio, não coalhavam as caixas de leques da China que era moda dar de presente às noivas, nem as plumas que, segundo a carta de *Lauso Tolo*, eram o «inseparável ornato da nobreza do matrimónio». Quási todos os dias D. João v despachava licenças para casamentos; e ai do fidalgo que se esquecesse de lhas pedir

antes de apregoado, que ia malhar com os ossos a Angola como o moço Luís Francisco Sanches de Baena, ou dizia mal da sua vida como Sebastião José de Carvalho, que o cardeal da Mota repreendeu por se ter casado em Vienna de Áustria sem licença de Sua Majestade. Sabido que todos os fidalgos mais chegados ao Paço eram muitíssimo primos, choviam para Roma os pedidos de dispensa de parentesco, — que custavam novecentos mil réis quando feitos por intermédio do cardeal Patriarca, como em 1745, quando o sumptuoso conde de Aveiras se casou com a linda D. Constança Manuel, filha do conde da Atalaia. A freqüência dos casamentos tornou o negócio das licenças tão rendoso, que o italiano Vicente Fargini veio estabelecer em Lisboa, na rua das Flôres, uma especie de agência que se encarregava de obter de Roma, pelo preço da dataria, todas as dispensas matrimoniais. Era raro o fidalgo moço que não trazia na abotoadura da casaca a fita de côr que, diz o autor da *Description de la Ville de Lisbonne*, era sinal de promessa de casamento. Na mesma grandiosa vertigem, Portugal arruìnava-se e casava. Houve — dizia o médico Ortigão — um verdadeiro «frenesi de himineus». E porquê? Porque o homem enlouquecera? Não. Porque a mulher se transformara. Arrancada um instante aos seus hábitos árabes de recolhimento e de mistério, revelada a si própria, trazida pelo braço do rei para os trezentos lumes deslumbrantes das Salas dos Tudescos e dos Embaixadores, — a mulher fidalga deixou de ser a adoração sombria e taciturna dos lares monásticos do século XVII, para se tornar, na côrte estrangeirada e galante de D. João V,

a sedução, a tentação e a volúpia. Baixou em respeito? Mas subiu em encanto. Perdeu em adoração? Mas ganhou em desejo. Pôde finalmente dominar, triunfar, — escolher. Já não era a imagem bisonha da virtude, fiando, de mantéu de roca e chapins de Valença, a sua teia de Penélope; era a beleza viva, requestada, disputada, orgulhosa do seu poder, consciente da sua fôrça, vencendo num sorriso, ordenando num olhar, marcando destinos, desdenhosamente, com as varetas doiradas do leque. A primeira metade do século XVIII foi caracterizada, na Lisboa solarenga e fidalga de D. João V, pelo prestígio crescente da mulher. Vivia-se sob o seu influxo voluptuoso. Era ela que mandava, — mesmo quando parecia obedecer. O destino amoroso do faceira fidalgo de 1720 estava de antemão traçado: ter uma cómica por luxo, namorar uma freira

por moda, possuir uma dama por gôsto, e casar com uma prima — por amor.

Mas a verdadeira revolução operada na sociedade portuguesa pela sociabilização, direi melhor, pela dignificação da mulher, se aumentou, na côrte de D. João V, o número dos casamentos de amor, não conseguiu abalar os preconceitos de estirpe e as fortes razões de tradição que regularam sempre, na nobreza portuguesa, as alianças de família. Os casamentos da côrte continuaram a ser feitos pela vontade dos pais. Simplesmente, as imposições paternas já não encontravam, como dantes, corações livres, vontades de cêra, docilidades tímidas aferrolhadas, como em prisões, nos lares fidalgos do século XVII. As resistências foram constantes e os dramas familiares repetiram-se com freqüência. Os pais tinham por si a lei de 13 de novembro de 1651, reforçada, mais tarde, pela lei de 19 de junho de 1775, aplicável a todos aqueles que casassem contra a vontade patriarcal da família. Os filhos, nessa luta desigual, contavam apenas com a sua mocidade, com a fôrça moral que lhes provinha da dignidade do seu amor perseguido, e, ou fugiam renunciando a todos os direitos na casa paterna, se eram homens, ou se amortalhavam para sempre, se eram mulheres, num hábito humilde de capucha ou num burel branco de carmelita calçada. São inúmeras as anecdotas de amor que chegaram até nós, através das memórias e dos jornais manuscritos do tempo. Uma das mais interessantes refere-se ao casamento do filho do estribeiro-mór Luís Guedes com a feíssima filha do conde de Aveiras, em 15 de janeiro de 1707. Quando já estavam,

dizem as memórias inéditas do tempo, «a cama feita e a camisa pendurada», o filho do estribeiro-mór declarou terminantemente que não casava, alegando, perante o assombro do pai e do conde de Aveiras, a sua inaptidão física para o matrimónio. A noiva, consultada, disse que não lhe falassem em mosteiros e que casava assim mesmo. Mas os pais hesitaram; remorderam-lhes nas consciências escrúpulos canónicos; consultaram os frades parentes, e resolveu-se, de comum acôrdo, convocar uma junta de cirurgiões. A junta examinou o fidalgo, achou-o «um valente rei dos romanos», prometeu ao conde e a Luís Guedes uma ninhada de netos, e o filho do estribeiro-mór, vèxado, apanhado, de olhos baixos e beiço caído, não teve remédio senão casar com a primogénita do conde de Aveiras. Sucedeu quási o mesmo com a filha de João de Saldanha, que fingiu acidentes para não se casar com o tio conde da Ponte; com D. Teresa Josefa de Menezes, filha do conde de Marialva, que chegou a vestir o burel da aprovação para fugir ao seu projectado casamento com D. João Patalim; com o filho de D. Luís de Portugal, que desapareceu da côrte precisamente no dia em que devia assinar escrituras antenupciais com a filha do morgado da Oliveira. Casamento prometido e tratado, com fita posta na abotoadura do noivo e pratas compradas para os esponsais, — era gravame de honra e crime comum rompê-lo. Júlio de Melo, primo dos condes das Galveias, espécie de Juan de Maraña sem escrúpulos, useiro e vezeiro em perder mulheres, já estava noivo da filha da condessa de Vila Pouca (1707), quando D. João V o mandou prender na Tôrre de Belêm até que

dotasse e metesse freira na Esperança certa rapariga a quem tinha dado escrito de casamento. O mesmo sucedeu em 1733 ao conde da Vidigueira, filho do marquês de Niza, prêso por se ter apregoado com uma filha do marquês de Cascais, dama do Paço, depois de ter prometido desposar-se com D. Francisca de Melo, filho do conde da Ponte: a marquesa mãe assinou uma petição a D. João v para que não fôsse obrigado o filho a um casamento violento e canónicamente nulo, e D. Francisca de Melo, exemplo de nobre resignação, recolheu ao mosteiro das carmelitas descalças de Évora, onde foi abadessa e onde aprendeu a esquecer, nos esplendores do báculo, do gremial e da mitra, a sua triste paixão de mocidade.

Mas, a par dêstes dramas de família, quantos casamentos de amor! E que fidalga, que respeitosa galanteria nas festas de esponsais, nos «púcaros de água» de casamento das casas solarengas de Lisboa, no «beija-mão das noivas novas», dado pela raínha no Paço às françazinhas de costelas de oiro, empenachadas de plumas e radiosas de felicidade! Os noivos não se acercavam das noivas senão de joelhos; — e eram tantos os presentes de pratas e de jóias em que se despicava o orgulho português das casas nobres, que a pragmática de 1749 teve de proíbir expressamente as dádivas de casamento, a não ser no próprio dia das escrituras. Uma notícia que insere o n.° 48 do *Mercúrio de Lisboa*, gazeta manuscrita de 30 de novembro de 1743, àcêrca do noivado da filha segunda de Diogo de Mendonça Côrte Real e do filho primogénito do senhor de Fonte Bôa, dir-se-ia uma graciosa pintura

de Pedro António Quillard: «Na terça-feira da semana passada, 19 do corrente, concorreram as senhoras a casa de D. António José de Melo a darem os parabens à Ex.ma Sr.a D. Mariana Josefa de Bourbon, sua irmã, pelo casamento ajustado com seu primo D. Miguel de Melo e Abreu, o qual se achou presente ao primoroso púcaro de água que a mesma senhora lhe deu, sempre em pé ou de joelhos, lucrando por prémio daquele sacrifício a prenda de uma fita que sua Tia Ex.ma Sr.a D. Luísa Josefa de Mendonça tirou da futura noiva para lhe dar, e que êle recebeu com grandes rendimentos. De noite a foi acompanhar até ao Paço, onde não falta todos os dias: a primeira vez que a Aia da mesma senhora lhe trouxe a resposta de um recado, lhe deu um aderêço de valor guarnecido de 12 topázios com laços de diamantes». Esta notícia de jornal e certa frase que a respeito de mulheres disse um dia na Sala dos Archeiros o dom abade de Alcobaça, bastariam para caracterizar o século XVIII português. Ia Frei Pedro de Alencastre, geral dos bernardos, a entrar no Paço da Ribeira, quando uma revoada branca de açafatas da raínha passou, fugindo, duma sala para a outra. O frade abençoou-as de longe, sorveu voluptuosamente o rasto do seu perfume de mocidade, e resmoneou de esguelha, piscando o ôlho, para o archeiro que o acompanhava:

— Amigo, as mulheres são falsas, enredadeiras, mentirosas, poços de vícios e de maldade, — mas Deus Nosso Senhor não nos falte com uma!

VISITAS DE PARIDA

VISITAS DE PARIDA

O moço conde de Santiago, recêm-casado com a filha dos marqueses de Anjeja, D. Josefa de Noronha, passeava inquieto, havia duas horas, numa recâmara de azulejos dos seus paços, quando a comadre entrou gritando, remangada, ófegante, jubilosa, uma vela benta numa das mãos, um registo da Virgem na outra:

— É macho! Alvíçaras, meu senhor, que é macho! Um cordeirinho pascal! Uma rosinha de Jericó!

O conde acolheu-a risonho, lançou-lhe ao pescoço a costumada cadeia de ouro, abraçou o velho criado Bonifácio que se acercara a beijar-lhe as mãos e a chorar de alegria, sobraçou o chapéu, compôs os manguitos de renda, enfiou o espadim num boldrié mais abroxado de prata que os correões dum côche rico, pensou como o castelhano de D. Francisco Manuel — «*al tener el hijo quiziera yo hallarme en mi casa, que al nascer poco importa*», — e emquanto descia ao pátio, e falava ao pagem da tocha, e dava esmola a dois frades, e galgava a liteira para ir levar a Sua Majestade a notícia de que lhe nascera mais um fidalgo para o seu serviço, ainda a comadre guinchava

em cima, anunciando em falsete, alvoroçando a casa, batendo os chapins arreganhados nos corredores de tijolo:

— Uma rosinha de Jericó! Um menino Jesus! Mesmo o senhor seu pai tiradinho por feições!

As criadas entravam e saíam do quarto da senhora nos bicos dos pés, ajoujadas com panelas de água-quente; vinham lençóis finos de holanda beguina empilhados em grandes bandejas de prata; amantilhava-se o menino, que atroava o paço de grunhidos, como um bácoro; acendiam-se por todos os cantos velas bentas; arredavam-se arcas, ventós e oratórios, como mandava o *Regimento da Feliz Parida,* para não chegar ao leito nem um bafo de flôres ou de alfazema; faziam-se feitiços; recebiam-se frades e ermitões; pendurava-se ao pescoço da senhora um escapulário com uma réla, ou rã verde dos valados sêca ao fogo, não fôsse o parto acabar em acidente de hidropisia; punha-se uma espada velha à cabeceira do menino, para afugentar as bruxas; ninguêm dormia naquela casa, nem a mãe, nem o pai, nem as amas, nem os criados, nem a comadre, — e toda a santa noite se perdia em rezas, em oratórios, em recados, em histórias da caròchinha, em adorações em volta do berço como num prosépio, nas séges que rodam, na campaínha que toca, na família que chega:

— O anjinho de Nosso Senhor!

— É uma pintura da mãe!

— O nariz é Noronha!

— A bôca é Sousa!

— Veja os dedinhos, mana!

— Um menino de Santo António!

A pobre mãe só descansava de madrugada. Mas logo em batendo as dez horas entrava no pátio o médico, algum dos maiores mestres do tempo na arte de criar meninos, Manuel da Silva Leitão, de hábito de Cristo ao pescoço, cavalgado na sua mula gualdrapada; ou o Dr. Francisco da Fonseca Henriques, célebre capelo amarelo de D. João v, que arruava já de sége por Lisboa como um médico hamburguês ou um espargírico florentino; ou ainda o licenciado Feliciano de Almeida, parteiro dos bastardinhos, notável por ter feito, três anos antes, a operação cesárea ao cadáver da marquesa de Anjeja, D. Ana de Lorena. Sua Mercê despia o menino, examinava-o, tornava-o a amantilhar, enfiava umas ordens à comadre, recomendava à mãe

o espírito de meliça bebido em vaso de prata, fazia um discurso àcêrca dos casamentos fecundos abençoados de Deus, estendia a mão à meia-peça de oiro que lhe pagava os serviços, e vá de galgar à bêsta ou de meter à sege, rodeado pelos mochilas da casa, para ir prègar sermão a outra freguesia. Chegava então a vez das criadas, que vinham, de coifa de sete ramais e roca pendurada na cinta, vestir a senhora e paramentar a cama. Penteavam-na de liso, com touca e «tristes» postiços adiante da orelha, tudo sem polvilhos para não entrarem cheiros no quarto; vestiam-lhe camisa de holanda com fitas de picaró azul; por cima, umas roupinhas «à húngara»; uns paspalhões de diamantes nas orelhas; um rosiclér no seio; o seu sinalsinho «apaixonado» ao canto do ôlho; tirava-se da arca uma colcha da Índia; estendiam-se tapêtes de Arraiolos à volta do leito; vinham os bacios de prata que tinham servido a todas as avós, com o quartel das armas do Reino e a quaderna de crescentes dos Sousas, — e ali estava a pobre condessa de Santiago, D. Josefa de Noronha, recostada em almofadas, inquieta de pulso, pronta a sofrer, pelo dia adiante, o maior suplício, a tortura maior que o século XVIII português reservou a todas as senhoras fidalgas que se lembravam de ser mães: as «visitas de parida».

Uma «visita de parida» era, para as franças nobres da Lisboa de 1740, um divertimento tão grande como um lausperene, uma tarde de comédia, uma janela de procissão ou um serão de ópera no Paço. Mal corria a notícia de que certa senhora déra à luz do mundo um «cóneguinho da Sé» ou uma «freirinha capucha» (no calão das par-

teiras do tempo), logo todas as amigas lhe caíam em casa, à volta do leito, a saltitar, a palrar, a rir, a dar-lhe parabens, a trazer-lhe figas, a vêr o menino, a bisbilhotear, a perguntar tudo, se tivera uma boa hora, se era macho ou fêmea, se o pai estava em casa na hora do parto, que nome punham «ao cordeirinho», se o padrinho era el-rei, para quando ficava o baptisado, — e a pobre enfêrma a aturá-las, a rir com elas, a responder a todas as perguntas, a todas as impertinências, a todas as curiosidades, a face afogueada, a cabeça aberta, um frasco de água da raínha da Hungria chegado ao nariz, sem coragem para enxotar do quarto aquela revoada de donaires e de plumas, de perfumes e de abanicos, que tumultuava, que chilreava, que gritava aos papagaios, que ria cada vez mais, que teimava em distraí-la à força, que lhe cantava tonos à viola, que lhe dançava minuetes à roda do leito, e que prometia voltar no dia seguinte, e todos os dias, e a todas as horas, até que a triste parida désse o seu primeiro passeio de côche ou fôsse, de cadeirinha, beijar a mão a Sua Majestade. A certa altura da visita, quando traziam o cravo para o pé da cama, e se armava o bufete de doces, e começavam as adivinhações espanholas, — vinham assomando os homens graves da família; os frades parentes, todos cheios de *Dons,* no seu birro de agostinhos, na sua cogula de bentos, no seu escapulário de dominicos, dando a palma da mão a beijar às senhoras; o Principal Moura, irmão do conde de Santiago, muito risonho, meio cónego meio cardeal, sofraldando a batina para mostrar as meias vermelhas; todos os primos-franças, aos pulinhos, de casaca de mosquito e

quitó de nascer; atrás dêles, as mulatas, os bôbos, os negrinhos, os cães; e tudo aquilo falava, bezoava, guinchava à volta do leito; todos traziam histórias à parida, notícias da côrte, mexericos dos pátios fidalgos; que uma mulher da Holanda tivera cinco filhos dum ventre e o último era lôbo; que chegara um bispo e dois diáconos gregos para cantar os Evangelhos na Capela Real; que a mulher do armeiro-mór, D. Maria de Noronha, «tinha uma doença que a fazia andar para trás quando queria andar para diante»; que o diamante da frota de Pernambuco era falso; que Sua Santidade mandara pedir uma arara a el-rei; que a abadessa de Santa Ana fugira com um frade capucho; e emquanto, como numa gazeta viva, os *fait divers* do Paço e da rua, dos mosteiros e das casas nobres, se cruzavam, e animavam, e floriam em volta da grande colcha vermelha da Índia que recobria o leito, — as noivas novas, mulheres do marquês das Minas, do conde de Óbidos, de D. José de Menezes, rodeavam o cravo ou a espineta, encavilhavam da rabeca ou da viola, e aí rompiam, cantadas por solfa, para divertir a doente, as adivinhas castelhanas de sóror Inês da Cruz:

Qual es aquella homicida
Que, piedosamente ingrata,
Siempre en quanto vive, mata,
Y muere quando dá vida?

Lá fora, no pátio, praguejavam liteireiros, mendigos, eguariços, frades; macacos soltos pelos mochilas, empoleiravam-se guinchando nos estribos das berlindas, nos per-

sevões dos côches, no casquilho das lanças, na garupa das bêstas; beatas velhas, embiocadas, chocalhadas de rosários, semeadas de breves-da-marca, cantavam ao sol a «dadaínha das paridas»; — e quando, à segunda adivinhação castelhana, no meio dum barulho ensurdecedor, franças e faceiras, frades e mulatas se lembraram de olhar para D. Josefa de Noronha, viram-na descaír a cabeça sôbre as almofadas, cerrar os olhos, abrir da mão o frasco de água da raínha da Hungria e ficar imóvel, silenciosa, branca como cêra...

Tinha desmaiado.

O MENINO

O MENINO

Tenho a honra de lhes apresentar o «menino» do século XVIII.

Não faz diferença alguma do bébé do século XX: é a mesma polpa rosada que uma lanugem de oiro ennevôa e amacia, a mesma bôca vermelha que suga e que sorri, os mesmos imensos olhos profundos, translúcidos e contentes, e essas três deliciosas còvinhas do queixo e das faces, que se diriam a marca amorosa dos três primeiros beijos da mãe. Como acontece com os bébés de hoje, — na casa onde nascia era êle que mandava. As suas pequeninas mãos côr de rosa exerciam, com a sombra dum gesto, as violências duma tirania. E, entretanto, o «menino», nosso antepassado, era muito menos feliz do que o bébé, nosso descendente: em vez de viver à sôlta no berço, de barriga para cima, com os pés e as mãos no ar, esbracejando, esperneando e rindo, na exaltação dessa suprema expressão da vida, que é o movimento, — enfaixavam-no como uma múmia numas ligaduras largas chamadas «mantilhas», punham-lhe um diche de oiro ao pescoço, um vintêm furado de S. Luís à cabeceira, e ali tinham em presépio aquele

sorrisinho entrapado, na imobilidade tradicional dos meninos Jesus flamengos de Van Eyck, dentro duma alcova de terceira luz onde se queimava alfazema, onde se reùnia a família em adoração e onde se fazia tudo quanto há — menos respirar.

Quanto mais abastado era o «menino» nosso avô, mais o incomodavam. Em geral, as mães ricas do século XVIII não alimentavam os filhos. O precioso leite materno era, quási sempre, substituido pelo leite mercenário das amas. Debalde o grave doutor Francisco da Fonseca Henriques, médico de D. João V, fulminava as mães «que, contra os ditames da razão e contra as leis da natureza, negavam a seus filhos o próprio leite»; debalde o sombrio Curvo Semedo, médico tambêm da real câmara, repetia que «a melhor ama e o melhor leite para criar era o da própria mãe». Não estava na moda: eis tudo. Mais tarde, em 1830, as mães românticas tiravam o seio em plenos bailes do *Manteigueiro* e da *Assembleia Estrangeira,* para o lindo gesto byroniano de aleitar os filhos ao peito cheio de jóias. Mas as «mamãs-frânças», as «mamãs-casquilhas», as «mamãs-sécias» de Queluz e do Alfeite, da Ajuda e do Ramalhão, complicadas de donaires, de bambolins, de rosicléres, de «telónios» empoados, de palatinas de Veneza, gemendo, ceceando, cabeceando em côches, amparando-se a negrinhos, marcando a vida pelo passo grave dos minuetes de Avendaño e de David Peres, absolutamente incapazes de sacrificar a sua beleza à boquita ávida dum filho, — recorriam às amas, quási todas nesse tempo saloias.

Entretanto, não se julgue que as mães do século XVIII

entregavam os filhos ao primeiro leite mercenário que se lhes oferecia. Não. Sob êsse aspecto, os interêsses do nosso antepassado bébé estavam perfeitamente assegurados. As ideias do tempo tinham como facto incontroverso que a beleza se sugava no peito das amas, que as boas ou más qualidades morais se bebiam no leite, e — o que ainda hoje é rigorosamente exacto — que certas doenças eram com freqüência transmitidas às crianças pelas mulheres que as aleitavam. Daí, todo o rigor e todo o cuidado supersticioso dos pais. Eram tantas e tão apertadas as condições a que devia obedecer uma ama, no ano da graça de 1750, para ser aceita numa boa casa de Lisboa, — que poucas seriam aquelas que conseguiriam corresponder inteiramente às exigências, às vezes um pouco singulares, dos mestres setecentistas na «nobre arte de criar e curar meninos». No tempo de D. João V, para que uma mulher fôsse recebida por ama, era preciso que tivesse boa côr; peito largo, espadaúdo; que não fôsse muito gorda nem muito magra; que não tivesse sardas; que não fôsse ruiva; que mostrasse dentes alvos, inteiros e sãos; que não fôsse gerada de pais leprosos, nem tísicos, nem astmáticos,

nem tocados de gota coral (epilepsia), nem «doutra doença contagiosa»; que não fôsse primípara, «porque no primeiro tálamo não é o leite bem puro e elaborado»; «que não tivesse menos de dois nem mais de dez meses de parto»; que desse filhos sàdios e vivedouros; que fôsse pacífica, temperada, virtuosa e delgada de leite». Só num ponto não estavam de acôrdo os médicos mais ilustres do tempo: se a ama devia ser trigueira, se branca de pele. O autor do *Socorro Délfico,* assistente aos últimos partos da raínha D. Mariana de Áustria, queria-a «de côr branca e rosada, e não fusca e morena»; o autor da *Poliantéa,* que, naturalmente, não gostava de mulheres loiras, preferia, pelo contrário, a ama «inclinada mais para morena que para alva, por que as morenas, além de serem mais sangùinhas, convertem melhor o alimento em sangue e em leite, à maneira da terra, que quanto é mais negra, tanto é mais fértil». É preciso confessar que, àparte certas esquisitices da puericultura setecentista, o nosso avô bébé não devia ficar muito mal servido de ama.

E de que idade o desmamavam? — perguntará, num sorriso, a curiosidade das mães de hoje, mortas por saber o que substituia a *Néstlé* no tempo dos bastardinhos de madre Paula. É ainda um dos médicos do Paço que lhes responde, na sua linguagem tão elegante, tão sóbria e tão precisa: «Regularmente, de ano e meio até dois anos se desmamarão, mas os que forem robustos, quadrados e bem nutridos, podem desmamar-se mais cedo se tiverem prêsas...» Entretanto, parece que era costume, pelo menos na criação dos infantes, deixá-los mais tempo nas manti-

lhas e no leite das amas, porque umas memórias inéditas de 1714 atribuem a morte do príncipe D. Pedro, segundo génito de D. João V, falecido na idade de dois anos e dez dias, a «descuido dos médicos, pelo abalo de lhe terem tirado a mama tão cedo». Curvo Semedo, velho de capa, volta e cabeleira crêspa de França, acrescentava estas palavras, que ainda hoje são de bom conselho para todas as mães: «Reprovamos o dar-lhes de comer, emquanto mamarem, antes de um ano de idade».

E o «menino» pobre?

Dêsse, é triste falar. Nascia entre pragas pelas betesgas, nas celas humildes dos conventos, às vezes nos poiais das portas. Não era um sorriso que os pais viam nele; era mais uma bôca a pedir-lhes pão. Não era a glória dum amor, que se grita e se beija; era, tanta vez, a vergonha dum crime, que se cala e se esconde. E a roda do Hospital Real, rodando dia e noite, ia recebendo crianças sôbre crianças, — a boquita sequiosa, os cabelos numa névoa de oiro, sorrindo para a sua própria desgraça, embrulhadas hoje no damasco vermelho duma colcha rica, àmanhã no burel esfarrapado dum hábito de freira. Não era raro vê-las entrar duas a duas, gémeas dum só ventre. A gemiparidade, excepcional durante o século XVIII nas estirpes nobres portuguesas, foi infelizmente freqùente na miséria do povo. As memórias inéditas e os jornais manuscritos de 1742 a 1745 referem-se às ninhadas de filhos que costumavam regaçar, dum só parto, as regateiras e as maranhôas da cidade. Todos os dias vagavam morgados para a Corôa, — e aos pobres nasciam-lhes os filhos aos

ternos. O caso mais pitoresco conta-o o *Folheto de Lisboa*. Um barbeiro, pouca roupa, russo de pêlo, com loja na côrte ao Arco do Carangueijo, assistia uma noite, cheio de resignação, ao parto da mulher. Quando viu o primeiro filho nas mãos da comadre, — sorriu. Quando viu o segundo, tartamudeou, varado de pasmo; quando viu o terceiro, esbogalhou os olhos, cuidou que não acabava a ninhada, gritou «aqui d'el-rei», atirou-se à parteira, agarrou-a pelos cabelos, arrastou-a até à porta da rua e desatou a berrar, como doido:

— O quarto é que você já não tira cá para fóra, sua ladra!

MARIDOS CUCOS

MARIDOS CUCOS

Sabem como no tempo de D. João V chamavam aos maridos infelizes? É o bispo do Grão-Pará que o diz: chamavam-lhes «cucos».

Porquê? Frei Joseph Queiroz não entra em pormenores. Mas sabe-se. O cuco é uma ave que tem o mau costume de pôr os ovos no ninho dos outros; — por antítese, o século XVIII chamou «cuco» ao marido que deixava entrar os outros no ninho dêle. Havia, segundo os papeis dos conventos e as mercuriais do tempo, muitas espécies de «cucos». Os maridos infelizes foram pitorescamente classificados pelos moralistas portugueses de 1700 — ao que parece, pela fantasia turbulenta dalgum frade bernardo de Bouro ou de Tarouca — existindo ainda, nalgumas terras da Beira, a tradição remota dessa classificação. «Cuco», em geral, era o marido duma mulher infiel; «ante-cuco», o homem casado com mulher que fôra doutro antes do casamento, mas que se portava bem depois de casada; «recuco», o marido de mulher que fôra doutro ou doutros antes do casamento e que continuava a portar-se mal depois de casada; «chiscismelro», o marido que sabia das infideli-

dades da companheira e não se importava com elas; «ribeirinho», o marido consentidor, que ainda por cima recebia e obsequiava os amantes da mulher; finalmente, «assombrado», o marido que estivera para ser cuco por um triz, mas que o não chegara a ser por milagre. Desde as salas do Paço até às vielas da Madragôa, desde as casas solarengas, hirsutas de cunhais de armas, até às hortas do Ducado gralhantes e bezoantes de povo, a Lisboa fidalga do século XVIII, dêsse admirável século que, na frase dos Goncourt, «*a affiché le scandale, mais a connu l'amour*», transbordou de cucos e de recucos, de chiscismelros e de ribeirinhos, de ante-cucos e de assombrados. Foram tantas, entre nós, as intrigas amorosas, tantos os maridos infelizes, e tão freqùentes os escárnios públicos a que êles estavam sujeitos, que as circunstâncias aconselharam a publicação do alvará de 26 de setembro de 1769 e obrigaram o marquês de Pombal a mandar proíbir, sob pena de Aljube, por outro alvará célebre, que se persistisse na brincadeira de mau gôsto de andar a pendurar chavelhos, de noite, pelas portas de toda a gente.

Como explicar a revoada de infelicidades dos maridos setecentistas? Pela frágil virtude da mulher portuguesa, que, na opinião do *ci-devant* duque do Châtelet, «excedia no galanteio todas as mulheres da Europa»? Decerto. Mas não lhe façamos a injustiça de a culpar a ela só. A grande razão dos desastres conjugais na sociedade lisboeta do século XVIII está muito na fragilidade das mulheres; mas está, mais ainda, no ciúme dos maridos.

No ciúme? Mas o ciúme não é um efeito? Não. Foi

uma causa. Os portugueses passaram sempre por ser os homens mais ciumentos do mundo. «Ciumentos e beatos», — diz Montesquieu, em 1723. «Muito dados a ciúmes», — insiste Dalrymple, que nos visitou em 1774. «Vis, soberbos, escarnecedores, presunçosos, ignorantes e excessivamente ciumentos das mulheres», — acrescenta o Duque do Châtelet, espécie de jornalista impertinente que visitou em 1777 o marquês de Pombal. E o alemão Link conclue, em 1797, num repelão de mau humor: «ciumentos e tenebrosos». Há nestas impressões dos estrangeiros que nos visitaram, nem sempre rigorosamente delicadas, uma evidente sugestão da Espanha; mas ainda fica uma grande parte de verdade para Portugal. O português do tempo de D. João v e de D. José foi ciumento por índole, por fatalidade, por herança, por carácter, por essa desconfiança taciturna que lhe adveio da sua hereditariedade torva de beatos e de inquisidores, por essa orgulhosa hipertrofia do sentimento da posse que constituiu nele a noção fundamental da honra. O seu ciúme obstinado e violento explica todos os seus desastres matrimoniais. O seu errado conceito da nobreza do lar e do respeito patriarcal da família, levando o português a fechar a mulher a sete chaves, a guardá-la estiolada em recâmaras e oratórios, a mandá-la espiar por lacaios e mochilas, a acusá-la da sua própria beleza como dum crime, a afligi-la de desconfianças que eram vexames, a torturá-la de suspeitas que eram afrontas, — foi criando pouco a pouco, mesmo nas mais dóceis, mesmo nas mais recatadas, um natural instinto de revolta, um irreprimível sentimento de dignidade ofendida, que foi a razão supre-

ma de todos os adultérios e a dolorosa justificação de todos os crimes. Refugiado na noção estreita de moral conjugal que lhe apresentava a mulher como uma baixela de prata, fechada e aferrolhada todo o ano para só saír da arca por festas, — o marido português do século XVIII, na preocupação absorvente de não ser enganado, fez tudo quanto era preciso para não poder deixar de o ser. Foi à sua educação de cavalariça e de mosteiro, de picadeiro e de oratório; foi à sua falsa noção do respeito pela mulher; foi, acima de tudo, ao supersticioso horror que à sua fidalguíssima carcassa causava a idéa de ser cuco, — que êle deveu, incontestavelmente, a glória de o ter sido.

Mas — coisa curiosa! — o português, que tinha ciúmes de toda a gente, ciúmes de tudo o que o rodeava, ciúmes dum candieiro, ciúmes dum cão de fralda, ciúmes dum papel de solfa, ciúmes dum pé de vento, — só não era cioso da maior peste que lhe entrava em casa: o frade. Para

a luz do dia, — rótulas fechadas. Para o frade, — portas abertas. É Montesquieu que o diz: «O português e o espanhol não são capazes de deixar a mulher sòzinha, durante meia hora, com um velho de oitenta anos; mas consentem da melhor vontade que ela se feche no quarto, o dia inteiro, com o franciscano robusto que a confessa». E o autor desconhecido da *Description de la ville de Lisbonne,* publicada em Paris em 1738, acrescenta: «As mulheres portuguesas não teem licença para falar senão com frades; fóra disso, entreteem-se em casa, por dentro das gelosias, a olhar quem passa na rua». Era o frade que as ensinava a lêr; era o frade que as consolava; era o frade que lhes levava as indulgências e as folhinhas de Lausperenes: era o frade que cantava com elas motetes à viola, que lhes dobava nos braços as meadas de sêda, que lhes levava na manga do hábito as cartas de amor; era o frade, sempre o frade, que a cólera dos maridos ou a vara de prata dos alcaides encontrava invariavelmente, sofraldando o chiote, chocalhando as camândulas, resmungando o breviário, no fundo de todos os dramas domésticos e de todas as intrigas de alcova. Foi um frade capucho que facilitou, em 1724, a fuga para Tuy do marquês de Gouvêa D. João com a mulher de D. Lourenço de Lencastre; foi por causa dum frade que, em 5 de dezembro de 1733, o fidalgo Luís Álvares de Andrade mandou matar por um mulato a mulher D. Micaela Joana; foi com um frade trino, frei André Guilherme, que o cirurgião Isac Elliot surpreendeu a mulher sôbre um espreguiçadeiro de damasco, matando-os a ambos com as facas do ofício e com tiros de pistola em 26

de novembro de 1731; sempre que numa alcova do século XVIII se levantava o cortinado dum leito, era a face sanguínea, a face bestial do frade que surgia, entre potes de prata, encapuzada na testeira negra do capelo, as avarcas às costas, o ôlho felpudo piscando, como um diabo de iluminura pendurado nas letras de oiro dum antifonário.

«Por que é que os frades de Bouro
Fazem tanto casamento?
Para haver môças casadas
Que os vão catar ao convento...»

O cuco nobre, o cuco fidalgo, o cuco que se esquartelava a esmaltes e metais no teto doirado da Sala dos Veados, — vingava-se, assassinando. Ou, melhor ainda, mandava matar a mulher por um negro ou por um mulato. Calderon de La Barca, no *Medico de su Honra,* tinha ditado a lei da nobreza: «*la sangraré!*». Foi o «*tue la!*» do século XVIII. Matava-se por simples denúncia, por méra suspeita. «Os maridos portugueses, conhecendo a extrema fraqueza das mulheres que Deus lhes deu — diz ainda o duque do Châtelet — nunca as largam, fecham-nas em casa, correm-lhes as rótulas, vigiam-nas dia e noite, e se encontram vivalma que desperte suspeitas, cravam-lhe no coração a faca que trazem sempre consigo». Mas a lei não dava ao marido o direito de matar; era ela que punia. Cucos e recucos, chiscismelros e ribeirinhos, tinham o seu caso previsto no Livro 5.° das *Ordenações* e no alvará de 26 de setembro de 1769. Se o marido acusava, — adúltero e adúltera sofriam morte natural, com perda dos bens para o ma-

rido e filhos; se o marido não acusava, — degrêdo dos dois para Angola por dez anos; se o marido perdoava à mulher, — degrêdo perpétuo do adúltero para o Maranhão; se o marido consentia, — degrêdo perpétuo dos três, o adúltero para Angola, marido e mulher para o Brasil...

E tudo isto, porquê?

É Maria de Riva que o responde, na Veneza do século XVIII, ao embaixador de França, conde de Froullay:

— «Por que os maridos não sabem amar...»

RUAS SUJAS

RUAS SUJAS

Batem as Avè-Marias em Santo Estêvão de Alfama. Respondem em volta, picando a névoa da tarde, as garridas de bronze de todos os mosteiros. Os últimos gaivotões bravos revoam para as bandas do rio. O céu esplende como um grande mosaico doirado. É a hora.

O alfamista abotoa a sua polaina de saragoça; enfia um barrete de lã verde com orelheiras; entesta sôbre o barrete o seu chapéu chamorro de abalroar; deita o capote às costas; mete na manga uma choupa flamenga bem afiada, — e êle aí vai, quando a última badalada do sino espanta o revôo da última pomba, a caminho da sua Citéra de tairocas e de cães, de mendigos e de navalhas, de violas e de oratórios: a rua-suja. Mete a uma betesga alpendrada de ressaltos; galga uma escaleira de pedra esbeiçada; pára, tomando o vento, na volta dum cunhal de armas; benze-se de arremêsso ao cruzar as grades dum nicho; — conhecido como cão ruivo entre a mafra-baixa do bairro, achapoirà o sombreiro para os olhos, amortece os passos, rebuça-se na murça do ferragoulo, e enfia, de perna à facaia, pela viela lageada das mancebas. Àquela hora, a alfurja mourisca,

amparada de gigantes e bocejando pátios, semeada de postigos e de paineis da Virgem, a ponta alta dos telhados holandeses batida dos últimos raios de sol, — formiga de michos, de lacaios, de marujos, de ratinhos, de mariolas de capote, de leigarraços vàdios, de ciganos, de eguariços, de capigorros, de patifes de viola, de estudantes de verdemilho, de toda a sensualidade vagabunda dos corros e dos palácios, das cavalariças e dos mosteiros, que fura, e grunhe, e fareja, rodeando fregonas tronchudas de mantéu amarelo e sócos, mulatas enormes tilintantes de soalhas doiradas e de verónicas de Santa Rita de Cássia, salòias mitradas de carapuças de veludo, com sobrancelhas ramalhudas e carnaças de abadessa, dríadas chulas de rengo branco e rolête, desnalgando-se, sapateando, rebolando os peitos na dança do arromba e do taco-taraco. O alfamista escóa-se, ouve aqui um zangarreio de viola, dá de ombros além a uma rascôa conhecida, esguelha os olhos quando uma pataca de prata retine na pedra dum poial, — mas passa de largo. Limita-se a espiar, a vigiar. É a hora dos outros. A dêle, senhor daquele bêco, galo daquele poleiro, — não chegou ainda. Vem mais tarde, noite feita, com a arca repilgada e a candeia acesa, quando os postigos se fecham, as rótulas cáem e a rua dorme. Êle é a ave nocturna. Êle é o rufião preferido e adorado. De dia, quando as mulheres se acocoram ao sol pelos poiais das portas e os ciganos trazem os macacos para as catarem, — o alfamista assiste, familiar, lendo alto nos soalheiros a *Princesa Magalona* e a *Clara Lopes, cristaleira de Coímbra,* enramando corais, gemendo tonilhos brèjeiros, asso-

biando aos cães da viela, que espalham com o focinho as testeiradas de estêrco. Se alguêm as insulta, é êle que responde. Se alguêm lhes toca, é êle que salta. Vêem aquela rascôa guaparrona que ali vai, trigueira, saracoteada, de saia de carro de ouro e chapins altos de Valença? Possui-la, — quem quer a possue. Mas um só homem tem o direito de a ultrajar, de a ensangùentar, de a pisar a pés, de a arrastar pelos cabelos no lagêdo da rua: é êle. Durante as horas em que a michéla é de toda a gente, — o alfamista espia-a de longe, calcula-lhe as pratas ganhas, cruza-lhe a porta. Depois, quando a noite avança, e os cães fogem, e os cegos da sanfona desaparecem, e os frades goliardos, enxalmados em capotes de saragoça, saem das tabernas, e a tumba negra da Misericórdia recolhe os mortos, — a mulher assoma e espreita ao poial; levanta três vezes a luz da candeia; um assobio estridente responde-lhe de longe, e o alfamista, Dom Quixote de ruas-sujas, mendigo de amor, orgulhoso como um grande de Espanha, arrasta-se, entesta o sombreiro, esconde a cara no rebuço como mandam as regras da gualtaria, avança, chega-se, rasteja, ganha a porta, — e entra. Mas, às vezes, os silvos que respondem são dois, são três. O catre e os braços da fregona vão ser disputados a sangue. Três capuzes avançam na sombra. Três ferros chispam. É o instante da navalha.

O quitó foi, no século XVIII, o símbolo do amor galante. A navalha, ou melhor, a choupa flamenga, pode considerar-se o símbolo do amor plebeu. É em volta dêsse palmo e meio de ferro resplandecente que se jogam todos

os ciúmes, todas as preferências, todas as rivalidades. À sua vista, os pêlos eriçam-se, as pistolas aperram-se, os quadrilheiros tremem e apavoram-se. Todos os cadáveres encontrados, em pôças de sangue, nas calejas da Alfama, nas ruelas da Mouraria, nas alfurjas da Madragôa e do Bairro Alto, teem os ventres rasgados por choupas como reses de sacrifício. Já D. Pedro II, pelo alvará de 23 de julho de 1678, proíbira, sob pena de degrêdo para Angola e cincoenta cruzados para cativos, que se trouxessem «facas agudas, de ponta de diamante, de sovela e de ponta de oliveira», verdadeiros punhais dos alfamistas e marujos, estendendo a proíbição, por alvará de 18 de novembro de 1687, aos bordões e facas que costumavam trazer de noite os liteireiros, os sota-cocheiros, os lacaios e os mochilas das casas nobres. Apesar disso, as mortes sucedem-se. Os próprios corregedores vacilam na repressão. Em 24 de outubro de 1702, Manuel Dias, que fôra criado da raínha D. Catarina de Inglaterra, escreve a D. Luís da Cunha: «O convento de S. Vicente está cheio de criminosos refugiados; todos os dias se matam homens; o mais que os assassinos fazem é fugir para Setúbal». Em 7 de abril de 1708, o desembargador Brochado diz para Londres ao Conde de Viana: «Um dêstes dias se fez uma morte defronte do Espírito Santo com arma curta, e foi o morto um neto de Vitório Zagalo, de quem não havia queixa; não conto isto por novidade, porque esta terra já está acostumada a ver semelhantes horrores e sempre na Quaresma se desobriga com umas poucas de mortes». Mal bruxoleia nas ruas, de longe em lon-

ge, a candeia dum oratório. A escuridão profunda favorece os crimes. «Todas as noites há mortos e feridos, sem tom nem som, sem tir-te nem guar-te — escreve Joseph Soraes da Silva na sua *Gazeta* — e isto logo das Avè Marias por diante». Embarcadiços e marujos infestam a Alfama, embrulhados em ferragoulos de burel, armados de choupas agudas, disputando o leito das maranhôas e a prata amoedada dos seus baús. «Em todas as mortes que se faziam com facadas e que eram muito freqùentes — diz o irmão de Manuel de Figueiredo, evocando a Lisboa de 1740 — se nomeavam marujos, destros e instruidos em brigar, traçando o capote no braço esquerdo, e com um punhal de três quinas na mão direita, peça rica a que chamavam faca de ponta de diamante, atacavam ainda aos que traziam espada, ou também com choupa, ou faca flamenga, peça de pouco valor e tão vulgar nas tendas como o queijo flamengo». D.

João V passa os últimos anos da sua vida combatendo essas duas inflorescências da rua-suja: o capuz e a faca. Em 1742 assina o «alvará dos capuzes», proíbindo os embuçados e mandando perseguir os vàdios pelas portarias dos conventos; em 1749, a dois passos da morte, expede o «alvará das facas», proíbindo, sob pena de polé, o uso das sovélas e das choupas de Flandres. Nada se consegue. De armas de duelo e de bravura, de nobreza plebeia e de orgulho amoroso, — as choupas flamengas, as facas de ponta de diamante e de ponta de oliveira, tornam-se, com o andar do tempo, armas de traição e de roubo. A cavalaria rusticana converte-se na pilhagem imunda. «Os ladrões nesta côrte são tantos — diz o *Folheto de Lisboa,* jornal manuscrito de 9 de janeiro de 1740 — que ninguêm pode sair de noite fóra de casa depois das Avè Marias». De nada vale a sola do carrasco, nem a marca a fogo no Limoeiro. Em maio de 1742 armam-se no Rocio duas polés pintadas de verde, para apolear quem roube para além dum cruzado. Inútil também. Os «palmilhas-suadas» atacam as séges e os côches, põem a choupa aos peitos dos fidalgos, pedem a bôlsa, — e não tiram senão dezanove vintens. O horror da faca invade os próprios estrangeiros. Twiss, viajante inglês que nos visita em 1773, fala impressionantemente da escuridão das ruas de Lisboa, onde, poucos dias antes, vira matar um italiano, e descreve o povo, com sugestões de Espanha: «Os homens usam capotes compridos, grande chapéu derrubado, e trazem escondida na manga uma faca de fio tão fino, que é capaz de cortar pelo meio um escudo de ouro».

Procurou-se, durante um século, remédio para os crimes das ruas-sujas, onde as rascôas já traziam choupas nas ligas, amavam às facadas, roubavam a prata das Igrejas e usavam bolsilhos falsos nos guarda-pés de milaneza vermelha. Ninguêm o encontrou, — nem Diogo de Mendonça, nem o cardeal da Mota, nem frei Gaspar Moscoso, nem o jesuíta Carbone, nem Pombal, nem a saltimbarca de todos os quadrilheiros, nem a vara de prata de todos os corregedores. Pois bem: êsse milagre, que ninguêm fizera, fê-lo em 1780 um homem gordo, plácido, metódico, que apareceu um dia na côrte com o hábito de Cristo ao pescoço e o *Tratado de Polícia* de Willebrand debaixo do braço: o Intendente Diogo Inácio de Pina Manique. Como? Levantando forcas? Derramando sangue? Não. Muito simplesmente: iluminando a cidade.

Nesse dia, o terror da rua-suja acabou.

A ESSÊNCIA DE ÂMBAR

A ESSÊNCIA DE ÂMBAR

Na tarde de 10 de maio de 1742, mal tinham batido as quatro horas na tôrre da Capela Real, D. João V mandou chamar à sala dos Embaixadores o cardeal da Mota. Principiou o despacho. De repente, quando o rei se debruçava, empunhando o óculo de oiro, sôbre um alvará de mercê, um acidente cerebral fulmina-o. Levam-no em braços para o quarto, arrancam-lhe a cabeleira de França, despem-no até às servilhas e às meias-calças, e balofo, inerte, a bôca flácida soprando, estendem-no sôbre a cama. Correm archeiros. A raínha grita. A notícia espalha-se. Médicos, cirurgiões, boticários invadem o quarto, gesticulam, farejam, verificam a paralisia do lado esquerdo, estendem os pescoços em volta do rei, sarjam-no, sangram-no nas mãos, aconchegam-lhe aos pés tijolos em braza, metem-lhe pela bôca abaixo purgas de xarope áureo e de pós cornichinos. Os corredores do Paço coalham-se de frades, de comunidades, de imagens, de relíquias, — os marianos com o braço de Santa Teresa, os dominicanos com a Senhora do Rosário, os teatinos com o Senhor dos Passos. Franciscanos, lóios, baltasares, barbadinhos, sáem, de cruz alçada, em

procissão pelas ruas. A raínha, aos berros no oratório, quer que a deixem ir à Madre de Deus, descalça, rezar pelo rei. Ouvem-se preces. Há sinos que dobram, pelos mosteiros, cuidando o rei morto. A guarda dos tudescos fórma, lampejando alabardas. É o Patriarca que chega, debaixo de pálio, com a bênção papal. D. João v, soerguido nos braços dos cardeais da Cunha e da Mota, gelatinoso, hediondo, recebe o barrete de Santo André Avelino, advogado contra as apoplexias, que os padres caitanos lhe enfiam na cabeça. A tarde cái, num clarão tranqùilo. Os médicos da junta, chamados à pressa, reùnem-se na sala dos Escudeiros, em volta duma bacia de prata e dum gomil de água às mãos, vociferando, interrogando-se, discutindo. Não falta um só. Estão todos: o doutor António da Costa Falcão, capelo amarelo do Paço, cirurgião-mór do reino; o doutor Pestana, sempre de capa, volta e cabeleira de nós, à antiga; o médico Kaupers, que põe carmim e usa «moscas» como uma dama; o doutor «Carapinho», que não larga a sua mula de gualdrapa cinzenta; o velho Bernardes; o arguto Ortigão, predilecto do rei; o austríaco Witte, que viera com a raínha. As opiniões dividem-se. Kaupers e Falcão atribuem o acidente ao mau hábito de D. João v dar despacho depois de comer; o «Carapinho», o doutor Ortigão e o médico Witte acusam os cirurgiões José Ricord e Pedro de Arvelos Spínola de terem produzido a doença do monarca, secando-lhe com ungùento de oiro as úlceras que êle tinha nas pernas; o doutor Pimenta, sibilino, afirma que Sua Majestade teria evitado o mal «se não comesse tanto doce e não ouvisse tantas histórias da caro-

chinha»; mas o parecer que produz verdadeira sensação entre os médicos é o do velho e rabujento doutor Bernardes, múmia enorme cheia de reumatismo, de insolência e de cruzes brancas de Malta: «o que há-de matar el-rei é a cómica Petronilha e é a essência de âmbar que lhe dá João Jaques». Os capelos do Paço entreolham-se. O cardeal da Mota, que assiste ao fim da junta, tem uma ligeira crispação de beiços, compõe sôbre a murça vermelha a sua dupla cruz bisantina e conclue, franzindo os sobrolhos:

— Pois saírá da côrte a italiana!

Petronilha Trabó Brazilii era uma mediocre cantora de ópera, estrábica e escultural, por cujo seio um Médicis podia ter moldado a sua taça de oiro, e que passava em Roma por ter sido amante do cardeal Cavallarini. Viera para Lisboa, em 1725, com a companhia das irmãs Paghetti, e D. João V enamorara-se dela, vendo-a, em 1739, através da rótula duma frisura dos Condes, fazer o *travesti* de Aniceto num *drama per música* de D. Bernardo Gayo. Mas, ao tempo, D. João V tinha já cincoenta e dois anos, — e, pelo menos, trinta e oito duma vida sexual intensa, em que semeara pelos mosteiros de clarissas e de bernardas a faixa contraveirada de prata das bastardias, passara de catre em catre, por braços de saloias e de ciganas, de mulatas e de regateiras, e chegara até ao desvio homosexual, como o avô D. João IV com o cantor Pissano, pelas noites de mistério e de maresia do terreiro do Paço da Ribeira. Estava fatigado por toda a casta de excessos e por um *sénium* precoce de fim de raça, que trouxera ao seu orgulho de amoroso a ameaça da decrepitude. Essa ameaça espreitava-o de longe. Já, anos antes, ordenara a D. Luís da Cunha que consultasse o grande Boerhaave àcêrca da raiz do ginsão, que Curvo Semedo considerava «admirável remédio para qualquer enfêrmo prostrado, desfalecido ou esfalfado». O fauno ficára a dormir, bêbado de água-benta, sôbre as pias de prata de Odivelas. Os encantos de Petronilha não tinham conseguido despertá-lo. Pedira ao velho médico Bernardes um remédio que, como o elixir de oiro de Roger Bacon, o restituísse à mocidade:

nessa mesma noite fôra encontrar, aberto à cabeceira da cama, o *Elogio da Velhice*, de Cícero. Em 1778, Artur William Costigan, no seu livro *Sketches of Society and manners in Portugal in a series of letters from to his brother in London*, de que existe uma versão portuguesa manuscrita no códice 612 da *Pombalina*, diz que «D. João v dissipou a sua vida com clérigos e mulheres, e, decaído pela idade, tomou cantáridas, que o reduziram a uma suma frouxidão». Não foram cantáridas: foi a essência de âmbar. Era um soluto alcalino do «âmbar gris», «ambarum griseum», «ambra cineritia», que em 1735 o autor da *Farmacopéa Tubalense* considerava «um excelente fortificante do cérebro, coração e estômago», e que João Jaques de Magalhães mandava preparar, ao que parece em França, para uso secreto de Sua Majestade. O bispo do Grão-Pará mete o caso no seu capuz de escândalos: «João Jaques de Magalhães deu a essência de âmbar ao senhor D. João v, de que resultaram os sabidos efeitos, para os quais o acompanhava um Manuel da Costa. Dizia o doutor Bernardes, seu físico-mór: Cure-o João Jaques que sabe o que lhe fez, e Manuel da Costa, que sabe o que êle fez». Durante quási três anos, desde que instalara a italiana numa casa a par do convento de Santo António dos Capuchos, até que caíra fulminado, na Sala dos Embaixadores, aos pés do cardeal da Mota, D. João v nunca mais tinha entrado na alcôva da Petronilha, para ser recebido *in vestito di confidenza*, sem sentir, sem palpar primeiro, dentro da algibeira da casaca, o vidrinho doirado da essência de âmbar:

— *Mò via, dime de si, mia cocoleta!*

Um mês depois do acidente, o rei melhora. Fala-se em banhos sulfurosos. No dia em que move o braço leso, os frades, em procissão, trazem-lhe o braço de prata com as relíquias de S. Bento. O cardeal da Cunha, embrulhado a tremer na sua púrpura, cheio de mêdos de bruxas e de trovões, benze tudo em volta do rei, — o leito, as cadeiras, as relíquias, as imagens, as tijelinhas da sangria, os frascos das bichas, a grande cabeleira de França que Sua Majestade enfia para ouvir missa e para receber os embaixadores estrangeiros. Cincoenta e dois dias depois, D. João v já move a perna. Em sinal de júbilo, eleva à dignidade de monsenhores dôze cónegos da Bazílica Patriarcal. Pela primeira vez, quando os oratorianos lhe trazem para a cabeceira da cama a imagem da Senhora das Necessidades, o rei fala a Frei Gaspar, ao médico Ortigão e ao cardeal da Mota no seu desejo de ir vêr a Petronilha. Dissuadem-no. D. João v insiste. Prometem-lhe que a verá na volta das Caldas. Logo que o rei embarca no cais da Índia, vestido de negro, amparado ao jesuíta Carbone e ao cirurgião Soares Freire, — o cardeal da Mota manda o corregedor do Rocio com dois meirinhos à casa de Santo António dos Capuchos intimar a italiana a retirar-se imediatamente para Espanha. Três dias depois, de noite, a Petronilha, em côche da Casa Real, seguida — diz o cavalheiro de Oliveira — de trinta azêmolas carregadas de pratas e de alfaias, saía da côrte com destino desconhecido.

— Há ainda êstes frascos de essência de âmbar, — diz João Jaques de Magalhães, apresentando ao secretário de Estado três pequenos frascos de vidro de Veneza, mordi-

dos de flôres de oiro, como três jóias. — Vossa Eminência quer que se deitem ao rio?

O velho cardeal da Mota remira-os, hesita, olha em volta, pisca um ôlho voluptuoso de Sileno e estende a mão trémula a João Jaques:

— Ao rio? Não. Dá cá...

BRUXEDOS DE AMOR

BRUXEDOS DE AMOR

O século XVIII não se limitou a tomar a sério a bruxaria: converteu-a numa verdadeira obsessão.

Sobretudo durante o tempo de D. João V, houve em Portugal o invencível terror da bruxa e do feitiço. Não era só o povo obscuro que se enchia de «alambres brancos», de cruzes de S. Bento, de vintens furados de S. Luís; era o alto clero, era o rei, era a côrte, eram os próprios médicos, espíritos superiores alguns, os primeiros a reconhecer a existência do bruxedo e do malefício, a pretender determinar-lhes uma base scientífica e a instituir contra êles uma terapêutica rigorosa. D. Nuno da Cunha, inquisidor-mór do reino, espécie de bicho de sêda embrulhado na púrpura de cardeal, não deixava o rei para êle conseguir «que o Papa livrasse Portugal de espíritos malignos e de feitiços», e ia de côche desendemoninhar-se, todos os dias, a casa da bruxa Catarina do Espírito Santo; D. João V, por causa das mulatas Salemas, bruxas de Setúbal, que quiseram com a cumplicidade do padre Bartolomeu de Gusmão e de duas freiras de Odivelas enfeitiçá-lo a êle e à madre Paula, fez reúnir de madrugada o conselho de Es-

tado e mandou formar os regimentos nas ruas; o doutor Curvo Semedo, cubiculário do rei, observador dos mais ilustres que tem tido a medicina portuguesa, médico insigne que num dos seus livros previu claramente a origem microbiana da tísica, não se envergonhou de tomar a sério, como casos clínicos, anecdotas vulgares de bruxedo amoroso, e aconselhou, nas suas *Observações Médico-Doutrinais,* a infalibilidade de certa bruxaria feita às palmilhas dos sapatos dos maridos: «Aqueles que havendo sido bem casados, e muito amantes de suas mulheres, passavam a uma tal metamorfose, ou mudança odiosa, que nem as podiam vêr, nem deitar-se na mesma cama, fiz reconciliar em amizade mandando que às escondidas untassem a palmilha dos sapatos do homem amancebado com o estêrco da manceba, e a palmilha dos sapatos da manceba com o estêrco do amancebado; e daquele dia por diante se converteu em desagrado e aborrecimento de ambos o que até àquele tempo tinha sido cegueira do amor lascivo ocasionado de algum feitiço...»

Seria interessante estudar e inventariar todos os feitiços que povoaram Lisboa durante o século XVIII. Aparecem a cada passo nos processos do Santo Ofício, nas páginas de *Anacèphaleosis,* nos livros de medicina, nas Pastorais do clero, nos versos dos poetas, nas drogas das farmacopeias, nas credências doiradas dos toucadores. A bruxa é a alma oculta do século. Debruça-se sôbre os leitos quando as crianças nascem; mete-se pelos aneis de núpcias quando as mulheres casam; senta-se sôbre os gremiais de oiro, nos joelhos dos bispos; ladra como os cães nas al-

furjas silenciosas; — preside a todos os destinos humanos, brinca com todos os corações descuidados, espreita a todas as portas felizes. Nos actos mais graves, nos momentos mais sérios da vida, — surgia a bruxa; era a bruxa o primeiro pensamento. Nascia uma criança numa casa: queimavam-se logo solas de sapatos velhos para sacudir as bruxas. A criança definhava, adoecia: penduravam-lhe uma espada nua à cabeceira para afugentar as bruxas que lhe chupavam o sangue. A última filha era bruxa quando não havia filhos; o último filho era bruxo quando não havia filhas. Comunidades inteiras, de cruz alçada, atravessavam as ruas para exorcismar casas nobres. Havia sítios em Lisboa, como o da Pampulha, que no século XVIII eram viveiros de bruxas: o peixe que as pampulheiras vendiam, sobretudo os safios, não se podia comprar por causa dos feitiços. Procuravam-se e pagavam-se a pêso de oiro os filhos últimos, que tinham a singular virtude de curar alporcas e de ajudar as mulheres no trabalho do parto. Uma lagartixa metida na couceira duma porta tornava estéreis todas as fêmeas que havia na casa. Uma fava negra defumada pelas bruxas cegava a quem a comia.

Uns ossos de serpente dentro dum bizalho atado punham numa chaga o corpo dum homem. Mas foi designadamente no bruxedo de amor, no «malefício amatório», na arte de «ligar» e de «desligar», que a liturgia do feitiço e do contra-feitiço, espécie de veneno e de contra-veneno, atingiu o delírio e o inverosímil. Chegaram até nós os nomes dos bruxos e bruxas mais freqüentadas do tempo de D. João V: eram a Rastolha, muito querida de freiras e, em especial, das freiras de Sant'Ana e da amante do infante D. Francisco; o Donato da Penha de França, bruxo-bôbo que corria as ruas descalço, com o chiote coberto de verónicas, erguendo relicários; Catarina do Espírito Santo, protegida do cardeal da Cunha, a quem o Cavalheiro de Oliveira se refere no *Amusement Periodique;* a Isabel da Moita, que as franças da côrte iam consultar a Alcácer do Sal; Manuel de S. José, donato capucho, cujo céu da bôca resplandecia e que foi penitenciado no auto-de-fé de 18 de junho de 1741; o Anão do Duque; e, por fim, as mulatas Salemas, acusadas em 1736 de terem procurado, com certo feitiço feito com sangue, peitos de perdiz e pedaços de marmelada abocanhados por D. João V, substituir no coração e no leito do rei a madre Paula por certa freirinha bonita de Odivelas. Todos êstes profissionais do bruxedo de amor usaram os mesmos processos, — quer para fazer amar, quer para fazer aborrecer, quer ainda para tornar os homens «ligados», isto é, temporariamente incapazes, por inibição demoníaca, de coabitar ou de consumar matrimónio com determinadas mulheres. Boticários astutos, de capas negras pingadas e

grandes fivelas de prata nos sapatos, enriqueceram vendendo às bruxas a «erva pombinha» defumada com dentes de defunto lançados sôbre tijolos em braza, — estranho feitiço que despertava para o amor o organismo decrépito dos velhos e a frigidez desdenhosa dos moços. O erudito Bernardo Pereira, na sua *Anacèphaleosis Médico-Teológica* publicada em 1734, esfalfa-se a aconselhar a todos os «ligados» pelas bruxas um remédio pelo menos tão singular como o das «palmilhas» de Curvo Semedo: «urinar num cemitério pela argola da campa duma sepultura, ou, não sendo o malefício inveterado, urinar pelo anel da desposada». Perante o perigo crescente da bruxa, a medicina arma-se; os capelos amarelos cogitam; os cárceres da Inquisição trasbordam. — «Sindromas da loucura, vozes da nequícia, apóstatas da Fé, feiticeiros e feiticeiras, benzedeiras e benzedeiros, bruxos e bruxas, mestres e mestras, tições do inferno, mulas do diabo, ministros de Satanás, frutos da figueira de Judas!» — grita o médico Brás Luís de Abreu, envesgando de cólera o seu ôlho de vidro. E as fogueiras rechinam; e a procissão amarela das mitras e das samarras segue a caminho do Campo da Lã. Agora, é o «Tio de Massarelos», bruxo insigne, cujos ossos assobiam e estalam na fogueira; logo, é sóror Inês de Jesus, freira de S. Francisco, açoitada e degredada para Angola por fazer feitiços de amor com as contas das camândulas; outro dia, é sóror Mariana do Rosário, religiosa do Sacramento de Alcântara, que sái penitenciada no auto-de-fé de 20 de outubro de 1748 por ter dado à luz sete gatos (*Santo Ofício*, processo n.º 3.326); por fim, é uma leiga

tonta de S. Domingos; são duas freiras de Sant'Ana possessas do demónio; é a bruxa «Dona Paula», que o Santo Tribunal relaxa em carne pelo feitiço amoroso de atraír os homens, derramando mãos cheias de sal e entoando uma oração diabólica capaz de perder Santo Antão eremita. E o cardeal D. Nuno da Cunha treme na sua púrpura; e o povo reza; e D. João v, embuçado no côche a caminho de Odivelas, leva às nobres bernardas os processos dos penitenciados e lê, entre dois *Magnificat* tocados nas espinetas de xarão vermelho do convento, a oração célebre da bruxa «Dona Paula», que já corre de bôca em bôca pela cidade, e que as freiras repetem, sorrindo, aplicada à pessoa do rei:

— «Esta mão cheia de sal eu deito por el-rei meu senhor, para que me venha buscar, me venha falar, e logo me venha amar, venha e não se detenha, para barrabás, para caifás, e êstes sinais me hão-de dar cães a ladrar, bêstas a passar, gatos a saltar...»

A noite cái sôbre a velha Lisboa do século XVIII. As sombras povoam betesgas, vielas, calejas e praças; alastram ao longo dos arcos, dos botaréus e dos ressaltos flamengos; adelgaçam-se e estremecem na claridade vaga dos nichos e dos oratórios; enchem-se de uivos, de gemidos, de pôças de sangue, — e um pavor vago infiltra êsse coração de Portugal, que afrontou no fim do século XV o Mar Tenebroso e que, cento e cincoenta anos depois, treme com mêdo das bruxas...

O CASQUILHO

O CASQUILHO

O filho do Nunes, mercador rico de panos na côrte, tinha obtido, por intermédio do inglês May, da Fábrica das Sêdas, um convite para a partida de faraó em casa do ministro Sebastião José de Carvalho.

Quando o convite chegou, dobrado em três cantos, com o seu aparo doirado e as suas três obreias vermelhas à portuguesa, o mochila correu a chamar o «menino»; o «menino» chamou o pai, que estava agarrado à viola a tirar os fandangos da Pepa; o pai, resplandecente de júbilo, gritou pela senhora Dona Mança, que veiu chouteando, com a sua saia de estamenha, os seus corais e o seu pente de tartaruga do Alentejo; Dona Mança, tocada de ternura maternal, foi buscar as criadas, a Chaínha mulata com o papagaio, a Carapota enjeitada do Hospital Real, a negra copeira, de alpercate branco, mais rebolada que um oitavado de chula, o negrinho da casa, ganindo, vestido de amarelo como os pretos de S. Jorge, — e todos, negrinho, cópeira, mulata, enjeitada, mãe, pai, mochila e papagaio, ouviram o menino, em pé sôbre um tamborete de moscóvia velha, lêr o primeiro pergaminho da sua nobreza

de casquilho: «Os marqueses de Pombal esperam Vossa Mercê na sua casa à rua Formosa, para o serão de jôgo de sexta-feira que vem».

— Bem te podiam ter dado senhoria, filho! — resmungou Dona Mança, com beiços de enjôo, abanando os pendentes de diamantes das orelhas.

— Mas há-de jogar como se a tivesse! — rugiu o pai, arremessando a viola com estrépito sôbre uma escrevaninha de xarão encarnado. — Há-de atirar às chapoirãdas de dobrões de oiro pela mesa fóra!

As pretas, o negrinho, a mulata, abanando a coifa de sete ramais, riam, batiam as palmas, rebolavam os olhos:

— Menino em casa de siô marquês! Menino em casa de siô marquês de Pombal!

E o papagaio, solene, empoleirado na pescoceira dum cadeirão de sola, repetia, regougando e estercando sôbre o tapête de Arraiolos:

— Pombal! Pombal!

Em casa do mercador Nunes, ninguêm mais parou. Logo se mandou recado ao alfaiate dos casquilhos de 1770, o grande Neves, que fizesse em três dias uma casaca nova de sêda «para o menino ir jogar a casa do senhor marquês»; outro recado ao ilustre sapateiro António Coelho, defronte da Cruz de Azulejo, ao Carmo, para uns sapatos de marroquim preto com os maiores fivelões de prata que tivessem entrado até ali nas salas da rua Formosa; terceiro recado ainda ao cabeleireiro Tomás dos Reis, do Chiado, mestre admirável que aprendera a polvilhar em França com o cabeleireiro de Luís XV, *Monsieur* Dagé,

para uma cabeleira de bôlsa com rolos e alcachofa à francesa, em tudo semelhante às do excelentíssimo marquês de Pombal que — acrescentava sempre em mesuras o mercador Nunes — «convidara o menino para jogar com êle o faraó». Compraram-se frascos de perfumes na loja do Leconte; um óculo novo de punho de oiro no Lázaro; manguitos de renda de Bruxelas e meias de espinhas de prata nos Genoveses; e como era moda na côrte falar francês emquanto se jogava, o menino, perpètuamente «menino» apesar dos seus vinte e três anos, foi desemburrar-se nos últimos dois dias à rua da Figueira, a casa de João Roberto Doumeau, que anunciava na *Gazeta de Lisboa*, como cincoenta anos antes *Monsieur* de Ville Neuve, lições de francês aos casquilhos fidalgos da cidade. Quando não beliscava as ancas da mulata ou não zangarreava na viola os fandangos da Pepa Olivares, — o mercador velho era certo a bailar cortesias, com o filho e com o mestre de dança, diante dos espelhos da sala. Visita que chegava, depois de lhe mostrar as pratas como era de boa etiqueta, Dona Mança, empenachada de plumas, perguntava-lhe logo: — «Sabe Vossa Mercê onde o meu menino vai na sexta-feira?» E o papagaio, empoleirado num bufete de talha doirada, respondia do canto, ouriçado e papudo como um ramalhete verde:

— Pombal! Pombal!

Chegado o dia, o casquilho espera, embrulhado na sua «roupa de pentear» que parece um tríplice roquete de cónego, a chegada do Neves com a casaca, do Reis com a cabeleira e do Coelho com os sapatos. Já está atrelado no

pátio um côche de pinturas, emprestado pelo holandês director da Fábrica das Sêdas, para levar Sua Mercê à sua Formosa; dois criados da tábua, vestidos de redingotes vermelhos como os cocheiros e sota-cocheiros da Casa Real esperam as òrdens do menino, jogando ao sol o «passadez». O primeiro que chega é o cabeleireiro, em pé de dança, cheio de rendas, um quitó doirado à cinta, uma cabeleira «à la greca» no punho, — um mochila atrás, com o escadote e o fole. Negrinho, criadas, mãe, pai, um cão de fralda que ladra, um macaco que pincha, uma mulher de virtude que vende escapulários e cruzes bentas de S. Lásaro a Dona Mança, — tudo vem ao quarto do casquilho, pé ante pé, vêr enfiar e polvilhar a peruca. Já não é a cabeleïra alta de topêtes do faceira de 1720, crespa, enorme, derramada, ramalhuda de bucres; é a peruca baixa, elegante, coleante, alada, de rolos armados sòbre a orelha, bordefronte largo descobrindo a testa, rabicho com laço de carretilha côr de rosa, que os dedos ágeis de *Monsieur* Reis palpam, acariciam, levantam, e deixam caír, leve como uma ave que poisa, sôbre a cabeça aguda e chamorra de Sebastião Nunes. Chega a hora delicada dos polvilhos. O casquilho

enfia um funil de papelão na cara; arma-se o escadote; e emquanto o mestre, empoleirado no último degráu, sacode no ar com duas borlas de arminho uma nuvem de pós de França, — o mochila cá de baixo dá ao fole, e a farinha perfumada, espalhando-se finamente, tènuemente pela sala, vai caíndo por igual, pouco a pouco, grão a grão, sôbre o pêlo de cabra finíssimo da cabeleira de Sua Mercê. Tudo espirra, — Dona Mança e o cão, as mulatas e o negrinho; mas o cabeleireiro afirma que é aquela a moda de Paris; curva-se toda a família do casquilho *parvenu;* e quando o mercador, respeitoso, pergunta a mestre Tomás se é assim também que se polvilha o excelentíssimo marquês de Pombal, — o papagaio, todo branco de pós de França, ri, encarrapitado no espelho do toucador:

— Pombal! Pombal!

O sapateiro vem já assomando à porta, mas tem de esperar uma hora que os polvilhos caiam, — para poder desembrulhar os sapatos e enfiá-los, pequeninos, quási rasos, sem tacão e armados de fivelões enormes de prata como os correões dum côche, nos pés esguios de Sua Mercê. O último a chegar, solene como uma berlinda de D. João V, rotundo como o sino grande da Capela Real, é o glorioso alfaiate Neves, cantado no *Fatuinho* de Manuel de Figueiredo, célebre entre os casquilhos célebres de 1770, que vem de bengala, rebolado, oleoso, lento, embrulhado na sua casaca vermelha como numa capa de asperges, trazer o redingote de sêda que, em seu entender, tornará o filho do mercador Nunes digno de jogar o faraó em casa do marquês de Pombal. É uma peça suntuosa de gorgorão

preto, comprida, picada de oiro, babada de rendas, forrada de sêda verde-chicória, com manguinhas holandesas feitas ao punho, algibeiras à Preston, botões miúdos de prata como contas de camândula franciscana: emquanto o sapateiro, de joelhos, estica a servilha negra do casquilho e lhe mete pelas côxas os «rolos» que fazem as pernas mais altas, — o Neves assiste de longe ao enfiar da casaca; mira-a, remira-a; a distância, com a ponta da bengala, desdenhosamente, toca de leve uma préga, desfaz uma ruga importuna, compõe os bofes de rendas da camisa, dá um geito de graça aos perendengues de oiro do relógio, e soberbo, indiferente, formidável, profere a sentença que na sua bôca custava oito dobras de seis mil e quatrocentos reis:

— Vossa Mercê póde ir. Está casquilho.

Aquilo que ali ia, de óculo de punho de oiro assestado à órbita, casaca de sêda negra, sapatinho rasteiro, fivela enorme, cabeleira «à la greca», bastão de punho de Limoges, lenço de rendas metido na luva, descendo a escada nobre da casa entre o desvanecimento parvo do mercador, o orgulho risonho de Dona Mança e o saracoteio voluptuoso das mulatas mordidas de cio e de lunduns, — era genuìnamente o casquilho de 1770, o elegante da burguesia pombalina, herdeiro do faceira de D. João v, antecessor ingénuo do «peralta» da Viradeira, do «janota» do tempo dos Franceses e do «pisa-flôres» ridículo de 1820. Quando êle subia ao côche, desdenhoso, fútil, a caminho da casa solarenga da rua Formosa, — a mãe Dona Mança, a revêr-se toda na casquilhice do menino, sonhando o absur-

do dum brazão dos Nunes, no teto de oiro duma nova sala dos Veados, em lisonja com o escudo dos Melos e dos Dauns, perguntava em êxtase ao mercador, que seguia o filho com os olhos e que ameaçava com as ancas um fandango desnalgado da Pepa:

— Quantas filhas solteiras tem ainda o senhor marquês de Pombal?

E o papagaio, ao sol, batendo as asas verdes na janela do pátio, ria às gargalhadas:

— Pombal! Pombal!

AS DESCIDAS DE CÔCHE

AS DESCIDAS DE CÔCHE

Há serão de ópera no Teatro do Bairro Alto. Cantam a Luísa Rosa e a Angiola Bruzza. Dançam a primeira bailarina Guadagnini e o bailarino cómico Banbilla. Já chegou a sége da senhora marquesa de Pombal. Espera-se el-rei D. José, o Patriarca, toda a côrte. Um enxame empoado de casquilhos de cabeleira «de bandas» e de gravata de lençol, cuspidos de rendas, abordoados a bastões, enfiados em capotinhos de saragoça forrados de sêda branca, o óculo de punho de oiro erguido na mão, zumbe no soalheiro fidalgo do pátio do conde de Soure, coalhado já de séges de arruar, de liteiras, de florões, de calejas alugadas no Pedro Fernandes, ao Noviciado das Chagas. Que faz ali, ao sol, toda aquela casquilhice pombalina, curvando-se em *Gloria Patri,* arfando as ventas sensuais, mirando pela vidraça dos óculos doirados, cochichando, sorrindo, espreitando, piscando os olhos? Assiste ao divertimento predilecto do casquilho de 1770, a um espectáculo mais saboroso ainda para êle do que os bailados da Rosa Campora ou do que os fandangos da Pepa ou da Joana: assiste às «descidas de côche».

O que foram as «descidas de côche» na história voluptuosa do século XVIII português?

Montesquieu, que soube surpreender os nossos ridículos com um talento e uma subtileza incomparáveis, fez àcêrca dos portugueses de 1720 esta observação feliz: «*Ils permettent à leurs femmes de paraître avec le sein découvert; mais ils ne veulent pas qu'on leur voie le talon et qu'on les surprenne par le bout des pieds*». Era rigorosamente exacto. O português do século XVIII deixou a mulher decotar-se até à alma: mas ai dela se mostrasse sequer, ao ajoelhar-se na igreja, a ponta ligeira e inquieta dum pé! A nudez coleante dos ombros; a revelação da polpa gloriosa das espáduas e dos colos, branca de polvilhos de França, ou da apojadura forte e ondulosa dos peitos, coalhada de trémulas de diamantes e dos topázios tão queridos, diz Twiss, das portuguesas de 1770, — não ofendiam nem a virtude das mulheres, nem a hipocrisia dos frades, nem o sentimento de posse exclusiva que caracterizava, no seu orgulho crassamente espanhol, a honra tradicional dos maridos. O seio nu foi, desde o terceiro quartel do século XVII até ao primeiro quartel do século XIX, a moda admitida e consagrada. Puderam as mercuriais condenar-lhe alguma vez o exagêro e o excesso; pôde Frei Alexandre da Paixão estranhar, em 1668, «que os homens andassem enfeitados como mulheres e as mulheres nuas como maganas»; pôde ainda Frei José de S. Cirilo Carneiro, carmelita calçado, ulular, no tempo dos Franceses, «que era pecado mortal andarem as mulheres nuas de peitos e de braços»; pôde, finalmente, o padre José Agos-

tinho de Macedo, brandindo como um arrieiro o seu cacête apostólico, acusar na *Bêsta Esfolada* as malhadas gaivotas de «andarem meias nuas pela rua, e de quererem andar despidas de todo»: o uso tinha admitido os próprios desmandos das senhoritas da comédia e das mulheres-damas; os portugueses passavam já pela nudez dum seio com a indiferença maravilhosa de quem não via outra coisa à roda de si; só os estrangeiros paravam na rua, perturbados, cortejando, curvando-se, assestando o óculo, e exclamando, como em 1777 o *ci-devant* Duque do Châtelet: — «Que encanto, o das portuguesas! Não há europeia alguma que tenha melhor carnação!» O costume dos grandes decotes entranhara-se de tal modo nos hábitos nacionais, que quando, em 1764, apareceu a moda de velar o colo com lenços transparentes «à húngara», as mercuriais choveram, os moralistas gritaram, a opinião geral considerou os peitos semi-velados como uma solicitação abominável ao pecado, voaram os lenços para sempre, — e a polpa branca de todos os seios voltou, livre e nua,

a flamejar diamantes nos serenins de Queluz e nos faraós do Paço, nas forçuras italianas dos Condes e na ópera real de Belêm. Chegara-se ao absurdo de proclamar a nudez, — em nome de mais rigorosa moral!

E entretanto, a mulher portuguesa do século XVIII, tão pródiga em revelar as maravilhas de carnação dos seus braços e do seu peito, — não pôde, sem grave ofensa do decoro e da virtude, mostrar a ponta dum pé. A nossa moral de mosteiro e de cavalariça, sem harmonia e sem lógica, usou dois critérios opostos de pudor: um, absolutamente pagão, da cintura para cima; outro, escrupulosamente católico, da cintura para baixo. O seio nu podia mostrar-se à vontade; o pé, defendido, velado, calçado embora de espesso veludo berne, — todos os cuidados, todas as pólheiras, todos os guarda-pés pesados de escarcha de oiro eram poucos para o ocultar. Que sucedeu? O que era inevitável. A curiosidade voluptuosa do casquilho desviou-se, com indiferença, da nudez que se mostrava, para perseguir, para adivinhar, para adorar com paixão o encanto misterioso que se escondia. Daí por diante, toda a volúpia do século XVIII palpita, numa penumbra doirada e incerta, em volta dessa ponta de pé ou dessa nesga de perna, mil vezes sonhados e uma só vez entrevistos, que resumem, para o apaixonado de 1770, toda a graça oculta, toda a beleza inatingível, todo o mistério perturbador da mulher. Pressenti-los num instante; surpreendê-los num relâmpago: eis a preocupação suprema do casquilho. Mas como, — se os guarda-pés arrastam, pesados de prata; se os donaires pojam; se as pólheiras, sábiamente dispostas

sôbre o arco de levantar, defendem, em cada movimento, a perna que se furta e o pé que se esconde? Como e quando? Muito simplesmente: nas «descidas de côche». A «descida de côche» era a hora; era o momento; era o relâmpago. O côche parava, esticando os correões, no pátio dos Condes ou do Bairro Alto; erguia-se a casquilha, polvilhada e pingada de jóias, sôbre o persevão de tapête; e emquanto dez, vinte, trinta lunetas de punho de oiro a espreitavam, a perseguiam, a devoravam, — assomava um pequenino pé, calçado de riço vermelho, abroxado de minas luzentes, tateando o estribo; uma pantorrilha de sêda, esbelta como um colo de ganso heráldico, surgia, mordida de luz; e se os criados da tábua não corressem a aconchegar-lhe o guarda-pé, se a dona velha, primeira a descer, lhe não atirasse à frente a sombra do biôco, — as beatas tossiam, os casquilhos caíam em êxtase, e havia jubileu até à liga...

— Porque será que os homens acham tanta graça a uma perna? — perguntava um dia a linda condessa de Soure, furiosa, ao descer do côche para um serão da ópera de Belêm.

Logo o marquês velho de Rezende, os punhos de renda espetados, oferecendo-lhe o braço:

— Porque é pecado, senhora prima.

A CÔRTE E O FARAÓ

A CÔRTE E O FARAÓ

Em que passava o tempo a côrte de D. José, — essa côrte, no conceito de Dalrymple, «*si peu elegante*»?

Jogando.

É o conde de Stahremberg, enviado extraordinário da Áustria, que o diz em carta de 12 de fevereiro de 1751 dirigida ao seu govêrno: «A côrte anda sempre de Lisboa para Belêm; quando não se mete no picadeiro, joga as cartas. O seu divertimento favorito é um jôgo de parar chamado — faraó». Tinha razão Stahremberg. A côrte fazia o que fazia o rei, — e D. José, quási permanentemente, jogava.

Todas as madrugadas, casquilhos e casquilhas da intimidade do Paço enfiavam estremunhados os seus capotes de saragoça, encapuzavam-se por causa do frio, saltavam para uma liteira ou para uma estufa de viagem, e ou iam com o rei caçar perdizes às coutadas de Salvaterra, ou chouteavam até Belêm, onde Sua Majestade levava manhãs inteiras a amansar potros no picadeiro com o marquês de Marialva, os Roquetes e o Antonico Gordo. Se à tarde não havia ópera no teatrinho doirado do palácio,

com o soprano Violani, o contralto Geziello, o tenor Raff e o *bufo-caricato* Marchese, — tudo homens, porque Mariana Vitória, diz o inglês Twiss, «tinha tantos ciúmes do rei, que não queria cómicas no Paço», — era sabido que rodava tudo para Lisboa, séges, estufas, calejas, liteiras e côches, a acolher-se ao Paço da Ribeira, onde havia todas as noites, até às onze horas, a infalível partida de faraó. A princípio, o faraó só se jogava no Paço; mas, com o andar do tempo, «o jôgo de el-rei» tornou-se moda; a moda converteu-se em vício; sumiu-se, com a vara de prata dos corregedores, o alvará importuno de 1677, — e as grandes casas fidalgas de Lisboa, a principiar pela morada solarenga do primeiro ministro, começaram à oferecer em dias certos, a suas senhorias os casquilhos da côrte, partidas semanais de «faraó francês». O conde de Redondo — ou antes, a viva e linda condessa de Redondo, porque o conde levava os dias a podar roseiras e as noites a rezar nas contas — dava a sua partida às segundas-feiras; Sebastião José de Carvalho, às sextas; o cardeal da Cunha, D. João Cosme, depois de mandar armar de damasco as salas do palácio do Rocio e de coalhar as mesas de serpentinas de prata de seis lumes, oferecia às quintas-feiras assembleia de faraó à côrte e ao corpo diplomático, fazendo servir os doces por criados com o hábito de Cristo ao pescoço; o próprio Prior de S. Domingos dava partidas de jôgo aos frades e comia em chás e doces da Mesurada as rendas do convento; eram freqùentes as mesas de faraó em casa do embaixador de França, marquês de Clermont d'Amboise, a que não faltavam — diz Goubier de Barrault

em carta ao conde de Oeiras — as casquilhas fidalgas de 1770: «Todas as belezas de Lisboa ali estavam, desde a senhora condessa de Soure até Dona Maria Clara, que veiu avivar um pouco as cinzas da sua imaginação. Cosiam-se umas com as outras como carneiros em dia de chuva. A ninfa da Penha de França sorria; a eremita de Palhavã (?) fazia boquinhas; outra senhora parecia um *Stabat Mater Dolorosa;* M.me Forbes tinha o ar de Dido abandonada; as restantes senhoras sacrificavam no altar do jôgo...» É precisamente a presença das mulheres que explica o perturbador encanto das partidas de faraó durante o período pombalino. Houvera já, em 1708, em casa do marquês de Cascais, as célebres assembleias de jôgo de parar, a que se refere Brochado nas cartas dirigidas para Londres ao conde de Viana; tinha havido também, em 1745, as partidas de «truque» em casa do conde dos Arcos, numa das quais, diz o n.º 12 do *Mercúrio de Lisboa*, o Correio-Mór perdeu em duas horas dezoito mil cruzados; houvera ainda, pelo mesmo tempo, as bancas de faraó que o beneficiado António Luís dava em sua casa aos cónegos da Basílica Patriarcal, o que lhe valeu a perda do benefício e uns meses de Aljube: em nenhuma destas partidas de jôgo, irredutívelmente restritas ao sexo forte, flutuou a asa branca duma pluma, arfou o sôpro de rendas dum leque, fulgiu, mordido do ouro fulvo das luzes, um olhar ansioso de mulher. Foi na segunda metade do século XVIII, com os faraós do Paço da Ribeira, que as mulheres portuguesas principiaram a jogar. Desde o dia em que a primeira mão de aneis tocou o primeiro baralho

de cartas, o jôgo, simples vício tenebroso, sem elegância e sem beleza, transfigurou-se. Um prazer mais nobre surgiu. Conheceram-se todas as loucuras e todos os desvarios, todas as prodigalidades e todas as ostentações. Em 1771 — dá-o a entender Goubier — as senhoras da família Pombal jogavam descabeladamente. Em 1789 — diz um folheto intitulado *Cartas sôbre as modas* — o maior prazer das sécias fidalgas da Viradeira era «mostrar no jôgo do faraó, do revezino ou do quinze, as bôlsas cheias de peças de oiro». D. João V, trazendo a mulher para a vida intensa da côrte, libertara-a. D. José, assentando-a pelo seu braço às mesas de jôgo, corrompeu-a. Porque o faraó foi para ela uma escola de dissipação? Não. Porque o faraó foi para ela, sobretudo, uma escola de voluptuosidade.

Mas o que póde haver de comum no século XVIII — perguntar-se há — entre um baralho de cartas e um contacto amoroso, entre o Amor e o faraó? Uma mesa. Uma mesa grande de xarão vermelho, hirsuta de candelabros de prata, colorida de naipes e de figuras, tilintante de dobras e de peças de oiro, por cima da qual, em plena luz, sessenta, setenta homens e mulheres jogavam com indiferença, — e por debaixo da qual, no mistério e na sombra, cento e vinte, cento e quarenta pés se entrelaçavam, se confundiam, se pisavam quatro a quatro, mornos, palpitantes, amorosos. O amor às pisadelas, eminentemente nacional, é, como o Arco da Rua Augusta, uma criação pombalina. Foi debaixo duma mesa de faraó, gravemente presidida pelo beiço austríaco de el-rei D. José, que nasceu essa flôr da ternura portuguesa de 1760, prima-coirmã do beliscão visigótico dos Lausperenes, parenta próxima do «estafermo» e do «escarrinho», que deu nome, em 1810, ao «pisa-flôres» do Passeio Público, que atravessou, por debaixo das mesas, todo o amor romântico do Vintismo e dos «casacas-de-briche», e que veiu morrer, num frémito de volúpia, à luz fria de aranhas doiradas, entre escarpins côr de rosa e *cotpalys* transparentes, nos jantares do Farrobo e nas *sauterics* da Regateira, nos bailes do Rato e nos serões das Kruses. Brutal? Sem dúvida foi. Quantas vezes êsse *allegro passionato* tocado a quatro pés por debaixo das bancas de jôgo, fazia desmaiar de dôr as sécias nos serões de Queluz e do Alfeite, da Ajuda e do Ramalhão! Quantas vezes os fivelões enormes de prata, eriçando-se, trasbordando, irrompendo dos sapatos dos

casquilhos, arrepelavam o ponto de sêda das meias, feriam até ao sangue a polpa tépida e rosada das pernas, e um gritinho surdo, um gritinho escandaloso de sécia emplumada cortava o silêncio solene do faraó! Quem a tinha pisado? O parceiro da esquerda ou o da direita? Fôsse lá adivinhar! «Era o que còrava», — dizia o espirituoso marquês de Fronteira. «Era o que tossia», — descobriu o célebre «Principal Podre», enfiando o chapéu vermelho na sua cabeça hedionda de Esopo. E o gordo Grilo-Mór, confessor da raínha, ao perguntar-lhe o abade Antonini, auditor da Nunciatura, como se jogava o faraó em Portugal, respondeu fungando no seu grande lenço de Alcobaça:

— Com os pés.

CAPOTES DE SARAGOÇA

CAPOTES DE SARAGOÇA

Só havia alguma coisa comparável à rigorosa pontualidade com que o rei D. José jogava o faraó todas as noites: era a infalível exactidão com que êle partia para a caça todas as manhãs.

Às vezes, a noite caía tenebrosa; a madrugada apontava, rôxa e varejada de chuva; os campos estavam alagados. Mas D. José, que não decidia nada por si, hesitava ainda: via luzir no postigo a claridade da alva: sentia os eguariços no pátio atrelando os urcos ao côche; levantava-se em camisa; enfiava uns chichelos nos pés; metia à cabeça um barrete de campino, — e, peludo, obeso, indeciso, balofo, lá ia pelos corredores, às apalpadelas, bater com os nós dos dedos à porta do quarto da raínha.

— É «você»? — gemia lá de dentro, já levantada, a filha de Filipe v, num tinido de potes de prata.

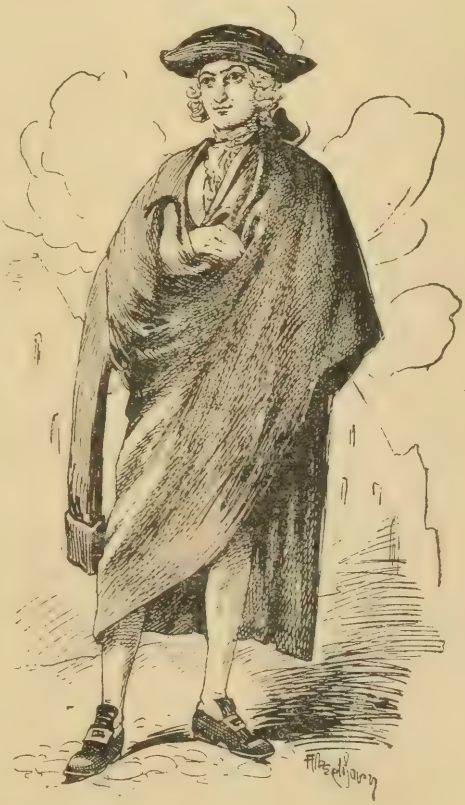
Uma cabeça encarapuçada de lã verde espreitava arredando o reposteiro de Arrás; um ôlho papudo luzia; alvejava uma fralda; o rei, na voz fanhosa dos Braganças, arrastando o «você» familiar que era o tratamento da moda entre casados, dizia à mulher que chovia a cântaros.

e que estava uma manhã de bruxas; mas a quarentona Mariana Vitória, caçadora como um perdigueiro, matinal como um tentilhão, decidida a marchar com todo o tempo, saracoteando já pelo quarto as «roupinhas à húngara», respondia invariavelmente, no seu sotaque de espanhola:

— E se estiar?

Estiasse ou não, o rei ia porque era vontade da raínha; a côrte ia porque era vontade do rei, — e quantas vezes, em manhãs tempestuosas de outono, os pesados côches e as enormes estufas de viagem da Casa Real ficavam a meio do caminho, ao vento e à chuva, pingando lama do tejadilho e encravados até aos tapadouros no leito barrento das estradas! Mariana Vitória já tremia febres; o rei andava gosmento, a tossir pelos cantos; a côrte, exausta, queixava-se; os médicos não tinham mãos a medir; obrigada a acompanhar a raínha nas jornadas, a condessa de Tarouca caía com acidentes histéricos; o conde de Val de Reis, mal via mudado o tempo, metia-se na cama e pedia um cirurgião para o sangrar; o embaixador de Espanha, marquês de Almodóvar, a quem as caçadas de Salvaterra perturbavam a sua vida de duquesa italiana, chamava a D. José «Sua Majestade Pleuriz»; o próprio monteiro-mór, cigano, arripiado e vesgo, teria cumprido a promessa de aferrolhar as pratas na casa do Combro e de saír de Lisboa, — se o ministro Sebastião José de Carvalho, considerando quanto era vantajoso para os negócios do Estado que el-rei D. José continuasse a caçar, a desbastar potros e a jogar o faraó, não tivesse encontrado o decisivo elemento de conciliação entre as madrugadas

montesinhas do rei e o artritismo friorento da côrte: os capotes de saragoça. A côrte tinha frio? O remédio era simples: a côrte que se agasalhasse. O espírito protecionista de Pombal agarrou pelos cabelos a ocasião. Não havia no reino boas saragoças, quentes como tardes de estio, bons briches de lã da costa da ovelha, bons jardos nacionais, boas estamenhas que por aí andavam a descòrar ao sol em chiotes de frade capucho? Pois bem: os casquilhos e as casquilhas fidalgas do Paço que mandassem cortar neles os seus capotões de outono e de inverno, — e, se queriam dar nobreza à estamenha, que a forrassem por dentro de sêda branca! Daí a dias, o primeiro capote de saragoça apareceu: vestia-o o rei. Era uma espécie de reguingote, enorme como uma capa de aspérges, encapelado dum capuz gigantesco que se entestava sôbre um chapéu holandês pequeno, cortado em rabo de pêga. Logo no outro dia, o segundo: vestia-o a raínha. Daí por diante, conta o irmão de Manuel de Figueiredo, «viu-se logo em Lisboa toda a mocidade vestida de saragoça, com os torpes reguingotes, os monstruosos capuzes



forrados de baeta côr de flôr de alecrim, e os desengraçados chapéus, que mais pareciam almotolias». A moda estava lançada.

Mas tudo tem os seus inconvenientes, — e, como tudo, os capotes do marquês tiveram-nos também. O primeiro a experimentá-los foi o próprio D. José. Um dia, em Vila-Viçosa, junto à Porta dos Nós, um carrejão vê um homem, amantado num capote grosseiro de saragoça, travando portuguesíssimamente dos peitos duma rapariga; não reconhece o rei; cresce para êle; com um pau de zambujo ferrado vira-lhe uma cacetada à cabeça; e se o conde do Prado não corre a aparar-lha no braço, tão puxada e tão rija que lhe quebrou um anel de diamantes, o rei tinha ficado ali. Doutra vez — conta Stahremberg para Vienna de Áustria — a raínha, andando às perdizes em Salvaterra, distinguiu um vulto encapuzado, na volta dum carrascal: mal afeita ainda à moda dos capotes, também não reconheceu o rei; de encontro ao sol, cuidou-o um espantalho feito de algum balandráu velho da Misericórdia; sem saber como, meteu a clavina aos peitos — e despejou uma chumbada na cara do marido. Mas, depois que o marquês de Pombal inventou os capotes de saragoça, houve alguma coisa que saíu das coutadas de Mafra e de Almeirim, de Salvaterra e de Vila-Viçosa, em pior estado ainda do que a face austríaca do rei ou do que o anel de diamantes do conde do Prado: foi a honra dos maridos. Desde que o frio e a moda deram às casquilhas da côrte o direito de se esconder, como bichos de sêda, dentro dum capote de saragoça ou de estamenha, e de atravessar, ocultas num

capuz formidável, os barrocais profundos das tapadas e as alamedas de buxo dos jardins, — as caçadas reais de Salvaterra e o jôgo da bola de Queluz transformaram-se pouco a pouco, insensivelmente, em elegias amorosas de Tibulo e em festas galantes de Boucher. A certa altura, só dois caçadores espreitavam, com convicção, os coelhos que saltavam das moitas e as perdizes que revoavam no ar: o rei e a raínha. O resto amava, pelas sombras. Era vê-los. Aqui, um par de capuzes em êxtase, assentados num claro de relva viçosa e mordida de sol, as mãos entrelaçadas, fulgindo jóias; além, na frescura dum souto de carvalhos, outros dois capuzes de saragoça confundidos num beijo, como um capuz só; mais adiante, os cães de mostra que surpreendem, ganindo, um capuz adormecido sôbre outro capuz: — e fôsse lá alguêm reconhecê-los, adivinhá-los, identificá-los, se na névoa indecisa das tapadas, dentro daqueles sacos de saragoça amantados de murças e forrados de sêda branca, todos os homens pareciam o mesmo homem e todas as mulheres a mesma mulher! Onde se metiam os moços de monte? — perguntar-se há. Foram êles, precisamente, os mais interessados em não incomodar os pares de capuzes amorosos que noivavam sôbre a relva. Porquê? Porque, no dia seguinte, eram certos, luzindo no chão, aqui e além, os brincos e as trémulas de diamantes, — e ainda havia de nascer a primeira mulher que fôsse capaz de reclamar uma jóia perdida nas coutadas de Salvaterra...

MINUETES BRÈJEIROS

MINUETES BRÈJEIROS

É pena que a mulher portuguesa do período pombalino não tivesse, como a *zentildona* veneziana do século XVIII, um Pietro Longhi capaz de fixar em pequeninos quadros as suas atitudes, as suas intimidades, as suas preferências. O bispo do Grão-Pará falou dela para lhe chamar «bêbeda»; Twiss, para a considerar «uma mulata com olhos bonitos e muitos topázios»; Manuel de Figueiredo, nos *Pais de Famílias*, acusa-a de «vestir à mangalaça como os homens»; Dalrymple atribue-lhe predilecções escandalosas «*pour les amours du genre de Sapho*»; o autor dum folheto de cordel, a *Mulher da Moda*, entretem-se a descrever o rapé, mais ou menos fulvo, que fungavam na sua caixa de oiro as elegantes pombalinas: — nenhum dêstes inimigos da mulher portuguesa nos deixou sequer um traço vivo e flagrante do seu carácter, da sua sensibilidade, da sua fundamental ternura, da sua graça de amorosa, das suas intimidades galantes, que o *ci-devant* duque do Châtelet, em 1777, reputava, ao mesmo tempo, «tão perigosas e tão faceis». Para conhecer, para suspeitar ao menos a sensualidade ingénua e grosseira do nosso

século XVIII — tão diferente da volúpia eminentemente intelectual do século XVIII francês, que fez dizer a Galiani: «*les femmes de ce temps n'aiment pas avec le cœur, elles aiment avec la tête*» — é preciso descer a um género fugaz de baixa literatura que entrou em todas as casas de Lisboa, que nem por isso viveu mais do que o tempo que vivem as rosas, e que a fácil moral pombalina designou pelo nome pitoresco de «minuetes brèjeiros».

O que foi, na Lisboa de 1750, o «minuete brèjeiro»?

A França e a freira tinham-se deliciado, no princípio do século XVIII, com os tonos à viola do Marques e do Castela, do Filigrana e do Borrinha. Em 1730, as óperas de bonecos e as cómicas italianas encarregaram-se de trazer ao sentimento amoroso da casquilha lisboeta uma nova expressão melódica: o minuete. Daí por diante, o minuete, como, mais tarde, os lunduns chorados e as mòdinhas brasileiras, invade tudo, — corros de comédias e recâmaras do Paço, merendas do Alfeite e carrilhões da Capela Real. Canta-se, dança-se, tilinta, gorgeia, palpita por toda a parte, nas cordagens de cobre dos cravos e das virginais, nas caixas axaroadas de oiro dos relógios de Londres, nos sinos de todas as igrejas e de todos os mosteiros, nas flautas de marfim com que os mestres de solfa, pintados de carmim e pingados de minas, batem o compasso da «mirontela» sôbre o tampo de harmonia das espinetas. D. João V, depois de ensinar o canto gregoriano aos arrábidos de Mafra, criados ainda no ritual capucho, passa horas esquecidas a ouvir tocar minuetes nos carrilhões do convento. «Já se puseram os sinos no carrilhão

de N. S. do Loreto — diz o *Folheto de Lisboa* de 14 de setembro de 1743 — e tocaram-se com grande harmonia minuetes e contradanças». O minuete conquista a liturgia, penetra nas próprias comunidades monásticas. Frei José do Espírito Santo, organista e mestre de cravo, vai tocar minuetes a Sant'Ana, para as freiras dançarem. *Monsieur*

Le Beau, *Monsieur* Louis, mestres de dança franceses, estabelecem-se na côrte e enriquecem ensinando aos casquilhos de Lisboa, por duas peças cada dúzia de lições, o «minuete liso», o «minuete afandangado» e o «minuete da cidade». Cantado, dançado, tilintado em sinos, gemido em clavicórdios, zangarreado em violas, o minuete, inseparável dos outeiros de abadessado e dos serenins de Queluz, das óperas das Paghetti e das missas de pontifical, tornou-se a expressão de toda a vida portuguesa do século XVIII. Quis o acaso que êle se tornasse também, nas bôcas das casquilhas do Mocambo e do Rocio, pequeninas como vintens navarros, a expressão da sua forte e ingénua sensualidade. Como? Pelos «minuetes brèjeiros». Com o tiple Leonardi, com o alemão Goenmann, com o flautista Rodilo, que a raínha Mariana Vitória trouxera a pêso de oiro para Portugal, tinha vindo um moço maestro, Pedro Avendaño, a quem Twiss se refere no seu livro de viagens: «*On fait ici, à Lisbonne, grand cas des menuets composés par le nommé D. Pedro Antonio Avendaño*». Tanto a morna voluptuosidade dêsses minuetes se infiltrou na alma amorosa da casquilha pombalina, que os papeis de solfa de Avendaño voavam de mão em mão, corriam todos os cravos fidalgos da cidade, passavam à viola marchetada das sécias-damas do Rocio e acabavam assobiados pelos alfamistas de capote na sombra sangrenta das ruas-sujas. Todos os minuetes de Pedro António foram estimados; mas houve um que ficou célebre: o «minuete do maroto». Apenas por que a música era bela? Não. Principalmente porque a letra, escrita por um poeta ignorado,

o dr. Jerónimo Tavares de Mascarenhas, soube traduzir naquele momento, com flagrante exactidão, a linguagem e, um pouco, a psicologia amorosa da mulher portuguesa do século XVIII. Está inédito ainda. Transcrevo-o, com as alterações indispensáveis, da menos mutilada das cópias subsistentes: a dum códice da *Colecção Pombalina*. Um «casquilho maroto», de óculo de prata e cabeleira «*à la greca*», persegue, escudeirando-a pelas alamedas de buxo de Queluz, como numa pintura de azulejos, certa açafata borrifada de diamantes, que ao mesmo tempo lhe sorri e lhe foge; atinge-a, perto do Jôgo da Bola, sob as árvores copadas que traçara João Baptista Robilon; quer deitá-la num banco de tijolo; ela, simultaneamente, repele-o e beija-o, entrega-se e recusa-se, nega-se e dá-se:

«Senhor maroto,
Tome uma figa!
Não me persiga...
Mas venha cá.

Quer um beijinho?
Sabe onde eu vou?
Pois não lho dou...
Mas tome-o lá.

Deixe-me, amores,
Não me persiga...
Caíu-me a liga,
Falta-me o ar.

Ai, minha vida,
Não faça isso,
Ai, meu feitiço,
Que eu vou gritar!

Ai, não me bula,
Meu amorsinho...
Devagarinho, —
Chegue-se mais.

Não me carregue,
Que me amofina:
Eu sou menina,
Posso quebrar...

Você queria
— Cuida que escapa? —
Comer a papa,
Depois safar?

Meu lindo mano,
Não me persiga...
Foge-me a liga,
Falta-me o ar...»

Ao «minuete do maroto», por onde passa, numa revoada de Amores, a alma galante de La Fontaine, — outros se seguiram, pinturas fugitivas da mulher portuguesa do período pombalino, ao mesmo tempo graciosa e humilde, voluptuosa e casta, risonha e triste. A série dos «minuetes brèjeiros» continuou. Vieram outros músicos: nenhum como Avendaño. Vieram outros poetas: nenhum como Jerónimo Tavares. Em casa do conde de Pombeiro, entre os lírios de prata da sua assentada de Ménalo, já a viola do mulato Caldas gemia os primeiros lunduns.

O «minuete maroto» agonizava. Ia começar o reinado da modinha brasileira.

FREI MEDRONHO

FREI MEDRONHO

Quem é aquele frade moço, de avarcas de bezerro e chiote remendado, que ali está em êxtase, encostado de estaca a um cunhal de pedra, a acarneirar os olhos para o postigo amoroso da rótula fronteira?

— Frei Medronho.

E aquele que ali vem de jornada, ao sol, assentado no albardão mourisco da cavalgadura, as sandálias às costas, a testeira de estamenha do capuz derrubada para os olhos, — e uma saloia còrada à garupa, abraçada a êle, de carapuço de riço encarnado, rebolando os peitos ao chouto do macho?

— Frei Medronho.

E estoutro, rotundo, oleoso, risonho, descalço, uma verónica da Senhora do Pilar ao pescoço, um relicário nas mãos, umas camândulas ramalhudas à cinta, que anda vagueando pelos arcos do Rocio e pelo cruzeiro de Arroios, a mordiscar, a beijar, a namorar as raparigas que lhe pedem a absolvição?

— Frei Medronho.

E quem é aqueloutro que lá vai, rua acima, hábito

remangado, olhos coruscantes, pernas eriçadas e cabeludas, vermelho e tôsco como um frade de barro de Estremoz, duas pistolas entaladas no cordão de esparto de S. Francisco, resfolegando e suando atrás duma môça redonda, fresca, esperta, que lhe foge, e lhe troca as voltas, e se lhe escapa, de mantão amarelo e serpões de oiro a reluzir nas orelhas? Quem é êle?

— Frei Medronho.

Pelos quatro cantos de Portugal, por toda a parte onde se cravava entre arvoredos, como um sêlo de pedra, o cruzeiro humilde dum convento seráfico; desde a casa de Santo António de Ponte de Lima, formigueiro alegre de frades capuchos, até, lá baixo, ao conventinho soalheiro de Estômbar; ou fôsse com os calções de saragoça de donato, ou com a mitra, o gremial e o báculo de guardião, — Frei Medronho aparecia. Frei Medronho era um frade? Não. Frei Medronho era uma multidão. Frei Medronho era um símbolo. Frei Medronho foi, no século XVIII português, a caricatura eterna, o tipo acabado e risonho do franciscano namorador.

Do franciscano apenas? E os outros?

Evidentemente, nem só os padres de S. Francisco foram volteiros e chegados a mulheres. Em todas as comunidades monásticas os frades eram homens, — e os homens pecadores. Desde os graves bernardos, lavradores e eruditos, herdeiros da fama do calino Frei Pedro de Alencastro, até aos bentos comilões, artríticos, calvos, gulosos, vestidos de cogulas enormes e encapuzados de ourelos de baeta negra; desde os capuchos mendicantes, «Frei Pere-

grino dos Esgalhos, Frei Caramujo do Deserto, Frei Umbigo das Saùdades», capando mangericões, fazendo colheres de pau, ajardinando a rir a sua cêrca de embréchados, até aos fidalguíssimos cónegos de Santo Agostinho, vestidos como bispos, cabelos copados e crespos, uma nau e um corvo em campo azul, todos cheios de nomes em «únio» e em «ínio», Dom Flámínio, Dom Fortúnio; jerónimos e lóios, marianos e baltasares, trinos e carmelitas, dominicanos e barbadinhos, quem sabe até se os próprios cartuxos suicidas de *Scala Cœli* e de *Vallis Misericordiæ,* — todos êles, desde o leigo grosseiro que brunia os caldeiros de cobre da cozinha, até aos luminares da eloqùência sagrada do século XVIII, Frei Joaquim Forjaz e Frei João Jacinto, Frei Joaquim de Santa Clara e Frei Luís do Monte Carmelo, todos êles, dizia eu, assentaram alguma vez nos seus joelhos a carne nua, rósea e forte duma anca de mulher, ou reviveram, na penumbra doirada dos confissionários de madeira do Maranhão, toda a imoralidade galante das *Chroniques de*

l'Œil de Bœuf. Os grilos de Xabregas metiam mulheres no convento, içando-as em cêstos pelas janelas; os bernardos de Alcobaça, segundo as queixas do Abade geral a D. João V (*Mercúrio de Lisboa*, de 15 de agosto de 1744), recebiam nas celas as mulheres que queriam, sob pretexto de que eram «as suas lavadeiras particulares»; em 30 de janeiro de 1707, debaixo dos arcos da Rua Nova dos Ferros, um frade lóio e outro jerónimo despejaram as pistolas por negócios de mulheres; em 26 de novembro de 1731, um trino, Frei André Guilherme, foi surpreendido nos braços da mulher de Isaac Elliot e morto à facada sôbre um espreguiçadeiro de damasco; em 1741, um donato carmelita, Frei Manuel de S. José, acusado de estupros de varias mulheres, condenado a açoites, galés e cárcere a arbitrio, defende-se alegando «que era só para saber se estavam donzelas ou não»; todos, indistintamente, lóios, grilos, bernardos, jerónimos, carmelitas, trinos cheios de cruzes, arrábidos descalços, bentos hirsutos na sua cogula, agostinhos embrulhados no seu birro branco, corruptores de todos os lares, *maquereaux* de todas as freiras, «únicos responsáveis, diz o inglês Costigan em 1778, pela dissolução a que chegou a sociedade portuguesa do século XVIII», — tudo amou, violentou, brutalizou, possuiu. Homens, — foram-no todos, na escuridão, no mistério, na sombra. Namoradores, derriçadores, cortejando às claras, escudeirando, bufarinhando, beliscando, requebrando-se pelas ruas, pelos adros, pelos terreiros, diante de Deus e de todo o mundo, — só houve uns: os franciscanos. Todo o êxtase, toda a contemplação, todo o galanteio de que foi capaz o

frade português, incarnaram em Frei Medronho. Os outros amaram, corromperam; o franciscano namorou. Um manuscrito inédito da *Pombalina*, intitulado *Sonho que fez dormindo Anostómia religiosa*, descreve o padre seráfico de 1712, na rua, armado, namorando de estaca para as reixas verdes da vizinhança: «Está na janela uma rapariga com uns olhos bonitos, e faz-lhe pé de esquina um homem amortalhado em um pouco de burel, com umas pistolas pendentes das ilhargas entre as camândulas, fazendo mil confissões de rendido. Como a môça é uma flôr, diverte-se com ela como amante anacoreta, que não tem mais sustento que as flôres que lhe dá o campo. Chegou-lhe a ressurreição da carne, sem dia de juízo. Aquilo, ou é frade franciscano, ou coisa má!» E o egresso, na viela, còrado, risonho, de olhos em alvo, o cercílio luzindo, os pés felpudos nas avarcas largas de couro, contemplava, namorava, derretia-se como a polpa doirada e vermelha dum medronho maduro pingando ao sol; daí a pouco entrava-lhe em casa, metia-se como piolho por costura, mendigava para o «Purgatório» e para as «Almas Santas», benzia feitiços e lombrigas à menina, ensinava-lhe a cantar por papeis de solfa, levava-lhe relicários e folhinhas de Lausperenes, acabava por lhe pedir, como o franciscano Frei Alexandre de Múrcia às suas confessadas, «que lhe desse os peitos para mamar, por que êle era o menino Jesus», — e meses andados, era sabido, a môça adoecia, cuspia para o chão, andava de cadeira, e o pai, o irmão, o noivo recebiam de mãos ocultas um bilhetinho muito dobrado em pastel de três cantos, fechado com três obreias encarnadas,

que lhe trazia a terrível denúncia em quatro versos graciosos:

«Que importa ao crédito vosso
Que fecheis todos os dias
A porta às Avé-Marias,
Se a abris ao Padre Nosso?»

O fidalgo aperrava as pistolas; os mochilas afiavam as choupas flamengas. Entrara em casa Frei Medronho.

A FREIRA CASQUILHA

A FREIRA CASQUILHA

Sabem para que era que, no século XVIII, as meninas fidalgas se faziam freiras? Para que era que se amortalhavam numas varas de burel e se sepultavam vivas numa claustra de mosteiro? Para terem liberdade. Nada mais absurdo; e, entretanto, nada mais verdadeiro. As grades dos conventos chegaram a representar, para a mulher portuguesa de 1700, alguma coisa de parecido com uma libertação. Porque era severa a tirania patriarcal da família? Porque era rigorosa a reclusão quási monástica do lar? Porque a casa paterna era um cárcere? Por todas estas razões, — e ainda pela razão oposta de que no século XVIII, mercê da absoluta falta de observância das constituições e das regras, a vida dos mosteiros de freiras foi a coisa mais divertida dêste mundo. E se não o tivesse sido, como se compreenderiam as fugas constantes de mulheres nobres, sôbretudo para os claustros seráficos, — fugas com todo o carácter ligeiro de raptos amorosos, — como em 1728 a da filha dos condes de Tarouca, D. Mariana Josefa, que iludiu a vigilância dos pais e abalou de noite para o mosteiro das carmelitas calçadas

de Carnide, protegida na fuga pelo conde de Alvor e pelo próprio D. João V, que lhe mandou um côche e criados da Casa Real? Se rezar antífonas no côro, fazer dôce na cozinha e namorar freiráticos na grade não fôssem ofícios leves e risonhos, — teria porventura sido preciso, sob a ameaça de despovoar o Brasil dos seus mais floridos ventres, expedir o alvará de 10 de março de 1732, proíbindo o embarque da multidão de mulheres brasileiras que queria vir professar a Portugal? Se o hábito de brígida ou de capucha, de agostinha ou de bernarda, de cónega suntuosa de Chelas ou de maltesa fidalga de Estremoz não fôsse mil vezes preferível à clausura mourisca dos lares nobres e ao ciúme tenebroso dos maridos portugueses, — onde estaria a mulher que se sentisse respirar a plenos pulmões, que se considerasse, emfim, feliz e liberta, no instante em que lhe vestiam, depois dum ano de noviciado, a estamenha tremenda da aprovação? Nos versos galantes de todos os poetas menores do século XVIII que se referem a profissões de religiosas, surge, a cada passo, a mesma ideia insistente de liberdade. Não o vago conceito místico da redenção espiritual pela comunhão com um espôso divino; mas a ideia precisa, grosseira e clara da libertação para o gôzo sensual de todas as temporalidades e para o exercício instintivo de todas as seduções. Podiam, emfim, amar, respirar, viver. Sôbre a ceremónia pungente da profissão, os poetas já não choravam uma renúncia; sorriam para uma promessa. O hábito branco das carmelitas suaves e das bernardas orgulhosas já não era uma mortalha que se abria; era uma flôr que desabrochava.

O claustro tornara-se uma emancipação. A profissão, uma festa galante. A grade, uma indústria. Nuns versos inéditos do tempo (*F. A., Mss.*, códice 8581), descreve-se certa madre discreta de Sant'Ana felicitando uma freira bonitinha, que professara de manhã:

«Dou-vos o parabem de professar,
Menina; agora tendes liberdade.
E visto estar na vossa mocidade,
Podeis buscar devoto a quem amar.
Olhai as mãos, mas sem o rosto olhar;
Arrematai-vos sem diversidade
A quem mais der; por que julgo, em verdade,
Que quem mais dá, mais se deve estimar.
Não repareis se é torto ou se é direito,
Oficial, fidalgo ou mercador,
Leigo, frade, estudante, page ou micho:
Não vos deixeis levar dêsse capricho,
Menina: se êle dá, tomai-o a geito,
Que a honra duma freira é o proveito».

Êste conceito da vida conventual, tão excessivamente profano e utilitarista, que não era facil conciliá-lo com os votos de castidade e de pobreza, fez convergir todas as energias da freira para uma preocupação única: a sedução do homem. As freiras môças só tinham um pensamento: agradar. As freiras velhas só tinham uma ocupação: tirar o maior partido possível dos encantos das freiras môças. Todas estavam de acôrdo, desde as jerarquias solenes, trôpegas e septuagenárias, até à virgindade tímida das últimas professas: o dever da freira era, antes de tudo, procurar ser bela. A regra proíbia-o? A constituição opunha-se? Atirava-se a constituição e a regra por cima dos moí-

nhos. Em breve os mosteiros portugueses, que Besenval considerava tão impuros como o próprio D. João V, trasbordaram de freiras-bandarras, de freiras-sécias, de freiras-franças, de freiras-casquilhas. A elegância entrou nos claustros. Hábito, escapulário, cordão, toalha, véu, as próprias sandálias das capuchas, das carmelitas, das agostinhas descalças, insígnias de renúncia e de expiação, de penitência e de humildade, transformaram-se pouco a pouco, sôbre a carne rósea e doirada dessas pródigas de amor, em armas terríveis de sedução e de escândalo. Nos *flirts* do locutório, nas comédias do convento, nas grades de dôce, nos tonos de viola, nos outeiros de abadessado, as freiras-casquilhas principiaram a aparecer pintadas, mosqueadas de sinais, perfumadas de água de Córdova, as mãos finas metidas em regalos de arminho, o hábito decotado, «o abanico desinquieto no reparo do rosto», sofraldando-se, dançando minuetes, mostrando as pernas — diz Frei Manuel Velho, em 1730, nas *Respostas duma freira capucha* — calçadas «de meias e de sapatos picados, rocados, de sêda, de tissum, com fivelas de oiro, de prata, de pedras preciosas». As bernardas portuguesas tornaram-se célebres,

entre todas, pela elegância profana dos seus hábitos, pelo excesso ridículo das suas pinturas. Nuns versos inéditos do mesmo códice 8581, as freiras de Santa Clara de Coímbra acusam sem rebuço as bernardas de Celas de «caiarem os rostos», de «pôrem côres vermelhas» e de se mostrarem aos amantes «disfarçadas e cobertas como pírolas doiradas». Frei Manuel de S. Luís, psicólogo admirável das *demi-vièrges* monásticas do século XVIII, descreve, na *Vida da Venerável Madre Francisca do Livramento,* a fórma por que as freiras claristas de 1700 compunham o rengo da toalha e amantilhavam o véu preto, aconchegando-o à cara para fazer realçar mais a brancura pintada da pele, e assomando à grade «com os olhos revirados, a voz afectada e melindrosa, o hábito aberto no peito, passos requebrados, corpo ligeiro, pescoço estendido». Fôssem lá os bispos, os arcebispos, os vigários capitulares, os padres provinciais, os abades gerais, os confessores, os visitadores, compeli-las à reforma dos trajos, à observância da regra e ao respeito da Ordem! Expulsavam-nos do mosteiro, como fizeram as freiras do Salvador ao seu vigário, em 1706, ou abriam as portas e saíam em procissão, de cruz alçada, entoando ladaínhas, insultando os padres, alarmando o povo. Quási todos os grandes conflitos no tempo de D. João V e de D. José, entre os padres claustrais e as comunidades de religiosas, tiveram a sua origem em intrigas de toucador ou de alcova: hoje, porque queriam um toucado redondo, que as remoçava, em logar dum toucado de bico, que as fazia velhas; àmanhã, porque o calo da touca havia de nascer da testa, em vez de nascer

do nariz; um dia, porque queriam licença para usar moscas de tafetá ao canto da bôca; outro dia, porque já não podiam andar sem tacões encarnados nos sapatos; agora, a história dos regalos no côro, por causa do frio; logo, a invenção dos decotes na grade, por causa do calor: — e se o rei hesitava, se o ministro da Ordem proìbia, se o Núncio carregava os sobrolhos, lá estava a Abadessa a remangar do báculo, as jerarquias velhas a alçarem cruzes, os sinos a dobrarem no mosteiro, as bentas, as claristas, as bernardas, hábitos ao vento, a coalharem as ruas, a cavalaria a saír dos quarteis para lhes cortar caminho, e o rei, paralítico, imbecil, opado, risonho, a mandar-lhes todos os côches, todas as berlindas, todos os florões doirados da Casa Real, para suas Reverências profaníssimas se darem ao incómodo de recolher ao mosteiro. O escândalo das freiras-casquilhas chegara a tal ponto, que em 1778, diz o *ci-devant* duque do Châtelet, «poucas eram as bernardas de Odivelas que não tinham o seu amante, e raras as que vestiam os hábitos da Ordem». Das casas de religiosas portuguesas do século XVIII, e, em especial, dos mosteiros ricos de bernardas, de bentas, de maltesas e de cónegas, podia dizer-se sem grande injustiça o que o grave Saint-Simon disse um dia de certo convento de capuchas da Bretanha:

— «Se alguma freira sái de lá, é porque quer ser uma mulher honesta».

CÓMICAS ITALIANAS

CÓMICAS ITALIANAS

Nessa noite, acenderam-se as duzentas velas de cêra da sala nobre do Senado da Câmara de Lisboa. Nos paineis do teto, faùlhantes de talha doirada, as pinturas de Pedro Alexandrino resplandeceram. O Conde-Presidente, Henrique José de Carvalho e Melo, convocara para as 9 horas o encarregado dos negócios de França e alguns dos mais ricos negociantes portugueses e estrangeiros que assistiam na còrte. Para quê? Ninguêm o sabia. À hora indicada pelo moço conde de Oeiras nas convocações escritas pelo seu próprio punho, as pesadas guarda-portas de damasco vermelho principiaram a afastar-se para dar passagem às mais representativas figuras da plutocracia pombalina de 1770. O primeiro a entrar, Anselmo José Braamcamp, de sapatos de veludo por causa da gota, pintado de carmim e mosqueado de sinais como uma menina, não pòde conter-se que não perguntasse ao porteiro se de facto Sua Ex.ª o senhor Marquês se lembrara dêle para conselheiro do Senado da Câmara da Cidade. Inácio Pedro de Quintela, provedor da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, muito alto e muito surdo, uma casaca negra pin-

gando, uma cruz de Cristo ao pescoço, passeava dum lado para a outro da sala, a bater os pés e a gritar que lhe tinham estragado a partida de *whist* com os padres de S. Domingos. O inglês May, da Fábrica de Faianças, elegante, fleugmático, espetando as luvas, assestando o óculo de punho de prata, cumprimentava os espelhos das paredes. Uma massa gorda e ronflante rebolara sôbre uma cadeira: era Teotónio Gomes de Carvalho. Um homemsinho argúto, vivaz, buliçoso, empoado, pequenino, as mãos scintilantes de aneis, um livro de Lausperenes na algibeira, uma caixa de rapé na mão, falava em francês com o cavalheiro de Montigny, encarregado dos negócios de França: era Alberto Meyer. Vinha já subindo a escada o riquíssimo António Soares de Mendonça, espécie de Sileno decrépito, a arrastar-se encostado à sua bengala de Londres e a perguntar que queria dêle àquela hora Sua Senhoria o Conde-Presidente. E já dentro da sala, Joaquim José Estolano de Faria, uma cabeleira de alcachofa a dançar-lhe na cabeça, apoplético como um cónego da Patriarcal, avarento como um judeu holandês, gritava de punhos cerrados para o magríssimo João da Silva Telo:

— Se é mais dinheiro, não dou!

Às 9 horas e meia, o conde de Oeiras chegava de côche, embrulhado num enorme capotão de saragoça forrado de setim branco, e entrava de repelão pela sala com o seu amigo Goubier de Barrault. Logo depois, paravam à porta outros dois côches, esticando os correões. Criados e sota-cocheiros, vestidos de vaqueiros vermelhos da Casa Real apearam-se. O conde deu ordens. Quem viera mais? To-

das as atenções dos negociantes se fixaram nas guarda-portas de damasco, à espera que elas oscilassem. Não entrou ninguém. Henrique José de Carvalho descalçou as luvas, sorriu com intimidade a cada um dos amigos de seu Pai, tomou a presidência como para uma sessão do Senado da Câmara, e franzindo num sorriso os lábios finos onde havia a expressão nobre e voluntariosa da mãe austríaca, expôs àqueles oito respeitáveis velhos a razão porque os molestara a vir ali. Tratava-se dum negócio de interêsse para a cidade. Tratava-se dum negócio de cómicas italianas. Não se admirassem Suas Senhorias. Era preciso que a côrte de Lisboa tivesse uma Ópera, e que essa Ópera fôsse digna da grandeza de el-rei e do nome do senhor marquês seu Pai. A boceta doirada do teatro de Belêm, com o solidéu vermelho do Patriarca D. Francisco a cabecear na frisura e dez homens vertidos de bailarinas por causa dos ciúmes da Raínha, — não passava de uma ante-câmara do Paço, onde se cantava o têrço e se rezava nas contas. O pátio do Bairro Alto, tão querido da se-

nhora marquesa sua Mãe, tinha sido invadido pela mafra-baixa do povo. Quem aturava já os fandangos da Juana e da Pepa Olivares, os *travestis* indécentes da Angiola Bruza, os «Arlequins» idiotas do Trébi, os acidentes histéricos da Rosa Campora, — o eterno Scolari a cuspir para as prima-donas, e o eterno Todi a quebrar a rabeca na cabeça do Scolari? Era preciso criar uma Ópera nova nos Condes e doar à côrte o benefício duma grande companhia italiana de cómicos-cantores. Onde estava essa companhia? Ali, na sua mão. Tinha como primeira figura a *zentildona* veneziana Zamperini, e fôra chamada a Lisboa, de acôrdo com o Núncio cardeal Conti, por Monsenhor Galli, notário apostólico da Nunciatura e banqueiro em negócios da cúria romana. Chegara há dois dias à côrte. Simplesmente, os encargos e despesas dessa grande companhia de ópera eram consideráveis, e os espectáculos não podiam principiar sem que uma forte sociedade empresária se constituisse com um fundo não inferior a cem mil cruzados. Onde estava essa sociedade? Ali, na sua frente. Eram Suas Senhorias. Contava com Suas Senhorias o Marquês primeiro ministro. Restava combinar a fórma por que seriam repartidas entre os sócios as cem acções de quatrocentos mil réis. Com quantas ficava Inácio Pedro de Quintela? E Braamcamp? E Meyer? E Estolano de Faria? E os outros? Os velhos olharam-se, estupefactos. A sua sisuda decrepitude tudo podia esperar, — menos que o filho do seu amigo Marquês os fizesse, fulminantemente, empresários de cómicas italianas. O gordo Teotónio de Carvalho ria, tremendo na sua cadeira como um pudim gelado.

Quintela, de mau humor, pensando no *whist* dos padres de S. Domingos, via as horas no enorme relógio de oiro que lhe tangia minuetes na algibeira da véstia. Meyer, que falava sempre, — calou-se. May, lembrando-se da sova que, por causa da bailarina Guadagnini, o duque do Cadaval aplicára no marechal inglês Duarte Smith, punha objecções respeitosas ao projecto da sociedade, afirmando que as cómicas italianas não eram, precisamente, o ramo de negócio que melhor conhecia. Braamcamp queixava-se da gota. E Estolano de Faria, quando o conde de Oeiras, combinando a divisão das acções da Zamperini, lhe atribuía a responsabilidade de cinco pelo menos, levantou-se congestionado, atou as mãos à cabeça e vociferou:

— Cinco acções? Então Vossa Senhoria pede-me cinco mil cruzados por uma mulher que eu nunca vi?

A atmosfera turvava-se. Mas o apaixonado Conde-Presidente previra tudo. A campaínha retiniu, o porteiro assomou com a sua cabeleira de côco mal polvilhada, e Henrique José de Carvalho ordenou-lhe, numa voz áspera onde se percebia um longínquo sotaque estrangeiro:

— Diga a Monsenhor Galli e a Monsenhor Antonini que os esperamos aqui.

Daí a pouco, o reposteiro afastou-se, e na luz viva das duzentas velas de cêra da sala do Senado, uma admirável mulher surgiu, risonha, toucada dum chapéu enorme como a «Condessa de Devonhsire», de Gainsborough, e seguida das suntuosas batinas de sêda rôxa dos Monsenhores da Nunciatura. Houve um instante de silêncio e de sensação. O cavalheiro de Montigny levantou-se. Os velhos nego-

ciantes, deslumbrados, imobilizaram-se em atitudes de assombro. O Conde-Presidente avançou, beijou num sorriso a mão de aneis que se lhe estendia, e apresentou, familiarmente:

— Signorina Zamperini.

Era uma maravilha. A Veneza do século XVIII, doirada de sol e de palácios, misteriosa de *felze* e de gôndolas negras, — a Veneza da *Zuéca* e de *S. Biaggio,* das miniaturas de Rosalba e das comédias de Goldoni, do *zendaletto* no ombro e do tricorne na orelha, nunca tinha produzido, depois de Vicenza Arnani, anunciada no Palácio da Senhoria por arautos com maças de prata, depois da loira Ângela Tiepolo, que passeava nua pela *Piazza* como a Vénus de Médicis, uma tão surpreendente expressão da Beleza eterna e da Tentação dominadora. Envolvia-a toda a volúpia do Aretino. Pintava-a toda a côr do Veroneso. Filha do acaso ou do «Livro de Oiro» — que importava? — Veneza inteira resplandecia nas suas jóias, cantava na sua bôca, sorria com ela, caminhava com ela. Perante a majestade e a graça da Zamperini, perante as suas «moscas» italianas, perante o seu penteado às três pancadas, perante o seu formidável chapéu inglês que recordou a May a elegância de *Miss* Siddons, — a senilidade nestoriana dos burgueses pombalinos estremeceu. Braamcamp dançava-lhe cortesias em volta. Meyer, comovido, suplicava-lhe que lhe desse a honra de o arruinar. O obeso Teotónio de Carvalho babava-se. O velhíssimo Soares de Mendonça, como um fauno decrépito, aspirava, de ventas palpitantes, o perfume perturbador da italiana. Quintela, deslumbrado, per-

dido, fazia considerações inconvenientes ao ouvido de Monsenhor Galli. Montigny pensava, com o provérbio veneziano, que «era mais difícil guardar uma mulher do que um saco de pulgas». E já no fim da noite, depois da Zamperini ter cantado a ária do «*Amor di Ballo*», com que se estreiara no *S. Mose* de Veneza; depois de quatro criados com a libré do Marquês e o hábito de Cristo ao pescoço terem vindo servir um dilúvio de chá; no momento em que o conde de Oeiras lia o borrão da escritura da sociedade e o projecto de distribuição das acções, — o avarento Estolano de Faria, já doido pela italiana, a cabeleira de alcachofa a dançar-lhe na cabeça, os punhos de renda muito espetados nos braços, levantou-se de chofre, atirou um murro à mesa, e gritou na sua voz de trovão:

— Que pouca vergonha é esta? Então eu tenho só cinco acções?

A partida estava ganha. Quinze dias depois abria-se a ópera italiana no teatro da Rua dos Condes e a Zamperini caía nos braços do conde de Oeiras.

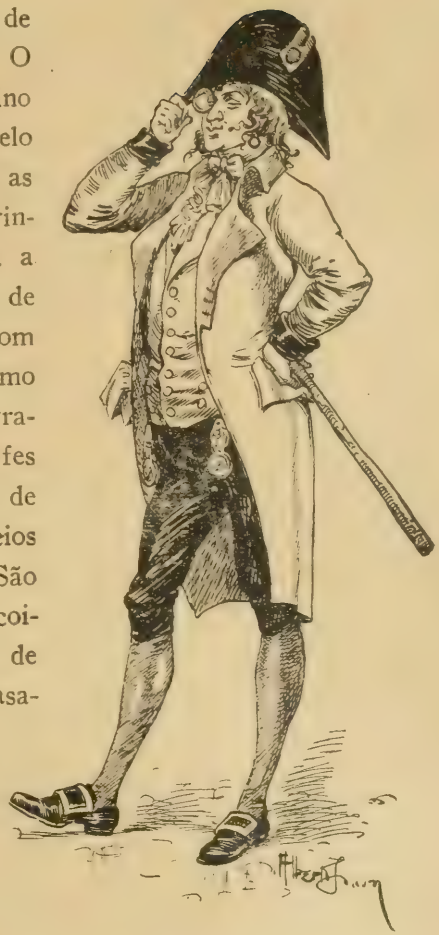
O PERALTA

O PERALTA

O século XVIII português deu-nos, sucessivamente, três tipos diferentes do elegante namorador. Cada um dêsses três tipos correspondeu a uma das três fases distintas por que passou a sociedade portuguesa, desde que D. João V começou a estrangeirar a côrte, em 1707, até que, pela chegada dos Franceses, o «jinota» do botequim das Parras (de Jinó, corruptela de Junot) se tornou, com o seu *spencer*, as suas pantalonas brancas e a sua abotoadura de oiro à Talavera, o árbitro incontestado de todas as elegâncias lisboetas de 1808. A suntuosidade brasileira de D. João V deu o «faceira»; a burguesia *parvenue* do consulado de Pombal, deu o «casquilho»; o período de beatério corcunda que se seguiu, em 1777, à revolução aristocrática e católica da *Viradeira*, — deu o «peralta». O faceira, eminentemente ridículo, foi a expressão duma nobreza inculta de mosteiro e de estrebaria, afrancesada e civilizada à fôrça; o casquilho, profundamente *snob*, caracterizou a plutocracia pombalina dos sindicatos e das companhias, do briche e dos faraós; o peralta, escandalosamente efeminado, havia de ficar, na história galante da sociedade portuguesa

de 700, como o símbolo duma fidalguia degenerada e imbecil, consanguínea e devota, loira e tatebitate, ajoelhada, em adoração, diante dum arcebispo almocreve e duma raínha doida. De resto, faceira, casquilho, peralta, igualmente saltitantes, dengosos, ceceosos, polvilhados, borrifados de jóias, irmãos-gémeos no ridículo e na impertinência, na devoção e na inutilidade, foram três caricaturas sucessivas, três versões diferentes do mesmo parvo autêntico e fundamental: o elegante português do século XVIII.

Para o estudo do peralta de 1780 a 1790, se falta a iconografia, sobeja, pelo contrário, a literatura. É através dessa literatura, onde cantam por vezes, como cigarras de oiro, os versos de Filinto, que nós conhecemos hoje a figura insexuál, pintada e babada de rendas do «francelho-mór» do tempo de D. Maria I. O autor ignorado das *Cartas sôbre as Modas,* folheto de cordel publicado em 1789, diz na *Carta 3.ª:* «Como presumo que não terá ouvido a palavra *peralta,* e não saberá o que significa, lhe direi a sua definição: peraltas são uns animais com figura humana, que constituem uma nova espécie entre racional e irracional, e a que é próprio tudo o mais indigno e ridículo que se pode imaginar». Nunca as mercuriais de 1720 ou de 1760 se referiram tão duramente ao faceira de D. João V ou ao casquilho de D. José. Porque eram menos ridículos? Evidentemente, não. Os moralistas e os poetas pouparam-nos, porque, tanto o casquilho pombalino como o «França» das *Turinas* e dos Lausperenes, souberam manter ainda, através da extravagância dos polvilhos e das modas francesas, uma expressão de virilidade que afirmava o seu



sexo. Com o peralta, êsses restos de dignidade viril desapareceram. O elegante de D. Maria I, andrógino e maricas, põe trancinhas no cabelo «à Nazareth», espartilha-se, fura as orelhas como uma mulher, usa brincos, mosqueia-se de sinais, pinta a cara de côr de rosa, trás fivelas de prata enormes nos sapatos, anda com o chapéu «a mamar» no sovaco como uma roca, e tantas voltas dá à gravata tufada «de lençol» e aos bofes de rendas da camisa, que, olhado de perfil, parecem apojar-lhe os seios sob a murça redonda do capote. São meninas. Inútil procurar alguma coisa de másculo naqueles corpos de Baco adolescente, esticados em casacas inglesas de *fashionable,* faùlhando aneis de diamantes em mãos brancas de mulher, ceceando, gaguejando, dançando, coleando a cabeça em passinhos de pombo, abanando-se a leques, fingindo-se míopes através do seu grande óculo holandês de punho de oiro. Êsse carácter de feminilidade que o autor das *Cartas sôbre as Modas* acha «indigno», transparece em toda a vasta literatura do peralta. Filinto descreve-os:

«Ali peraltas mil afrancesados
Brinco na orelha, guélas abafadas
C'um tufado lençol, em rancho os guizos
Pendem c'os farfalhudos perendengues
De estiradas cadeias do relógio;
Quadrado é o talhe da cardada trunfa,
Dengue a servilha preta luzidia
E é giganta a fivela roça-ruas,
Seu livro de fitinha na algibeira.
Noutra a ponta do lenço debruçada...
Não movem pé nem mão, nem volvem olhos
Que não seja afectada macaquice.
E os rapapés, e o derrengar do corpo
Tremelicando a apolvilhada grenha
E as safadas lisonjas delambidas?»

Pinta-os, melhor ainda, uma décima inédita do tempo, de autor ignorado (códice 8.589), que vale uma miniatura italiana de Rosalba:

«Chapéu de canto cortado,
Trancinhas postas à cara
E no pescoço uma vara
De pano bem amarrado:
Brinco na orelha apertado,
O vestido todo inglês,
Quási descalço dos pés,
Tudo posto em má postura,
Esta é a triste figura
Do Peralta português».

Manuel de Figueiredo, pela bôca do graciosíssimo alfaiate dos *Pais de Famílias,* indigna-se contra o androginismo do peralta, — contra as pinturas, contra os brincos, contra as tranças, contra o espartilho, contra os sinais de tafetá:

«Nós cá não é que andamos de espartilho:
É que usamos de côr, branco e sinale:
A cara apolvilhada... Isso era de ontem.
E hoje, se repara, com mal tranças
Ornamos as cabeças; grandes popas;
Furamos as orelhas; empregamos
Já fitas côr de rosa nas castanhas:
Por fórmas de sapatós de mulher
Se fazem já os nossos sem talões.
E se a minha senhora me permite
Que eu lhe diga a razão por que se apertam
Já os nossos calções cá nesta altura,
É por não estranhar o cós da saia
Que mais mês menos mês nos cai em casa».

E as *Queixas de Clorindo*, folheto de cordel, de autor ignorado, publicado em 1782, satirizando as modas do peralta, os seus «três côvados e meio de topete», as suas «seis varas de chapéu», os seus «velvutes pintados», as suas «jóias indecentes», os seus «bofes da camisa fugindo dos peitos para fóra», os seus «perendengues de oiro dos relógios comprados no Pires e no Pollet», as suas «fivelas desmarcadas», toda a sua «sécia vergonhosa», — apela para os «vigilantíssimos Maniques», clama pela vara de prata dos alcaides, pelas «moscas» terríveis do Intendente, e conclue, com tristeza, vendo passar ao sol, a caminho da missa, pintados, polvilhados, capote curto, brincos nas orelhas, livrinho e rosários pingando das mãos, os peraltas francelhos de S. Roque e da Capela Real:

«E um homem em mulher, por seu pecado,
Se vê desta maneira transformado!»

Perante a progressiva feminização do homem do último quartel do século XVIII. — que fez a mulher? A única coisa que podia logicamente fazer: masculinizou-se. Foi a conseqüência fatal duma lei de equilíbrio. Ao androginismo do peralta correspondeu o gimnandrismo da sécia. A mulher da *Viradeira* era um homem. Andava «de casaca, de rabicho, faca de mato, botas, chapéu, vestia à mangalaça, sem brincos nem garganta, fazia a barba, cortava o cabelo sôbre o pente e punha, como os homens, cabeleiras de bandas», — diz Manuel de Figueiredo nos *Pais de Famílias;* chegava a trazer «cabeleiras de cão de água, verdes e encarnadas», — acrescenta um folheto de cordel, *Crítica às modas escusávcis;* «tomava rapé como um homem», — diz, em 1790, a mercurial em verso intitulada *Mulher da Moda;* «passava todo o seu tempo na caça», — informa para Vienna de Áustria o cavaleiro Lebzeltern; entregava-se, perdidamente, aos «*amours du genre de Sapho*», — escreve o inglês Dalrymple em 1783; e um interessantíssimo folheto de cordel publicado em 1784, *Reflexões feitas pelo Voador Peralta,* conclue:

> «*E que direi das senhoras,*
> *Dos homens imitadoras,*
> *Mulheres de cabeleira,*
> *Com um grande capotão,*
> *Flaques, vestidos à mão,*
> *Grandes fivelas, botões?*
> *Só lhe faltam os calções...*»

Mas não. Nem os calções lhes faltaram. Em breve as pantalonas côr de carne de M.me Tallien, de M.me Reca-

mier, de M.me Benjamin Constant, os aneis nos dedos dos pés, as jóias nos bicos dos peitos, chegam a Lisboa na asa de oiro dos jornais de modas da França revolucionária, sucessores do *Cabinet des Modes*, de 1785; aparecem no Passeio Público os primeiros *maillots;* Pina Manique, apoplético, expede a circular de 26 de março de 1804 contra o escândalo das modistas lisboetas; e, tristemente, o grave e erudito irmão de Manuel de Figueiredo comenta, em 1808: «As mulheres já não trazem anáguas mas sim as ceroilas que os homens deixaram, não sei se por aceio, se por economia...»

OS MAROTINHOS

OS MAROTINHOS

Como se namoravam o peralta e a peralta — êle e ela — no último quartel do século XVIII?

São ainda as *Cartas sôbre as Modas* que no-lo dizem, em 1789: «Namorava o peralta com o chapéu, ridículo traste de papelão e de tafetá que a moda inventou, e a peralta com o leque, que ainda mesmo em tempo frio e húmido usava sempre». O lenço, «animado cambrai», «peste de neve que matava pelo ar», eloqùência suprema do faceira amoroso de 1730, tinha passado de moda como as velhas cabeleiras e como os velhos donaires. O quitó, pequena jóia que no tempo de D. João V servia mais para namorar do que para matar, começava a ser substituido na rua pela bengala burguesa de castão enorme de prata ou de faiança, — a bengala que, trinta anos antes, fôra bastão nas mãos finas dos cardeais da Cunha e da Mota, e que, trinta anos depois, havia de tornar-se cacête no sovaco felpudo do «Tarrabuzo» ou do «Cambaças». De toda a liturgia do namôro lisboeta do século XVIII restavam o chapéu e o leque. O chapéu, herdeiro da «bacia das almas» do faceira, do «chapéu de três cantos», do «chapéu

à malbruca» de 1720, do «chapéu à Anastácia» de 1750, da «almotolia» pombalina de 1770, — era já o enorme «timão à holandesa» de Bocage, o «paspalhão» apresilhado, cortado de cantos, armado pelo admirável chapeleiro de Lisboa Constanti Albertini, espécie de mitra de tafetá preto que os peraltas — diz Twiss — tinham infalivelmente de tirar da cabeça para caberem nos côches, e com os quais se podiam fazer de longe, no namôro de estafermo, vinte e quatro sinais diferentes correspondentes a cada uma das vinte e quatro letras do alfabeto. A êsses sinais, que obrigavam o peralta a uma série vertiginosa e dançada de atitudes, respondiam «as da sécia», elegantes namoradoras de 1780, em outros tantos manejos e posturas de leque, expressivos de todos os sentimentos e de todas as comoções. O namôro a distância, na Lisboa beata e apostólica de Pina Manique, reduziu-se, afinal, a uma sucessão ritmica de movimentos de leque e de chapéu, executados com tanta gravidade e tanta solenidade, como se obedecessem, na Sala das Talhas de Queluz, às batutas de Jomelli ou de David Perez.

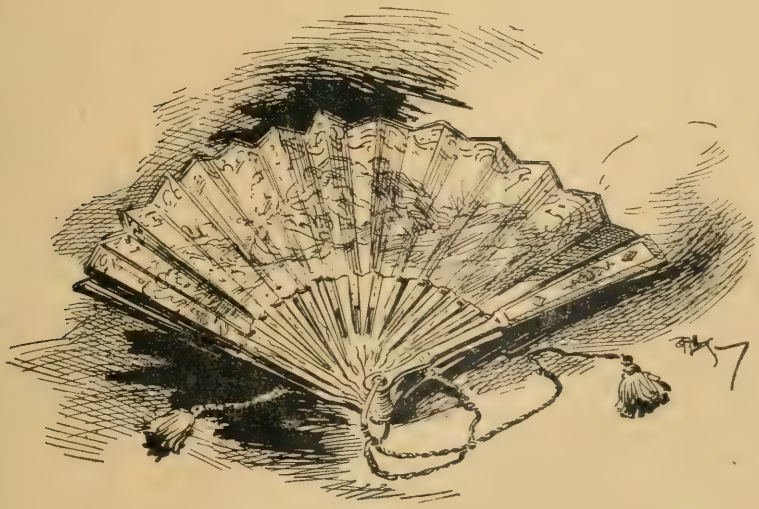
Os léques, na mão das mulheres portuguesas, são velhos como os aneis. Os próprios homens usaram abanicos e regalos no século XVII, o que determinou Pedro II, pela consulta de 19 de outubro de 1672, a proíbir que meneassem leques as mãos nascidas para brandir espadas. A França de D. João V, a casquilha de D. José, criadas nas «leis da turina» e nas «leis da sécia», tiveram como a peralta de D. Maria I o seu leque, a «borboleta de enfeites», o «favónio de melindres» dos Gôngoras do *Anatómico Jo-*

coso, scintilando e arfando sob os focinhitos trigueiros e ansiosos. O leque foi a grande arma de volúpia e de sedução. Era por detrás dos abanicos de sêda comprados nas lojas do João Espiter, a Cata-que-farás, ou do António Maltês, aos Remolares, que as franças-damas, eriçadas de peles e de contas de oiro, mariscavam aos homens debaixo dos arcos do Rocio. Nas noites de luar, quando as casquilhas pombalinas davam os seus passeios de côche pelo Terreiro do Paço, empenachadas de plumas e de diamantes, «vestidas à francesa», diz o duque do Châtelet, «mirando com os olhos mais negros e mais ardentes do mundo», diz o alemão Link, — os leques serviam-lhes para esconder a cara da «luz húmida e fria da lua», que a medicina do tempo, pela bôca de Frei António Teixeira, acusava de causar paralisias e abortos, e a que os capelos amarelos de D. João v tinham já atribuido, em 1743, um dos ataques de epilepsia jaksoniana do rei. É Dalrymple que em 1774, por ocasião da sua viagem, surpreende e revela êste singular costume das portuguesas: «*On a dans ce pays ci* (Portugal) *comme en Espagne, un plaisant préjujé dont je veux vous faire part. Durant les plus beaux clairs-de-lune du monde, j'ai remarqué que les femmes se couvrent soigneusement le visage de leur evantail, pour empêcher les malignes influences de cette planète qui attaquerait leur santé*». Leque-brinquedo com a bandarra; leque-rebuço com a casquilha, — essa arma eterna de sedução feminina transforma-se em leque-telégrafo com a peralta da *Viradeira*. À medida que muda de moda, vai mudando de dimensões. Pequenino com a França, como uma asa de

oiro de borboleta; grande e forte com a casquilha viril das caçadas e dos capotes de saragoça, — torna-se outra vez, com «as da sécia» de 1778, delicado e leve como um sôpro de renda, e chama-se «desdêm»; atinge, nos últimos anos do século XVIII, as proporções minúsculas dum mosquito, o brilho intenso duma jóia, a transparência inverosímil duma teia de aranha, — e chama-se «marotinho». Desdens e marotinhos foram os leques namoradores do tempo de D. Maria I. Era com êles que se faziam sinais do postigo das rótulas, do estribo dos côches, da grade dos mosteiros, das frisuras doiradas da Ópera de S. Carlos. Eram êles que respondiam, em clarões, em sôpros, em lampejos, aos grandes chapéus de papelão e tafetá preto dos peraltas do Passeio Público. Foi pela sua asa ligeira que passou, como um estremecimento luminoso, o génio de Tolentino. Foi no seu pequenino coração de sêda que pôde refugiar-se, como uma sombra triste, a alma amorosa dum quarto de século. Foi com um pequenino «desdêm» que a linda condessa de Assumar, rival da espanhola Maria de Mendonça, ensinou a

côrte do Arcebispo de Tessalónica a abanar-se e a namorar. E se o próprio Amor viesse, no fim do século XVIII, escolher um berço a Portugal, — teria ficado a dormir, baloiçando, na asa de espuma dum «marotinho»...

Em 1800, com os chapéus de palha e as contradanças, os «marotinhos» viviam e namoravam ainda. Usou-os a ministra Lannes. Encontrou-os a duquesa de Abrantes. Eram névoas de oiro arfando, ao sol, adiante de jozèsinhos encarnados. Por volta de 1829, José Agostinho de Macedo, ao reviver, na *Bêsta Esfolada,* os tempos da sua mocidade, recorda ainda o namôro ingénuo dos «marotinhos» e a intolerância monástica das mães: «Se na Igreja, de manto ou mantilha, havia sinais telegráficos com os leques, levavam as môças cada beliscão, que ao recolher a casa os facultativos de agora lhes deitariam bichas; as mães tinham o remédio nas mãos, que era em cima esbofeteá-las e tão deveras, que a roca ficava ao canto, e o corropio do fuso tinha seus dias de sueto...»



OS SERENINS DE QUELUS

OS SERENINS DE QUELUS

A raínha enlouquecera.

Na noite de 10 de fevereiro de 1792, em Queluz, na sala D. Quixote, os dezassete médicos do Paço, à frente dos quais se encontrava o magríssimo Dr. António José Pereira, cirurgião-mór do Reino, assinavam, espiados pelos óculos verdes do Bispo confessor, os quatro quesitos àcêrca da incapacidade de D. Maria I para o exercício do poder real. O médico inglês Willis voltara para Londres, desiludido. Inácio Tamagnini falava ainda vagamente em trepanação, sem se saber bem porquê nem para quê. Todas as esperanças estavam perdidas. Um ministério de bonzos, reùnido na Sala do Conselho de Estado, discutia gravemente, pesado de cabeleiras e de Grã-Cruzes. Perto, vindos do oratório, os gritos da Raínha doida atroavam o Paço, lamentosos, lancinantes, misturados com as *malagueñas* das açafatas espanholas da Princesa:

— Ai Jesus! Ai Jesus!

Só os ministros e os médicos teriam, naquele momento, uma vaga consciência do drama que se estava passando. O resto da côrte, despreocupada, ria, conversava,

dançava, ouvia o cravista Policarpo e o tiple Cafarelli, o tenor Raff e o baixo Pucci, à luz de trezentas velas de cêra, debaixo do teto de oiro onde, num painel imortal, David Perez e Lucas Jovini davam lição de música às Senhoras Infantas. Emquanto na Sala D. Quixote se depunha uma Raínha louca, — na Sala das Talhas havia serenim. Não eram já os serenins doutro tempo, os serenins célebres da Raínha Mariana Vitória, com a rabeca do alemão Goenmann e a flauta do espanhol Rodilo, a voz do italiano Caporalini e a batuta admirável de David Perez, — onde o próprio Núncio cardeal Conti e o cónego Gonsalvini tocavam *trios* de Bach com a condessa de Pombeiro, e se desenterrava das arcas a baixela Germain para servir caldo de galinha fumegante em tijelas de Índia velha: mas um serenim da decadência, sonolento, arrastado, sorna, com os *castrati* a rebolarem-se, o velho duque de Lafões a um canto, cheio de carmim e de sinais, a falar de Gluck, de Metastasio e de Vienna de Áustria, o conde da Ponte a abrir a bôca, e o mestre da capela real João Cordeiro da Silva, saltitante, nervoso, roendo as unhas, fugindo das correntes de ar e espirrando como um bode quando a Condessa da Ribeira lhe voltava as fôlhas dos papeis de solfa. Para todos êles, D. Maria I morrera havia muito tempo, — na noite trágica de Salvaterra. Era uma sombra aos uivos no Paço, um fantasma de realeza que já não acordava a piedade de ninguêm. Que importava que a depusessem? Que poderia interessar à côrte a deposição dum espectro? Emquanto o cravo de oitava larga chocalhava sob os dedos do Policarpo, e o

tiple Ferracuti cantava com a condessa de Vila Flôr ou com a linda condessa de Soure, penteada à crioula à moda do cabeleireiro francês Leonard, o dueto de Cimarosa «*Ah, cari palpiti*», — os papagaios do Paço, arremedando os gritos da Raínha doida, berravam dilacerantemente pelos corredores:

— Ai Jesus! Ai Jesus!

A sala da Tocha e a sala dos Archeiros, a sala do Lanternim e a sala das Serenatas enchiam-se duma multidão de frades e de sécias, de poetas e de fidalgos, de peraltas e de músicos, de oficiais alemães e de cónegos vermelhos da Patriarcal, furando, acotovelando-se, intrigando, namorando com os chapéus e com os leques, rindo com os castrados italianos, correndo atrás do bôbo do paço D. João da Falperra, de bastão e Grã-Cruz, ou da mulata Rosa, anã e bôba, que grunhia e pinchava sôbre os tapêtes, vestida de encarnado, como uma bola. Emquanto o serenim principiava, e se servia o caldo, e chegava o príncipe regente D. João, entre o cardeal da Cunha e o marquês de Marialva, de olhos esbugalhados e de beiço caído, com rapé e frangos assados metidos nas algibeiras da casaca, ninguêm se arredava das salas; todos, inclusivamente o malcreadíssimo Kantzow, encarregado de negócios da Suécia, sorriam, abriam roda para o beija-mão, ajoelhavam diante da Princesa que assomava de turbante e úberes de vaca espanhola, e quando, na Sala das Talhas, o contralto Geziello rompia a primeira arieta, fazia-se em todo o auditório um silêncio da Cartuxa. Mas em breve, pouco a pouco, as salas iam-se despovoando. Os peraltas

fugiam. Os próprios ministros estrangeiros, o lindo e apaixonado Barão Schladen, ministro da Prússia, o embaixador de França conde de Châlons, o núncio Bellisomi, eram os primeiros a saír à formiga. Esperava-os nos jardins do palácio, pelos bancos de pedra do Jôgo da Bola, debaixo das abóbadas de arvoredo de João Baptista Robilon, uma música mais sugestiva do que a de Paesiello e de Zingarelli, e um espectáculo mais atraente que o dos barbados tiples italianos. As açafatas da Raínha doida, agarradas a bandolins marchetados, em trilos sensuais, cantavam entre as murteiras verdes, ao luar, o lundum chorado e as modinhas brasileiras. Era uma perdição, era um

delírio. Em volta delas, em êxtase, assentados no chão, todos os peraltas, todos os frades, todo o corpo diplomático escutava em silêncio os requebros de voz das manas Lacerdas, os lunduns voluptuosos que o mulato José Manuel ensinara à «Augustinha», as denguices soluçadas com que o mulato Caldas, da «assentada de Ménalo» do Conde de Pombeiro, se fizera querido de *Miss* Welding. Eram as açafatas que o moço Beckford descrevera nas suas cartas para Londres, a revoar vestidas de branco pelos jardins da Ajuda, olhos ardentes, cabelos negros, beiços grossos de mulatas, cheias de piolhos e de jóias, de sensualidade e de perversidade, mais corruptas ainda desde que a princesa Carlota chegára a Lisboa, gritando, com as suas *malagueñas,* os seus chailes «à turca» e as suas viciosas criadas espanholas. Diante delas, diante dêsse encanto supremo das açafatas portuguesas, o hipócrita Frei Luís do Monte Carmelo, de alcunha frei «Tris-Tris», já rebolava insensivelmente as ancas; o cavalheiro Saurin, ministro da Holanda, tão avarento que sangrava todos os quinze dias um porco vivo para fazer chouriços, acenava com peças de oiro por debaixo das abas da casaca; os narizes enormes do Príncipe Reuss e do major alemão Bermann, arfavam voluptuosamente; o melómano príncipe Ruffo, ministro de Napoles, tomava notas num papel de solfa; esquecido da gota, o gracioso marquês da Fronteira saracoteava-se, de cabeça perdida; Kantzow, apoplético, rugia; o próprio Patriarca escutava por detrás duma alameda de buxo; chilreavam beijos; riam os sátiros de pedra debruçados sôbre os grandes bancos dos jardins; — e emquanto

o soluço diabólico das mòdinhas brasileiras acordava as sombras palpitantes de Queluz, a Raínha doida gritava, berrava fechada no oratório, cheia de visões e de pavores do inferno:

— Ai Jesus! Ai Jesus!

O PASSEIO PÚBLICO

O PASSEIO PÚBLICO

Sua Excelência o Intendente Geral da Polícia tinha acabado de assinar um despacho para o Conde de Vila Verde, quando o magro Corregedor do bairro do Rocio assomou à porta, adunco, viscoso, fúnebre, enfiado numa casaca preta que parecia uma lôba de clérigo, o lenço vermelho de Alcobaça pingando da algibeira, um rôlo de papeis apertado na mão. Assim que o viu, Diogo Inácio de Pina Manique saltou na sua cadeira de espaldar:

— Ora ainda bem que é Vossa Mercê!

— Excelência...

— Foram feitas denúncias a esta Intendência Geral, de que no bairro de Vossa Mercê se joga a bola, contra as ordens de Sua Alteza o Príncipe Regente, e há jacobinos de França que lêem o *Gil Brás de Santilhana!* Que sabe disto Vossa Mercê?

— Ainda há pior, Excelência.

— Pior? E para que é Vossa Mercê ministro do Bairro, senão para atalhar demasias e cumprir os avisos desta Intendência? Vossa Mercê trás na mão uma vara de justiça ou uma vara de pálio? Por que não mandou Vossa

Mercê prender um mercador holandês que andou ontem de chapéu alto pelo Rocio?

— Por que ia de côche com o senhor Duque de Lafões.

— Prendesse o mercador, prendesse o Duque, prendesse o côche, prendesse os cavalos, prendesse tudo! Vossa Mercê não sabe ainda que o chapéu alto é sinal de jacobinos e que o senhor Duque de Lafões esconde estrangeiros em sua casa?

O Corregedor estendeu um beiço reflexivo, fungou plácidamente no seu alcobaça enorme, e diante do Intendente da Polícia que gesticulava e bramia, respondeu, impassível:

— Se eu digo a Vossa Excelência que ainda há pior!

Pouco a pouco, a sala, cheia de quadrilheiros, de meirinhos e de «moscas», esvaziava-se. Um figurão velho que dormitava a um canto, com uns grandes sapatos de fivela e uma cuia de Pernambuco na cabeça, acordou aos berros do Intendente e saíu coxeando. Lampejavam numa chapada de sol os altos silhares de azulejos joaninos, contando as fábulas de La Fontaine. O Corregedor do bairro do Rocio olhou em volta, desenrolou os papeis que trazia na mão, e com a gravidade de quem confia um segrêdo de Estado, folheou-os lentamente, circunspectamente, sob o nariz voluptuoso e assombrado de Pina Manique. Eram pinturas de mulheres quási nuas. Eram os últimos figurinos de França, os figurinos do costureiro Kreissler e de Madame Gosset, túnicas leves de musselina da Índia ondulando sôbre pantalonas côr de carne, os figurinos célebres da Revolução, que enchiam em Paris o *Journal de la Mode et du Goût*, onde as jóias de Mellièri faùlhavam abroxando

bicos de peitos nus, e que os últimos pacabotes tinham trazido, em maços, às modistas francesas de Lisboa. Voavam já, de rua em rua, de casa em casa, pelos lares, pelos oratórios, pelas famílias, — pelo próprio Paço. Que eram, ao pé daquelas pinturas de escândalo e de abominação, o jôgo da bola e as obras de Voltaire, o livro de Lesage e o chapéu alto do Duque de Lafões? Visse bem Sua Excelência o Intendente da Polícia. Nuas como a senhora Vénus — explicava o Corregedor — com uma fraldinha de entre nalgas, transparente como um roquete de Bispo, um chapéu de plumas na cabeça à moda da Zamperini, e um par de aneis nos dedos dos pés, maiores do que todos os

que os Doutores de Coímbra traziam nos dedos das mãos! E emquanto as figuras passavam, folheadas pelo fúnebre ministro do bairro, uma a uma, — Pina Manique, apoplético, rubro, esbogalhando os olhos, fungando indignação e rapé, atirava murros à mesa, arrepelava o rabicho da cabeleira, empunhava, a tremer de furor católico, o seu óculo enorme de punho de oiro:

— E Vossa Mercê sabe se já andam por aí maganas assim vestidas?

— Ainda agora vi duas, — respondeu o Corregedor, imperturbável, tornando a enrolar os papeis.

— Aonde?

— No Passeio Público.

O Intendente levantou-se dum salto, bateu no chão de tijolo os tacões vermelhos dos sapatos, enfiou o espadim, agarrou o chapéu, chocalhou uma campaínha de prata e gritou aos quadrilheiros que assomaram à porta:

— A ségue!

Um quarto de hora depois, o gordo Diogo Inácio de Pina Manique, acompanhado do Corregedor do bairro do Rocio e de três «moscas» da Intendência, apeava-se diante das cancelas verdes dessa tristíssima quinta solarenga em que o marquês de Pombal transformara as hortas viçosas de Valverde. O Passeio Público pombalino era aquilo: uma larga rua copada de arvoredos, aberta de banquetas de buxo e de louro tosquiado, com a sua meia-laranja de embrèchados como cêrca de frades capuchos e as suas muralhas altas a toda a volta, rôtas a espaços de janelas de poiais gradeadas de ferro. Uma prisão, um pôço, um mos-

teiro. À porta, frades; mulatos vàdios; donatos mendicantes espojados ao sol; negros repenicando violas e sapateando a fôfa — «*la plus indecente chose que j'aye jamais vue*», — disse Dalrymple; padres doutrineiros jesuitas, com o seu leigo e a sua cana dos coques, esperando os rapazes para a doutrina; mariolas de capote azul; anões; chanfaneiros descançando a alforjada de hortaliças viçosas; macacos hirsutos catando mulheres; gregos vendendo figuras de cêra; um juiz do povo a altercar, de bacalhaus e vara vermelha; mendigos, ciganos, eguariços, cães, toda a vida hedionda da cidade, formigando, gritando, farejando, fermentando ao sol, entre séges e côches, berlindas e liteiras. Tinham desaparecido as escadas do Hospital de Todos os Santos; tinha abatido, arrasada pelo Terramoto, a gloriosa alpendrada dos arcos do Rocio: toda a mafra se acolhia agora à cancela do Passeio Público, como a uma portaria de convento, ramalhando rosários, ganindo ladaínhas, pedindo esmola. O Intendente olhou, enterrou o chapéu na cabeça, apontou ao Corregedor, com a ponta da bengala, «aquela canalha do povo que fazia Revoluções», e emquanto, pelo pátio do Duque, a cadeirinha do senhor Patriarca, precedida de dôze criados de redingotes vermelhos, passava para o *Te Deum* de S. Roque, Diogo Inácio de Pina Manique, rei de Lisboa, entrou na meia laranja do Passeio Público pombalino. Logo na alameda grande, onde cabiam a par dois côches da Casa Real, uma multidão de michos, de negrinhos, de mochilas, de liteireiros, de beatas, de rascôas de josèzinho encarnado e lenço de cambraia bicuda, aos uivos, aos pinchos, às upas, perse-

guia entre as murteiras duas mulheres-damas quási nuas, que uma *jeunesse-dorée* de peraltas de gravata de espeque e brincos nas orelhas, cabeleira de trancinhas e pantalonas negras de *maccarony,* defendia com os chapéus e os bastões, à pontoada e a murro. Apesar de todos os cuidados da Intendência de Polícia, as modas da Paris revolucionária tinham chegado à seráfica, à apostólica Lisboa dos mosteiros e dos Lausperenes. Eram já as cabeças «*à la Titus*», como dizia Filinto; os «telónios»; as «mitras»; as túnicas transparentes abroxadas de topázios das Térpsicores de Tivoli e de Marbœuf; os pés descalços, pesados de jóias, sôbre sandálias doiradas; os bastões floridos; os *schalls* à turca; as cabeleiras verdes e encarnadas, — todo o impudor, toda a extravagância, toda a vertigem das elegantes francesas de 1800, que Leroy vestira, que Gérard pintara, que passeavam nuas, pelos Campos Elysios, em berlindas de oiro, e que surgiam agora, na pequenina Marrocos patriarcal, perante os olhos dilatados, perante a obesidade estupefacta de Sua Majestade Pina Manique. Num segundo, as «moscas», de pistolas aperradas, lançaram-se sôbre as mulheres, arrastaram-nas, levaram-nas em charola para uma sége, e quando o Corregedor, fúnebre e imperturbável, fungando no seu alcobaça sarapantão, perguntava ao Intendente Geral da Polícia que ordens dava sua Excelência Ilustríssima, — Pina Manique, vermelho, arrepelando a cabeleira, brandindo a bengala, rugiu:

— Agarrem-me todas as modistas de Lisboa, e prendam-nas no castelo de S. Jorge!

A RODA DOS ENJEITADOS

A RODA DOS ENJEITADOS

Alta noite, no velho Rocio de D. João V, quando as luzes dos padres de S. Domingos se apagavam, e esmorecia a candeia do oratório da ermidinha do Amparo, e os doidos gritavam com mais fôrça na Casa das Palhas, — era vulgar vêr-se escoar na sombra um vulto apressado e ansioso de mulher: parar a meio do terreiro; perscrutar a escuridão, como quem teme ser perseguida; correr para o Hospital Real de Todos os Santos; galgar as escadas, que um lanternão de ferro alumiava, e ofegante, amantilhada no biôco, uma trouxa nos braços, enfiar tremendo pela portaria. Daí a pouco, no silêncio da noite, ouvia-se badalar uma sineta, viva como garrida de capuchos; quem se acercasse das escadas onde roncavam de bôrco mariolas e pés forçados, sentia um ruído áspero de tôrno conventual que desanda; em seguida, um soluço, um vagido, um beijo; outra vez o guincho agudo dum espigão ferrujento que emperra e que roda; — e, andado o tempo dum padre-nosso, a mulher voltava, curvada, dolorosa, arrastada como um farrapo, a tropeçar, a arquejar, a morder as mãos, a ganir como uma cadela apartada da cria, dôr anónima, tra-

gédia ignorada, desaparecendo, perdendo-se nas sombras do terreiro, entre os arcos baixos do Rocio e as polés verdes dos ladrões...

Tinha entrado mais uma criança na roda dos enjeitados.

O amor sacrílego dos conventos; a paixão miserável das ruas-sujas; a vergonha sangrenta dos adultérios; toda a via-dolorosa das desonradas, — era ali que ia ter, àquela casa quadrada do Hospital de Todos os Santos, entre um painel da Virgem e um velho escano de castanho, uma corda de sineta e uma roda humilde de portaria. Era ali que chegava, embrulhado à pressa numa colcha de sêda rica ou num burel pobre de franciscana, a cabeça mal coberta duma lanugem de oiro, a boquita côr de rosa na ânsia animal de sugar, as mãos pequeninas bolindo, acenando, chamando pela sua própria desgraça, — o ponto final de quási toda a galanteria lisboeta da primeira metade do século XVIII. Havia noites em que a Casa da Roda sorria, cantava, chilreava de vagidos como um presépio enorme. A apojadura das amas pagas pela Mesa dos Santos Inocentes, não tinha às vezes leite que chegasse para a fome de tanta bôca. Uma grosseira estatística do *Mercúrio de Lisboa,* jornal manuscrito de 4 de janeiro de 1744, dá-nos a impressão do movimento, já então considerável, da roda do Hospital: «No ano de 1743 entraram no Hospital Real de Todos os Santos desta cidade, pela roda e pela porta da casa dela, 1.038 crianças expostas, a saber 545 meninos e 493 meninas; com 1.717 que no princípio se estavam criando, faz o número de 2.755. Faleceram

das mesmas crianças na casa da roda, e das que se tinham dado a criar, 778; e ficou a Mesa dos Santos Inocentes actualmente correndo com a criação de 1977 crianças». A mortalidade era grande, porque eram desgraçadas as condições em que se criavam os expostos da cidade. Apesar de todos os privilégios e isenções concedidas às amas dos enjeitados pela lei manuelina de 1502, e confirmadas depois pelos alvarás de 1595, 1654 e 1701, faltavam peitos para alimentar as crianças expostas, e os que se ofereciam ao administrador da Roda, pobres de viço e de leite, eram aqueles que não se tinham podido arrematar por boas peças e cordões de oiro nas casas abastadas de Lisboa. A Mesa dos Inocentes era o último recurso para o leite mercenário das amas. Algumas delas, para dobrarem a pataca de prata da criação de cada ano, saíam do Hospital Real com duas crianças penduradas dos peitos, levando, para o canto hediondo da sua alfurja de miséria, — a flôr de duas vidas. Se alguma das crianças morria, — a Casa da Roda lá estava, chilreando, trilando como um grande ninho: iam buscar outra. Se tinha a des-

graça de resistir e de viver, — a criação estava paga até aos 7 anos. E depois? Depois, deixadas as mantilhas e o leite das amas, o Calvário dos expostos começava. Se elas os queriam ainda, podiam tê-los em casa mais cinco anos, sem receber criação e sem pagar soldada. Mas aos 12, o juiz dos órfãos arrematava-os a quem mais désse por êles; e se havia algum enjeitado enfermiço ou débil que não tivesse lanço, animal de trabalho que ninguêm quisesse, bôca inútil que ficasse pesando no Cofre do Povo, — a Roda enjeitava-o pela segunda vez, e lá ia, pobre Lázaro infantil, comer à cadeia do Tronco na gamela dos presos ou lamber com os cães, na portaria de S. Bento da Saúde, o resto da sopa dos mendigos. Foi o marquês de Pombal que, pelo nobre alvará de 31 de janeiro de 1755, procurou remediar êste estado de coisas, definindo a situação e os direitos dos expostos depois dos 7 anos de idade, regulando as condições em que êles deviam ser entregues a mestres de ofícios mecânicos, o tempo limitado que eram obrigados a servir êsses mestres sem soldada, e promovendo, duma fórma mais humana e mais generosa, a protecção dêsses pobres sorrisos da desonra e do acaso, que sentiam já na infância a náusea de viver, — e que haviam de expiar duramente, pela vida fora, o beijo criminoso de que tinham nascido.

Para a vida galante da Lisboa do século XVIII ainda existia a Mesa dos Santos Inocentes e a roda do Hospital Real. Mas para a vida galante da província? Que destino levavam, nas cidades e vilas onde não havia rodas, as crianças nascidas nos mosteiros, nas vielas, nos solares,

— filhas do segrêdo inviolável do sacrilégio ou da infâmia? A *Ordenação,* no seu Liv.° 1.°, título 73, impunha aos quadrilheiros a obrigação de dar parte, às justiças, das mulheres que, «andando prenhes, se suspeitava mal do parto». Mas semelhante medida, ampliada depois pelo alvará de 18 de outubro de 1806, só serviu ódios, escândalos e represálias. Os abortos e os infanticídios sucediam-se pelos quatro cantos de Portugal. A população decrescia, assustadoramente. «Em algumas terras do Reino — diz Pina Manique, em 1783 — estão fechadas e sem gente grande parte das casas, por não haver quem as habite». Foi então que o Intendente Geral da Polícia, munido dos plenos poderes que lhe conferiam as instruções secretas da Raínha, fez expedir para todos os provedores das comarcas do reino a circular célebre de 10 de maio de 1783, mandando criar e abrir casas de roda para enjeitados em todas as cabeças de comarca de Portugal. À circular de 10 de maio seguiram-se os alvarás e as circulares de 31 de março de 1787, de 5 de junho de 1800, de 9 de novembro de 1802, concedendo novos privilégios e confirmando os antigos às amas dos enjeitados, tomando várias providências sôbre a amamentação das crianças expostas, e, por último, ainda no consulado fecundo de Pina Manique, o alvará de 24 de abril de 1804, que determinou para as damas da Ordem de Santa Isabel a obrigação de assistirem e visitarem as casas de roda pelo menos quatro vezes cada mês. Mas, apesar de todos os benefícios duma legislação mais humana; apesar do alvará de 1806, que criou nas casas da roda rudimentos de maternidades; apesar do alvará de 24 de

outubro de 1814, que regulou a situação das amas dos enjeitados; apesar do decreto de 14 de abril de 1819, pelo qual D. João VI os entregou à Congregação das Servas Pobres de S. Francisco de Paula, — a mortalidade dos expostos crescia de ano para ano em proporções aterradoras. A *Memória estatístico-histórica sôbre a administração dos expostos da cidade do Pôrto,* publicada em 1823 pela câmara constitucional, diz-nos que, dos 31.257 enjeitados entrados vivos na casa da Roda da cidade de Virgem, de 1803 a 1822, — morreram 20.975...

Confrange-se o coração, não é verdade? Mas que importa, — se sôbre essas vinte mil covas, embrulhado no seu manto de Arlequim, baloiçado no seu côche de oiro, passava, espalhando a vida a mãos cheias, Sua Alteza o Amor?

FIM

ÍNDICE

ÍNDICE

	PAG.
O faceira	9
A bandarra	17
Namôro de Bufarinheiro	25
Escudeirar em sêco	33
Namôro de estafermo e de estaca	41
O beliscão	49
O amor na côrte	57
As dobras de duas caras	65
O freirático	73
A freira	83
A grade	93
Os bispotes de prata	103
Lausperene de amor	113
Os cónegos vermelhos	123
Mulheres-damas	133
Senhoritas da comédia	141
Os quitós	151
As cheganças	161
Jogos de prendas	171
Cartas de amor	179
O casamento	187
Visitas de parida	197
O menino	207
Maridos cucos	215
Ruas sujas	225
A essência de âmbar	235
Bruxedos de amor	245
O casquilho	253

PAG.
As descidas de côche 263
A côrte e o faraó 271
Capotes de saragoça 279
Minuetes brèjeiros 287
Frei Medronho 295
A freira casquilha 303
Cómicas italianas 311
O peralta 321
Os marotinhos 331
Os serenins de Queluz 339
O passeio Público 347
A roda dos enjeitados 355

DE GRUYTER